

A

HISTORIA Revista da FLUP

IV Série, volume 13 (1), 2023

R

O

T

S

L

Sumário

HISTÓRIA: Revista da FLUP - IV Série V. 13, N. 1 (2023)

Maria Cristina Cunha 1 Apresentação

Dossiê Temático:

Hugo Ribeiro da Silva 3 Migrações e culturas numa perspetiva histórica

Vitor Padilha Mattos 6 No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro

Kauan Willian dos Santos 30 Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)

Fábio Alexandre Faria 54 Passando a fronteira em tempos conturbados. Refugiados espanhóis em Portugal no decorrer da década de 1930

Outros Estudos:

Manuel Menezes 75 Dos perigos aos riscos: Génese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha 96 O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura

115 Notas Biográficas dos Autores

118 Ficha Técnica

119 Normas editoriais

APRESENTAÇÃO

Revista da FLUP - IV Série V. 13, N.º 1 (2023): HISTÓRIA

No presente número da História - Revista da Faculdade de Letras pretendeu-se abordar um tema muito atual e recorrente, infelizmente pelas piores razões, nos *media*. De facto, constituindo os movimentos migratórios um aspeto inerente à própria sociedade (ou não soubéssemos nós que já os homens da Pré-história foram agentes de migrações em larga escala...), não deixamos de nos perguntar quais as origens, os motivos, os destinos de pessoas, individualmente ou em grupos de dimensão variada, que ao longo dos tempos deixam o local onde vivem para se aventurarem em espaços estranhos na esperança de que um dia, talvez, pudessem considerar também como seu. Assim nasceu a ideia de dedicar este volume a “*Migrações e Culturas numa perspetiva histórica*”, no qual se pretendeu olhar para o fenómeno migratório com olhos de Historiadores, e não de Políticos, de especialistas em Comunicação Social ou de outras áreas científicas. Apesar de os três estudos que constituem o dossier temático se dedicarem apenas aos séculos XIX e XX, Portugal surge neles tanto como lugar de origem ou como de destino das populações em análise. Logo no primeiro artigo salienta-se o papel da música levada do local de origem do emigrante no processo de transformação cultural do ponto de chegada, num processo em que ele é o próprio agente. Esta capacidade de se estabelecer em novos espaços, transformando-os, é também referida no segundo artigo, que aborda a participação dos emigrantes na construção e implantação de novas teorias e grupos políticos na terra que os acolheu. Mas, para além de ser um país de onde, ao longo dos séculos, saíram grupos populacionais constituindo fluxos emigratórios de maior ou menor dimensão, Portugal foi também um país de acolhimento. Basta recordar os Espanhóis que atravessaram a fronteira no contexto da guerra civil que assolava o seu país em meados do século XX, assunto a que se dedica o terceiro artigo do dossier temático.

Este volume da Revista inclui ainda mais dois estudos, sobre temáticas muito diferentes entre si. De algum modo, o primeiro faz como que uma “ponte” entre o dossier temático e a *Varia*, ao debruçar-se sobre a evolução das práticas dos seguros marítimos. E num Portugal dos séculos XVIII e XIX, de onde saíam emigrantes, constrói-se a residência da família real portuguesa, em material mais perecível para substituir um palácio que, entretanto, ardera: falamos do palácio da Ajuda, cuja arquitetura é objeto do último estudo da revista.

Apresentado brevemente o nº 13 da História - Revista da Faculdade de Letras, cumpre-me, enquanto Diretora do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais, agradecer a todos que contribuíram para que esta chegasse a “bom porto”: autores, revisores dos textos, responsável do dossier temático, membros da Comissão Editorial, pessoal da BFLUP. Entre todos, seja-me permitido salientar as três Investigadoras que agilizaram todos os processos, serviram de interface na ligação entre todos os intervenientes e tornaram possível que a Revista saísse no devido tempo, com todas as condições requeridas: as Doutoradas Maria João Oliveira Silva, Sara Pinto e Carla Sequeira. Sem a sua disponibilidade, o DHEPI não teria conseguido publicar em tempo útil mais um número da sua Revista.

Porto, FLUP, Junho 2023

Pel'A Comissão Editorial

Maria Cristina Cunha

Dossier

Migrações e culturas numa perspetiva histórica

Migrations and cultures in a historical perspective

Migrations et cultures dans une perspective historique

Migraciones y culturas en perspectiva histórica

Hugo Ribeiro da Silva
FLUP/CITCEM/CEHR
hdsilva@letras.up.pt

Resumo: Ao longo de toda a História da humanidade assistiu-se a movimentos migratórios motivados por questões climáticas, bélicas, políticas, religiosas, económicas, entre outras. Este é, aliás, um tema que marca as notícias dos dias de hoje em várias partes do globo, desde o Mediterrâneo à fronteira EUA/México, desde a África do Sul à Austrália. Procurando olhar historicamente para o fenómeno das migrações, a *HISTÓRIA – REVISTA DA FLUP* lançou uma chamada de artigos, com interesse particular na ligação entre migrações e cultura. Este texto introdutório apresenta os três textos publicados no presente número.

Palavras-Chave: Migrações, Refugiados, Brasil, Espanha, Portugal

Abstract: Throughout human history we have witnessed migratory movements motivated by climatic, war, political, religious, and economic issues, among others. This is, in fact, a theme that marks the news today in different parts of the globe, from the Mediterranean to the US/Mexico border, from South Africa to Australia. In an attempt to look historically at the phenomenon of migrations, *HISTÓRIA - REVISTA DA FLUP* has launched a call for papers, with particular interest in the connection between migrations and culture. This introductory text presents the three texts published in the present issue.

Keywords: Migrations, Refugees, Brazil, Spain, Portugal

Résumé: Tout au long de l'histoire de l'humanité, nous avons assisté à des mouvements migratoires motivés par des problèmes climatiques, guerriers, politiques, religieux et économiques, entre autres. Il s'agit en fait d'un thème qui marque l'actualité dans diverses parties du monde, de la Méditerranée à la frontière entre les États-Unis et le Mexique, de l'Afrique du Sud à l'Australie. Dans le but de jeter un regard historique sur le phénomène des migrations, *HISTÓRIA - REVISTA DA FLUP* a lancé un appel à contributions, avec un intérêt particulier pour le lien entre les migrations et la culture. Ce texte introductif présente les trois textes publiés dans ce numéro.

Mots clés: Migrations, Réfugiés, Brésil, Espagne, Portugal

Resumen: A lo largo de la historia de la humanidad hemos sido testigos de movimientos migratorios motivados por cuestiones climáticas, bélicas, políticas, religiosas y económicas, entre otras. Este es, de hecho, un tema que marca la actualidad en diversas partes del globo, desde el Mediterráneo hasta la frontera entre Estados Unidos y México, desde Sudáfrica hasta Australia. En un intento de mirar históricamente el fenómeno de las migraciones, *HISTÓRIA - REVISTA DA FLUP* lanzó una convocatoria de artículos, con especial interés en la conexión entre migraciones y cultura. Este texto introductorio presenta los tres textos publicados en el presente número.

Palabras clave: Migraciones, Refugiados, Brasil, España, Portugal

“Hoje, mais pessoas do que nunca moram num país que não é aquele em que nasceram. De acordo com o *IOM World Migration Report 2020*, em junho de 2019 o número de migrantes internacionais foi estimado em quase 272 milhões em todo o mundo, 51 milhões a mais que em 2010. Quase dois terços eram migrantes laborais. Os migrantes internacionais corresponderam a 3,5% da população global em 2019. Em 2000 haviam sido 2,8 % e em 1989 2,3 %”¹. Se dúvidas houvesse, estes dados publicados pelas Nações Unidas demonstram claramente a importância das migrações humanas no mundo contemporâneo. Também os discursos políticos refletem essas preocupações, ora por razões humanitárias, ora expressando ideologias discriminatórias. Em parte motivados pelas discussões do presente, os historiadores têm dado grande atenção ao fenómeno migratório, quer com análises de história global, quer com estudos de escala micro. Quer recorrendo a metodologias quantitativas, quer qualitativas. Enfim, uma grande diversidade de abordagens, cronologias e geografias que torna quase impossível acompanhar tudo o que vai sendo publicado neste campo historiográfico altamente dinâmico e diversificado (Harzig e Hoerder, 2009). Na verdade, este está longe de ser um campo novo na historiografia. Desde o século XIX que historiadores, além de arqueólogos e antropólogos, se preocuparam em perceber as “origens” de diversos povos, os processos colonizadores ou até os deslocamentos por motivos religiosos, de que até a Bíblia (Livro do Êxodo) refere.

O dossiê que o leitor encontra neste número da *HISTÓRIA – REVISTA DA FLUP* é composto por três artigos que contribuem para um melhor conhecimento dos movimentos migratórios, em particular nos séculos XIX e XX, na sua relação com a história da cultura e da política (incluindo da cultura política). Vitor Padilha Mattos conta-nos como *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. Mattos acertou quando escolheu para o título do seu artigo o verbo “transformar”. O seu estudo é um claro exemplo de que como a cultura, as culturas, estão em constante mudança, transformação. Demonstra como os indivíduos, quando se deslocam, mais ou menos permanentemente, para outro território levam consigo o que de mais fácil podem transportar, mas que tanto para eles significa. Demonstra como do encontro de duas culturas nasce algo de novo. Já os dois textos seguintes enquadram os seus estudos sobre migrações no âmbito da história política. Kauan Willian dos Santos, em *Despertando em*

¹ <https://www.un.org/en/global-issues/migration> (consultado a 23 de junho de 2023)

Hugo Ribeiro da Silva – *Migrações e culturas numa perspetiva histórica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 3-5. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a1

novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920), também olha para os imigrantes portugueses no Brasil enquanto atores transformadores, mas neste caso da cultura política. Partindo de uma bordagem micro-histórica, analisa a influência de três imigrantes portugueses, assim como das suas redes políticas e sociais, na construção do anarquismo no Brasil, desde seu estabelecimento até a década de 1920. Finalmente, Fábio Alexandre Faria, em *Passando a fronteira em tempos conturbados. Refugiados espanhóis em Portugal no decorrer da década de 1930*, analisa a presença de refugiados espanhóis em Portugal após 1931, na sequência da instauração da II República em Espanha, e entre 1936 e 1939, no contexto da guerra civil. O autor procura caracterizar essas vagas migratórias, bem como perceber de que modo o regime de Salazar reagiu, no quadro das relações entre os dois países ibéricos.

HARZIG, Christian; Dirk Hoerder, *What is Migration History?*, Cambridge, Polity, 2009.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro

In the 19th century, Zé Pereiras crossed the Atlantic and transformed the Brazilian Carnival

Au XIXe siècle, les Zés Pereiras ont traversé l'Atlantique et transforme le Carnaval brésilien

En el siglo XIX, los Zés Pereiras cruzaron el Atlántico y transformaron el Carnaval brasileño

Vitor Padilha Mattos
Universidade do Minho
vitorpmattos@gmail.com

Resumo: Manifestação cultural portuguesa com larga tradição, os Zés Pereiras aportaram no Rio de Janeiro, por volta da metade do século XIX, junto a maciça imigração de portugueses ao Brasil. Os Zés Pereiras tiveram um papel fundamental no Carnaval carioca, por pelo menos 60 anos (1850-1910), e são considerados pela historiografia brasileira os precursores do Carnaval de rua e popular no país. Este artigo pretende analisar com se deu a transposição dos Zés Pereiras, das romarias e procissões do Norte de Portugal para o Carnaval brasileiro, além de dissertar sobre as características deste Zé Pereira carnavalesco.

Palavras-chave: Carnaval; Cultura Popular; Migrações; Zés Pereiras.

Abstract: A Portuguese cultural manifestation with a long tradition, the Zés Pereiras landed in Rio de Janeiro, around the middle of the 19th century, along with the massive immigration of Portuguese to Brazil. The Zés Pereiras played a fundamental role in the Carioca Carnival for at least 60 years (1850-1910) and are considered by Brazilian historiography to be the forerunners of the street and popular Carnival in the country. This article aims to analyse the transposition of Zés Pereiras, from the North of Portugal pilgrimages and processions to the Brazilian Carnival, in addition to discussing the characteristics of this carnivalesque Zé Pereira.

Keywords: Carnival; Popular culture; Migrations; Zés Pereiras.

Résumé: Manifestation culturelle portugaise de longue tradition, les Zés Pereiras ont débarqué à Rio de Janeiro, vers le milieu du XIXe siècle, parallèlement à l'immigration massive de Portugais au Brésil. Les Zés Pereiras ont joué un rôle fondamental dans le carnaval carioca pendant au moins 60 ans (1850-1910), et sont considérés par l'historiographie brésilienne comme les précurseurs du carnaval de rue et populaire dans le pays. Cet article vise à analyser la transposition de les Zés Pereiras, des pèlerinages et processions du nord du Portugal au carnaval brésilien, en plus de discuter des caractéristiques de ce carnavalesque Zé Pereira.

Mots-clés: Carnaval ; La culture populaire; Migrations ; Zés Pereiras.

Resumen: Manifestación cultural portuguesa de larga tradición, los Zés Pereiras desembarcaron en Río de Janeiro, a mediados del siglo XIX, junto con la inmigración masiva de portugueses a Brasil. Los Zés

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

Pereiras jugaron un papel fundamental en el Carnaval Carioca durante al menos 60 años (1850-1910), y son considerados por la historiografía brasileña como los precursores del Carnaval callejero y popular del país. Este artículo pretende analizar la transposición de Zés Pereiras, de las peregrinaciones y procesiones del Norte de Portugal al Carnaval brasileño, además de discutir las características de este carnavalesco Zé Pereira.

Palabras-clave: Carnaval; Cultura popular; Migraciones; Zés Pereiras.

Introdução

Seu barulho ensurdecedor pode ser ouvido de longe. Nome dado ao bombo ou a tocador deste instrumento, o Zé Pereira em Portugal é uma tradição antiga e com forte presença cerimonial, acompanhando ou anunciando as romarias e as suas procissões, principalmente no Norte de Portugal. Foi levado ao Brasil por imigrantes portugueses, por volta da metade do Oitocentos, e quando começa a ser mencionado nos jornais do Rio de Janeiro, já é citado como uma das coisas mais tradicionais do Carnaval carioca. Sua presença vai marcar um antes e um depois na história desta festividade no país. Numa folia antes restrita à elite e os seus bailes de máscaras realizados em teatros, o Zé Pereira é considerado pela historiografia brasileira como o precursor do Carnaval de rua e popular no Brasil.

A maioria dos investigadores aponta que o primeiro cortejo do Zé Pereira no Carnaval do Rio de Janeiro teria ocorrido entre os anos de 1846 e 1852, e seu desaparecimento, entre 1906 e 1908. O folguedo brilharia no Carnaval da então capital federal do Brasil como um cometa, numa trajetória cheia de lacunas e mistérios. Entretanto, antes de sumir, espalhar-se-ia por diversas regiões do país. Através de jornais e revistas de Portugal e Brasil do século XIX e início do XX, e uma revisão bibliográfica das temáticas abordadas, o artigo analisará como se deu esta transposição dos Zés Pereiras, das romarias do Norte de Portugal para o Carnaval brasileiro.

Para isto, começa com uma apresentação do percurso dos Zés Pereiras em Portugal. Na sequência, retrata o Rio de Janeiro no Oitocentos e a grande migração de portugueses ao Brasil durante o período. Segue com a análise da trajetória do Zé Pereira em terras cariocas – seu aparecimento, sua transformação em tradição, o auge do prestígio e seu suposto fim. E termina com uma breve descrição de como o folguedo propagou-se pelo país.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

O Zé Pereira português

Não sabemos precisar quando se começou a utilizar, em Portugal, o nome Zé Pereira como sinónimo de bombo ou zabumba, ou do tocador destes instrumentos, entretanto, é um uso antigo e popularizado. O investigador minhoto José Carlos Loureiro, em artigo publicado nos *Cadernos Vianenses*, cita um texto do jornal *O Viannense*, de 7 de março de 1858, em que fica claro a antiguidade do Zé Pereira na região do Minho, além de expor a forma preconceituosa com que a folgança era vista pelos letrados da época: “tão antiga é essa pratica que nem sabemos de quando é a data; é certo, porém que teve principio em tempos muito pouco cultos, e mais certo o reinar ainda hoje para tormento dos nossos ouvidos” (*apud* Loureiro, 2002: 158).

A primeira menção ao nome, que encontramos documentada, é de Alexandre Herculano. Na revista *O Panorama* de 13 de outubro de 1855 (e que o autor assinalava ter escrito na cidade de Guimarães, em 11 de agosto de 1854), em crónica intitulada *Viagens no Minho*, a narrativa discorre sobre a serra da Falperra, e quase no final do texto, Herculano (1855: 324) cita “o estrepito do Zé Pereira, pio invento da santinonia brachareense”.

Em folhetim de 1864, Júlio Dinis, ao narrar uma festa no campo, escrevia que “ao longe ouvia-se o Zé Pereira”¹. E quatro anos depois, no romance *A Morgadinha dos Canaviais*, o escritor portuense trazia um personagem de nome José do Enxerto, que era “vulgarmente chamado o ti’ Zé Pereira – nome que lhe vinha do popular e ruidoso instrumento, o clássico zabumba, que nas nossas aldeias tem ainda hoje aquele nome” (Dinis, 2000: 87).

Teófilo Braga, em *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, publicado pela primeira vez em 1885, escreve que “Na linguagem chula o bombo é chamado de *Zé Pereira*” (Braga, 1985: 217) . E Ernesto Veiga de Oliveira (2000: 82) indica que a gaita-de-foles, na região do Minho, “aparece sempre associada regularmente a um conjunto de bombo e caixa, conhecido pelo pitoresco nome de *Zé-pereira*”.

Às vezes, quando não se usa o antropónimo Zé Pereira, os grupos de tocadores de bombo e caixa são chamados de *tamborileiros*. E o típico trio musical minhoto, que inclui tocadores de gaita-de-foles, bombo, e caixa de rufo, pode ser também denominado de

¹ *O Jornal do Porto*, 18 de agosto de 1864.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

gaiteiro – na célebre obra de José Augusto Vieira (1886: 68), quando ele menciona a procissão de Corpus Christi de Monção, escreve que “rompe a marcha o célebre *gaiteiro* (orquestra composta d’uma gaita de folles, tambor e bombo)”.

César das Neves (1895b), em *Cancioneiros de Músicas Populares*, afirmava que o zabumba era chamado vulgarmente de “Zé-P’reira”, e que este instrumento era um enorme bombo, que media 0,70 cm de altura por 0,80 cm de diâmetro. Neves dizia que os tamborileiros tocavam e dançavam, “com passo pesado e grave, um rythmo caprichosamente cadenciado n’aquelle instrumento”, e que existiam aldeias que se orgulhavam de terem tamborileiros talentosíssimos (XI). E que não somente nas vilas e aldeias “se conservava a musica ruidosa dos tambores”, pois também nas principais cidades portuguesas estes instrumentos eram utilizados em comemorações de certa importância (Neves, 1985: XII). Armando Leça (1942: 39), em *Da Música Portuguesa*, ressaltava o papel dos “Zés P’reiras (bombos e tambores)” como instrumentos com propósitos exclusivamente rítmicos.

Os Zé Pereiras têm um forte uso cerimonial. Os vigorosos estrondos provocados pelos rufares dos tambores servem, por exemplo, para anunciar o início de uma festa e convocar toda a gente para participar, ou para abrir uma procissão. A escritora inglesa Dorothy Wordsworth Quillinan², que viveu no Porto entre 1845 e 1846, escreveu no seu diário de viagem sobre uma excursão do qual participou, ao *Nosso Senhor do Monte*, em Braga, em que ao chegar se deparou com uma procissão encabeçada por “tamborileiros”.

Aí chegados, deparámos com uma vistosa procissão, bastante pitoresca, com as suas bandeiras de seda, as suas imagens decoradas com ouropéis, levadas em equipagens com idêntica decoração, carregadas sobre varões apoiados nos ombros de vários homens. Estes eram precedidos por uma banda de tamborileiros, que batiam com força e de formas ruidosa na pele dos tambores, e eram seguidos por um cortejo de responsáveis da festa e de público (Wordsworth, 2020: 83).

A tradição da presença dos tamborileiros e gaiteiros nas procissões minhotas vem de longe. Em 1707, na procissão de Corpus Christi de Guimarães, figuraram 3 gaitas-de-folles, seis caixas, dois clarins e um pífaro (A. V. Braga, 1972: 259). José Augusto Vieira, ao descrever a chegada dos romeiros a um santuário minhoto e toda aquela agitação e confusão que a cerca, resalta a importância do Zé Pereira para anunciar a procissão:

² Dorothy “Dora” Howrdsworth Quillinan (1804-1847) era filha do renomado poeta romântico inglês William Wordsworth.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

O sino repica alegremente, a musica vibra triumphante, os morteiros fazem estremecer os alpendres! É a procissão que vae dar volta ao cruzeiro, mas que difficilmente poderia romper o enorme agrupamento humano, se o Zé Pereira, um damnado para estas coisas, não abrisse caminho com as suas evoluções phantasticas! (Vieira, 1886b: 782).

Quanto ao chamado para as festas no Minho, oito dias antes do início da festividade é levantado o mastro, no arraial, “acompanhado em cada dia por repiques de sinos, salvas de morteiros e girândolas de foguetes, com os bombos dos Zés Pereiras a percorrer a freguesia como despertando-a e incitando-a para a festa” (Dias, 1986: 275).

Além disso, os Zé Pereiras atuavam no compasso pascal. Porém, enquanto nas romarias podiam participar mais de 100 tocadores de zabumba³, no primeiro juntava-se um número de músicos bem mais reduzido. No compasso pascal e ocasiões mais simples, “o conjunto compreende apenas [...] um ou dois bombos e outras tantas caixas, de diferentes tamanhos, e um gaiteiro” (Oliveira, 2000: 85–86). Contudo, a associação dos gaiteiros com os Zés Pereiras nem sempre acontecia, seria relativamente recente, e há locais em que eram usados separadamente: “de Basto, Amarante e Baixo Douro Litoral, na região do Porto e mesmo também por vezes no Minho”, os “Zés-pereiras ou tamborileiros de bombos e caixa”, que tocam sem a companhia de instrumentos melódicos, são chamados de “pancadaria” (Oliveira, 2000: 91).

Figura 1 - *Chegada do Zé Pereira à romaria*, José Malhoa, 1905.



Fonte: Blogue do Minho [consulta em 07/03/2023]. Disponível em:

<https://bloguedominho.blogs.sapo.pt/mestre-jose-malhoa-chegada-do-ze-14959486>

³ Segundo César das Neves, na festa de São Gonçalo, em Amarante, no ano de 1892 foram contratados 114 tocadores de zabumba para a festa, dos quais compareceram 97 deles (Neves, 1895: XII).

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

A imigração portuguesa no Rio de Janeiro do século XIX

Situada em meio ao verde das montanhas de matas tropicais e o azul do mar, na margem oriental das águas calmas da Baía de Guanabara, o Rio de Janeiro era habitado e disputado por distintas tribos indígenas antes da chegada dos europeus. No início da ocupação portuguesa na América, o local não receberia muita atenção por parte dos portugueses⁴. Contudo, em 1555, o almirante francês Villegagnon invadiria a Guanabara e construiria um forte numa ilha da baía. Em 1560, comandados por Mem de Sá, os portugueses combatem os franceses e destroem a fortificação, mas alguns dos franceses se refugiam junto aos índios tamoios (Bicalho, 2008).

À época, os confrontos entre índios e portugueses já eram bastante comuns e um número grande de índios eram feitos prisioneiros para serem escravizados. Diversas tribos se uniram na *Confederação dos Tamoios* para lutar, junto aos franceses restantes, contra os portugueses – que teriam o apoio de outras tribos indígenas, lideradas pelo chefe temiminó Araraboia. Em 1565, Mem de Sá funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. E, em janeiro de 1567, acontecem os combates derradeiros, com os franceses e tamoios sendo derrotados. As aldeias destes últimos são incendiadas e suas populações, dizimadas (Guaracy, 2016: 165–180).

Em 1763, o Rio de Janeiro tornava-se a capital da colônia portuguesa na América. E, pouco mais de quarenta anos depois, em 1808, o rei português, D. João VI, aportaria na Baía de Guanabara. Trazia consigo um contingente estimado entre 12 e 15 mil pessoas, em mais de 50 embarcações. Na época, a população do Rio de Janeiro contava com pouco mais de 60 mil habitantes (Schwarcz & Starling, 2018: 166-167). A cidade transformaria-se no epicentro de um império colonial que possuía, além do seu berço ibérico e do seu enorme território sul-americano, praças na África e na Ásia.

O Rio de Janeiro de então era um município acanhado e insalubre (Mauro, 1991: 10). Com a mudança da elite burocrática portuguesa para os trópicos, a cidade ganharia melhorias em sua iluminação pública, na pavimentação de ruas e na qualidade e embelezamento de seus prédios e casas. Mais importante ainda seriam o fim de restrições

⁴ Método de dominação de uma nação sobre outra por meios territoriais, culturais e económicos, o colonialismo atualmente vem sendo repensado e recontado de forma crítica, principalmente por autores das regiões exploradas nos períodos coloniais e imperialistas, através de conceitos como o de *colonialidade* e *decolonialismo*. Ler, por exemplo, Quijano (2005), Ballestrin (2013) e Assis (2014).

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

impostas a colónia – como a proibição de ter manufaturas, imprensa e escolas de ensino superior –, a fundação do Banco do Brasil, da Biblioteca Nacional, e a abertura dos portos brasileiros às nações amigas⁵.

Em 1821, D. João VI, forçado pelos desdobramentos da Revolução Liberal do Porto, no ano anterior, voltava enfim a Portugal. Entretanto, o seu herdeiro, D. Pedro, permaneceu no Brasil e, em 1822, declarou a independência da colónia, que dessa maneira tornar-se-ia a única nação americana que com a libertação da metrópole não se transformaria imediatamente numa república. Em 1831, D. Pedro I do Brasil abdicava do trono brasileiro para retornar a Europa e derrotar o seu irmão D. Miguel, garantindo as conquistas liberais portuguesas e tornando-se D. Pedro IV de Portugal.

Nesta época, o Brasil começava a viver um novo ciclo económico baseado na exportação de café. E mesmo com a proclamação da independência do Brasil em relação a Portugal, a corrente migratória de cidadãos portugueses à ex-colónia cresceria significativamente durante o século XIX. Influenciado pelo crescimento económico brasileiro, a progressiva urbanização e os grandes avanços nas comunicações (navegação, telégrafo e correios), as condições emigratórias oitocentistas seriam mais vantajosas que no período colonial (Alves, 2000: 297).

Esta emigração sairia principalmente da região Norte de Portugal, maioritariamente masculina e constituída por jovens solteiros, mas no decorrer do século esta composição foi tornando-se mais heterógena, aumentando a percentagens de emigrantes de mais elevadas faixas etárias, de mulheres e de pessoas casadas, que emigravam em família (Alves, 1993). Havia, durante o Oitocentos, dois principais tipos de emigração para o Brasil, social e economicamente distintos: urbana e rural. A primeira estava ligada a sectores de mercado que os portugueses dominavam ou tinham importantes participações, como o comércio, a construção civil, organização bancária e de seguros, e transportes, e tinha o Rio de Janeiro como destino principal. O emigrante vinha, geralmente, indicado por algum parente ou conhecido já estabelecido. Enquanto na outra ponta, os trabalhadores angariados para a labuta nas fazendas rurais sofriam com os baixos salários, más condições de trabalho e contratos desvantajosos (Alves, 2000: 299).

⁵ Sobre a questão cultural, ler Meirelles (2017). Em relação ao período específico de D. João VI no Brasil, incluindo os aspetos políticos e económicos, ver Lima (1996). Esta obra de Oliveira Lima foi publicada, pela primeira vez, em 1908.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

As redes comerciais instaladas entre os países, as poucas oportunidades em suas regiões de nascença para os filhos que não eram os morgados da terra, e as experiências de sucesso de alguns retornados que voltavam tendo acumulado certa ou muita fortuna constituíam para muitos um apelo quase irresistível para a aventura da emigração. A maioria ia com a intenção de voltar a Portugal, poucos anos depois, tendo acumulado algum capital. E o nível de retorno era relativamente alto, entre 40 e 50%, sendo que a maioria dos que retornavam faziam-no depois de estadias curtas de três ou quatro anos. Quanto mais longo o período no Brasil, menos certo tornava-se este retorno (Alves, 2000: 302–303).

Um imigrante atraía outro, numa reação em cadeia. E o Minho liderava este movimento. Como argumentava a *Revista Universal Lisboense*, em 1843:

A razão da maior emigração da gente do Minho encontra-se facilmente no grande numero de negociantes e lojistas d'essa Província, que hoje se acham estabelecidos no Rio de Janeiro, e n'outros portos, os quaes pelas suas relações de parentesco, vizinhança e amizade atraem muitos mancebos aquella corte, onde são quasi exclusivamente empregados como caixeiros em lojas e armazens⁶.

O Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX era uma cidade calorenta, húmida e abafada. Emparedada entre montanhas, poucos se aventuravam a caminhar por suas estreitas ruas entre o meio-dia e às três da tarde. Quando o sol se punha, as temperaturas caíam abruptamente. Essas condições higiénicas e climáticas propiciavam a proliferação de doenças e a tuberculose era responsável por um quinto dos internamentos. Não acostumados com o clima, os emigrantes portugueses representavam o maior contingente destes doentes (Mauro, 1991: 17).

Em 1863, calculava em torno de 60 mil o número de portugueses vivendo na capital do Brasil⁷. Nove anos depois, em 1872, quando é realizado o primeiro censo demográfico do País, o Rio de Janeiro contava com uma população de 274.972 habitantes (IBGE, 2022). O número de portugueses e a população da cidade continuariam a crescer de forma exponencial até o fim do século. Em 1890, o município já possuía uma população de 522.651 habitantes. Um crescimento de 90,1% em relação ao censo anterior, realizado 18 anos antes. Destas, 106.461 pessoas eram portuguesas (20, 36% da população). Brasileiros filhos de pai ou mãe portuguesas somavam mais 161.203 pessoas (30,84% da

⁶ *Revista Universal Lisbonense*, 1843, III tomo, p. 231.

⁷ *Correio Mercantil*, 25 de abril de 1863.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

população). Ou seja, no total, 267.664 pessoas (51,2% dos habitantes do Rio) eram portugueses natos ou filho de lusos (Barroso, 2002: 89).

A título de comparação, em 1890, Lisboa, a maior cidade portuguesa, possuía 301.206 habitantes e Porto, a segunda maior, 138.860 pessoas (Rodrigues & Ferreira, 1991: 299). Na viragem para o século XX o Rio de Janeiro chegaria a 811.443 habitantes, um aumento de 55,3% em apenas uma década (IBGE, 2022).

O Zé Pereira cai na folia do Carnaval carioca

Antes do aparecimento dos Zés Pereiras na folia carioca, o bombo já era utilizado no Brasil há algum tempo. “Em 1837 o padre Lopes Gama informava que o Bombo ou Zabumba chegara ao Recife no governo do General José César de Meneses, 1774-1787” (Cascudo, 2005: 177). Numa nota sobre uma festa numa casa de família em Macaé, na província do Rio de Janeiro, de 1856, as predileções por determinados instrumentos denunciavam a origem tipicamente portuguesa (e, mais especificamente, do Norte) de um dos presentes, o senhor Domingos:

A música não passava de um zabumba forrado só de um lado, e o musico que o tocava, sr. Cantagallo, houve-se com tal pericia, que se fez ouvir por toda a cidade. O sr. Juca serviu de mestre sala: o prazer na casa era geral, só o sr. Domingos é que lamentava a falta da gaita de folles, que tanto o deleitara em sua travessa mocidade: são cousas deste mundo, não há prazer completo⁸.

Na historiografia do Carnaval brasileiro acredita-se que o primeiro cortejo de Zés Pereiras em solo carioca, em dias de folia carnavalesca, teria ocorrido entre os anos de 1846 e 1852⁹. Contudo, não há fontes primárias que documentem esta estreia e os anos iniciais do folguedo. A primeira menção que encontramos associando diretamente os Zés Pereiras ao Carnaval carioca aparece no jornal *O Portuguez*, do dia 2 de março de 1865. E assim como o texto da revista *Semana Illustrada*, do Carnaval de 1866, sempre citada pela historiografia, há duas semelhanças nelas que saltam aos olhos. Ambos se referem ao folguedo como “José Pereira”, sem a maior informalidade e proximidade do “Zé”. E também nos dois, o Zé Pereira já aparece como algo corriqueiro, tradicional e característico do Carnaval carioca.

⁸ A *Pátria*, 09 de janeiro de 1856.

⁹ A primeira data é defendida por Eneida de Moraes (1958: 46) e a segunda, por Luís Edmundo (2003: 375).

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

No texto da *Semana Illustrada*, o Zé Pereira é louvado. No balanço do Carnaval carioca recém-terminado que a revista fazia, os Zé Pereiras são bastante elogiados e considerados como um dos elementos mais representativos do Carnaval do Rio:

Uma das cousas mais características do nosso carnaval é o chamado José Pereira. A cousa não é feia, é mesmo muito bonita, e muito barata: um zabumba, alguns tambores, e dahi nasce uma doce harmonia, que encanta os ouvidos, não móe a paciencia do proximo, e atrahe os suffragios dos moleques. É uma cousa muito divertida!¹⁰

Essa boa vontade com o folguedo nestes seus primeiros anos, pelo menos por boa parte da imprensa, tinham os seus motivos. José Vieira Fazenda (1921: 327) deixava claro o pensamento que muitos intelectuais e políticos compartilhavam sobre os Zés Pereiras, desde que ele apareceu: ter sido útil para distrair o povo das brutalidades do Entrudo¹¹. Trazido pelos colonizadores portugueses, o primeiro registo sobre o Entrudo no Brasil dar-se-ia ainda no século XVI (Silva, 2000: 13). Considerada uma recreação bárbara e perigosa, houve constantes tentativas de reprimi-lo ainda durante o período colonial, até que seria finalmente proibida a sua prática no Rio de Janeiro, em 1854¹².

A importância dos Zés Pereiras neste início do Carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro é indiscutível. Junto com as sociedades carnavalescas e os “máscaras avulsos”¹³, a partir da década de 1850 os Zés Pereiras ajudariam a que folia carnavalesca deixasse de

¹⁰ *Semana Illustrada*, 18 de fevereiro de 1866.

¹¹ Em Portugal, até meados do século XIX, as antigas práticas carnavalescas eram chamadas de Entrudo. Somente durante o Novecentos que a denominação Carnaval – mais associada aos bailes de máscaras e desfiles de carros alegóricos de cidades italianas e francesas, como Roma, Paris e Nice – também começaria a ser usada no país. Não há um modelo único de Entrudo em Portugal (Ralha, 2016: 156). Segundo Maria Pereira de Queiroz (1992: 30), o termo significava “entrada”, com os festejos motivados pela chegada da primavera. Ainda de acordo com a autora, o Entrudo português possuía algumas características mais ou menos constantes, que seriam: um boneco chamado Entrudo, que no final do desfile, era “enterrado”; o consumo de iguarias à base de carne de porco; farras entre jovens de ambos os sexos ou entre famílias, com borrifadas de água ou “mesmo de líquidos repugnantes”, e “arremesso de farinha, de cinzas, de lama”; grupos de mascarados percorrendo as aldeias, fazendo algazarra, cantando e tocando instrumentos, como tamborins; e danças e bailes tradicionais (*Ibid.*).

No Brasil, o Entrudo também tinha as suas variações. Contudo, algumas práticas predominavam, como “as brincadeiras de jogar água e molhar as pessoas” – banhos que podiam vir acompanhados de farinha de trigo, polvilho e ovos (Araujo, 2011: 45). Existia o Entrudo familiar – realizado dentro de casa, entre familiares e amigos – e o popular – vivido nas vias públicas. No segundo, quem passasse distraído pela rua, dependendo de quem fosse, poderia ser vítima de um balde d’água arremessado do balcão de um sobrado (Ferreira, 2004: 79–93);

¹² *Correio Mercantil*, 14 de janeiro de 1854.

¹³ Nome dados aos indivíduos que não pertenciam a nenhuma agremiação, mas que, individualmente, se fantasiavam e saíam as ruas para brincar o Carnaval.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

acontecer unicamente dentro dos teatros e a ser de usufruto exclusivo das elites, para ganhar as ruas e a participação popular, transformando-se numa festa muito mais democrática.

O Zé Pereira foi o “carnaval do povão” (Araújo, 2003: 93). Ou, como definiu Eneida de Moraes:

Êle foi essencialmente o carnaval do pobre. Tão fácil, no meio da miséria reinante, nessa crise que parece acompanhar e perseguir o brasileiro através dos anos, sair à rua com bombos e tambores, uma camisa qualquer, uma calça de qualquer espécie e fazer barulho, alegrar com um ritmo efusivo as ruas e os bairros, andar por aí ao som de ruídos, rindo e divertindo os outros enquanto se divertem a si mesmos, com o tumulto de um ruído que nem sequer é música mas proclama alegria, que conclama os foliões para os devaneios e as loucuras carnavalescas (Moraes, 1958: 48).

Uma das primeiras crónicas descrevendo os desfiles de Zés Pereiras seria publicada na mesma data do famoso texto da *Semana Illustrada*, em 1866, na revista *Bazar Volante*¹⁴. Assinada por Sesostis¹⁵, propunha-se a desenhar as diferentes faces do Carnaval carioca, e revelava um pouco da composição social dos integrantes dos Zés Pereiras cariocas e de como se dava o cortejo, descrevendo o porta-estandarte, os instrumentos e os vestuários dos componentes.

Pelo texto, vê-se que o Zé Pereira retratado por Sesostis desfilava não só com instrumentos percussivos, mas também com a adesão de alguns de sopro; que possuíam porta-estandarte e vestuários simples e chistosos; e que eram compostos por trabalhadores braçais. Fica nítido também o desdém com que os intelectuais olhavam para muitas das manifestações da cultura popular, consideradas toscas, simplórias e de mau gosto¹⁶.

A elite intelectual colocava-se no papel de controladores do que seria aceitável ou não, pois só eles teriam as ferramentas de gosto e sofisticação para referendar estas atividades (Cunha, 2002: 392). As brincadeiras populares seriam demasiadamente barulhentas, desordeiras, primitivas, vulgares, grosseiras, medíocres e sem espírito, entre

¹⁴ “Carnavallogia”, in *Bazar Volante*, 13 de fevereiro de 1866.

¹⁵ Evidentemente, é um pseudónimo. Sesostis é o nome de um lendário rei do antigo Egito que, segundo Herótodo, liderou uma expedição militar em partes da Europa.

¹⁶ Em *O Carnaval das Letras: os literatos e a história da folia carioca nas últimas décadas do século XIX*, o historiador Leonardo Pereira (1993) analisa como o Carnaval tornou-se a principal festa popular do Rio de Janeiro, através de textos de destacados literatos brasileiros da época, como Olavo Bilac e Coelho Neto. Esta obra mostra vários exemplos deste desprezo dos intelectuais pelas manifestações populares, das quais achavam que tinham o direito de referendar ou não.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

outros adjetivos. Além de despertar receio de que gerassem confusões e violência. Esta visão vai permear a trajetória do Zé Pereira no Carnaval brasileiro.

Na edição seguinte da *Bazar Volante*, o mesmo Sesostis retratava com ainda mais detalhes um cortejo de Zé Pereira¹⁷. O seu relato exaltava muitas vezes o folgado, entretanto, é difícil qualificar o quanto de ironia tem nestes elogios, pois a narrativa também destila preconceitos e escárnios em relação ao Zé Pereira. Era claro o incómodo que a diversão da plebe causava no autor.

Este texto tem passagens exatamente iguais ao de uma crónica do *Correio Mercantil*, de 23 de fevereiro de 1868, assinada por Osiris¹⁸. Ambos dizem que o Zé Pereira é “o grande prato de carne cozida do banquete carnavalesco”; recontam uma mesma experiência pessoal do escritor dos textos com o Zé Pereira, em que o autor adere a um grupo desses na rua e, entorpecido pelo desfile, quando dá conta de si, já estava na Gamboa; e, no fim, ressaltava a embriaguez reinante, ao comentar que “A tropa que fechava o Zé Pereira já arrastava a língua e não dizia coisa com coisa”. Por conta dos muitos trechos idênticos, percebe-se que os escritores por trás dos textos assinados por Sesostris e Osiris, além de amantes da cultura do Antigo Egito, eram a mesma pessoa: o jornalista França Júnior¹⁹.

França Júnior começa por relatar o traje daquele que seria o porta-estandarte deste Zé Pereira:

um carniceiro que trajava uma casaca esfarrapada virada pelo avesso com botões de pães de ralla, dragonas de alhos, uma calça preta com remendos de papel branco e cartas de jogar, e um chapéu encapellado, de cuja cópia sahía um abano, onde se lia em lettras garrafaes: 20:000 \$rs.²⁰.

Este açougueiro vinha na frente do séquito, carregando a bandeira do grupo que, geralmente, constituía-se “em uma esteira velha de pataca com uma inscrição qualquer [...] pendurada em um grande bambú enfeitado com latas de graxa, e toda a qualidade de trapos de diversas córes [...]”. Depois da bandeira vinham os bombos, usualmente três. E aqui França Júnior destila o seu desprezo de classe, ao dizer que os bombos eram

¹⁷ “Eu e os Zés Pereiras”, in *Bazar Volante*, 18 de fevereiro de 1866.

¹⁸ Deus do julgamento, na mitologia egípcia.

¹⁹ Joaquim José de França Júnior (1838-1890) foi advogado, dramaturgo, jornalista e pintor. Foi colaborador dos dois veículos. O texto do *Correio Mercantil* seria reproduzido em *Políticas e Costumes: Folhetins Esquecidos (1867-1868)*, publicado em 1957.

²⁰ *Bazar Volante*, 28 de fevereiro de 1866.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

“tangidos por valentes carniceiros, que se servem neste dia com a prata da casa, isto é, vestem-se de capim; o que fez um gaiato, vendo um d’elles quando passava o Zé Pereira pela rua do Ouvidor – *Aquella, depois do carnaval, come a roupa*”.

Os tocadores dos tambores, que vinham após os bombos, vestiam trajes variados: um vestia uma calça de mouro com um rodaque de *princez*; aquele, um capacete gaulês encapelado sobre uma máscara de arame e botas de montar; outro, vestia-se de mulher, “pondo em cima de si quanto trapo encontrou em casa”; tinham os que só usavam máscara. Depois dos tambores seguiam as flautas rachadas, as rabecas, os ferrinhos, e “toda a especie de instrumentos de tortura, que se tem inventado contra o tympano. Estes vão acompanhando, gingando com o corpo, o compasso ternario dos bumbos e tambores”. E arrematava: “E qual o mortal que vendo o Zé Pereira, não o acompanha?!”²¹.

Na crónica do *Correio Mercantil* – publicada posteriormente em livro, quase um século depois – França Júnior diria que “Os costumes dos tambores são de sujeitos sem costumes” e, em relação aos trajes dos integrantes, aproveitava para ser irónico, ao dizer que: “As barrigas indecentes, os enchimentos posteriores ainda mais indecentes e os letreiros que trazem nos chapéus são dignos de se ver” (França Júnior, 1957: 175).

Na descrição do cortejo feito por França Júnior estão presentes algumas das características que fizeram com que a historiadora Maria Clementina P. Cunha (2001: 48) afirmasse que o Zé Pereira representava uma faceta do Entrudo português. A historiadora enumera alguns destes elementos, como “o ritmo (que revitalizava as danças tradicionais, como as de velhos), a ridicularização carnalizada das classes superiores (no vestuário alusivo aos signos da hierarquia social ou no volume ‘senhorial’ das barrigas), a pilhéria direta e a alusão pessoal presentes nos dizeres pregados aos chapéus”, além “do enfeite de pães e alhos, que rememoravam sua tradicional característica glutona”.

França Júnior usaria uma sentença que retrataria bem o estrato social dos componentes da brincadeira: “Os Zés Pereiras tramam-se nos cortiços; em cortiços são discutidos e saem dos cortiços. Eis porque eles reúnem em si a nata do quarteirão” (França Júnior, 1957: 175). Ao fazer esta afirmação, o escritor ressaltava o carácter popular do folguedo e sua diversidade étnica. No Brasil, cortiço era um grupo de habitações reunidas para moradia de pessoas economicamente desfavorecidas, em que conviviam brancos e

²¹ *Ibid.*

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

negros pobres, entre trabalhadores, vadios, prostitutas e lavadeiras, em áreas reduzidas em que dividiam espaços e solidariedades (Cunha, 2002: 392). Este é um dado relevante para evidenciar questões deste Zé Pereira que ia se desenvolvendo na folia carioca, pois seu caráter popular e o espaço onde foi germinado estimulam algumas considerações.

A primeira é que, trazido por imigrantes portugueses, não eram todos eles que participavam destes séquitos, e sim, aqueles de uma posição social específica: os trabalhadores braçais, como citava França Júnior: “os aguaceiros, carroceiros e carneiros” da cidade do Rio de Janeiro. Existiam portugueses nos mais diversos grupos sociais da corte. Apesar da grande percentagem de retorno à pátria-mãe, houve plena integração dos portugueses na sociedade brasileira, com os emigrantes enquadrando-se no mercado de trabalho e obtendo posições de liderança ou patronato nas atividades económicas, que refletiam também em investimentos imobiliários e propriedades rurais, e com a segunda geração a galgar espaço social no Brasil. Os portugueses eram encontrados “em todos os estratos sociais, nunca faltando nas elites” (Alves, 2000: 301–302).

Esta presença portuguesa manifestava-se também no Carnaval carioca. Por exemplo, uma nota do *Jornal do Commercio*, de 1867, anunciava que participaria do desfile dos Tenentes do Diabo daquele dia “o senhor D. Bras Coelho de Sotto Maior, rico morgado de Entre-Douro e Minho, e que apesar dos seus muitos fóros de nobreza, quis entrar na folia como qualquer plebêo”²². Nestas prestigiadas sociedades carnavalescas, que desfilaram pela primeira vez no Carnaval carioca em 1855, muitos de seus associados eram lusos²³.

A segunda questão a ser destacada é que, tramado nos cortiços, como disse França Júnior, nestes espaços em que conviviam negros e brancos pobres, prostitutas e lavadeiras, gente trabalhadora e vadia, germinará o hibridismo cultural. O argentino Néstor Garcia Canclini, que explora o fenómeno da hibridização, não considera a cultura

²² *Jornal do Commercio*, 02 de março de 1867.

²³ Maiores atrações do Carnaval carioca da segunda metade do século XIX, as sociedades carnavalescas reuniam principalmente indivíduos com dinheiro ou prestígio. Caracterizavam-se pelo esplendor e organização dos seus séquitos, que faziam críticas de política e costumes, e o luxo de suas alegorias e fantasias (Cunha, 2001: 23). As três sociedades mais famosas eram os Tenentes do Diabo, o Clube dos Democráticos e os Fenianos. Esta última, fundada em 1869, recebeu o nome de um movimento político pró-separatista irlandês. Em 1904, na cidade do Porto, em Portugal, seria inaugurado o clube carnavalesco Fenianos Portuenses – que, como o nome indica, teria influência da folia carioca.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

popular como propriedade ou invenção de um único grupo social. Para Canclini, (1992: 205), “O popular se constitui em processos híbridos e complexos, utilizando como signos de identificação elementos procedentes de diversas classes e nações”.

Ao deixar as cerimónias religiosas, como as procissões das romarias portuguesas, para o Carnaval brasileiro, uma celebração profana, há uma primeira transformação. E durante o decorrer do tempo, este Zé Pereira carnavalesco receberá contribuições estéticas e rítmicas de outras etnias²⁴. Numa crónica pós-Carnaval de 1868, também no *Correio Mercantil*, França Júnior (1957: 175) já apontava que os Zés Pereiras não eram mais os mesmos. Exemplificava com a substituição do material do estandarte, de bandeiras de esteiras velhas por retalhos de colchas, e o que achava ainda mais absurdo: um *chicard* ser o carregador do porta-estandarte²⁵.

Ainda no final da década de 1860, os Zés Pereiras começariam também a aparecer nas sociedades carnavalescas. Estas passariam a chamar de Zé Pereira os seus préstitos menores, e também usariam de grupos de zabumba na frente de seus cortejos maiores e para animar os bailes carnavalescos em suas sedes.

Figura 2 - Anúncio de baile de Carnaval do Club dos Fenianos do Rio de Janeiro, 1882.



Fonte: *Gazeta de Notícias*, 19 de fevereiro de 1882, [consulta em 07/03/2023]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=33

32

²⁴ Eugênio Soares (2002), por exemplo, narra a presença de capoeiras em cortejos de Zés Pereiras na década de 1880. Os capoeiristas eram utilizados para defenderem o porta-estandarte do seu grupo ou ajudarem a tomar a bandeira de um grupo rival.

²⁵ *Chicard* era uma fantasia de um personagem criado para os bailes de máscaras franceses, muito popular no século XIX.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

Barulhento, alegre e divertido, os Zés Pereiras não deixavam ninguém ficar indiferente. E, em 1869, depois da estreia da peça *O Zé Pereira Carnavalesco*, o folguedo tornar-se-ia um verdadeiro ícone do Carnaval brasileiro. Concebida por Francisco Correia Vasques, ator carioca nascido em 1839, era uma montagem de teatro ligeiro, estilo teatral que misturava cabaré, com espetáculos de feira e circo (Cunha, 2002: 371). A apresentação era uma cena cômica que parodiava *Les pompiers de Nanterre*, que havia feito sucesso naquele mesmo ano, no teatro Lyrique Français, também no Rio. O que passaria para a posteridade, porém, seriam os versos cantados entre um diálogo e outro, construídos por Vasques em cima da melodia da música da peça francesa. Até então as batidas dos Zé Pereiras cariocas não produziam qualquer tipo de música, “apenas um estrondar compassado” (Tinhorão, 1991: 115). Através das quadrinhas e estribilho compostos por Vasques, finalmente aquelas batidas ganhavam acompanhamento.

Depois de estabelecer-se, entre as décadas de 1850 e 1860, como um dos folguedos precursores do nascente Carnaval de rua do Rio de Janeiro, do enorme sucesso da peça teatral e de sua incorporação nas sociedades carnavalescas, os Zés Pereiras viveriam o auge de sua popularidade nas duas décadas seguintes, verificado pelas quantidades de citações na imprensa e no número de grupos que desfilavam. Em 1878, ao escrever sobre o folguedo, um cronista afirmaria: “É o Zé Pereira, o immortal Zé Pereira a feição mais característica do velho entrudo e ainda do moderno carnaval.”²⁶. E o próprio Vasques, na *Gazeta da Tarde*, em 1884, ao saudar o Carnaval que se aproximava, dizia que “Braços vigorosos já se acham há muito em exercício para que se não perca o compasso do legendário Zé Pereira”²⁷.

Chamado de imortal e legendário por alguns, em outros textos a linha entre o elogio verdadeiro e a ironia era tênue. Em 1877, num texto da *Gazeta de Notícias*, o autor declarava que “o Zé-pereira é único, inimitável, circumspecto e hygienico”²⁸. Outro folhetim deste mesmo jornal, agora em 1879, intitulado “Zé Pereira – História sentimental e philosophica”, personalizava a história do folguedo em terras cariocas, transformando-o numa pessoa de carne e osso. Com humor, mas também com relatos fortes, criava toda uma história para este indivíduo ficcional, baseado no estrato social e trajetórias de vida

²⁶ *Jornal do Commercio*, 18 de abril de 1878.

²⁷ *Gazeta da Tarde*, 14 de fevereiro de 1884.

²⁸ *Gazeta de Notícias*, 23 de janeiro de 1877.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

daqueles que saíam pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, no Carnaval, tocando bombos e caixas de rufo.

O autor afirmava que o Zé Pereira nasceu numa estalagem e se fez carroceiro. Tinha vida difícil, trabalhava mais que um burro e, num belo dia, “elle que por ser portuguez e não ser ainda barão ou visconde, não podia intrometter-se na existencia politica do Brazil, elle, n’uma vespera de carnaval, viu-se tomado de uma idéa e decidiu também divertir-se”. Na sequência, narra como teria sido seu primeiro cortejo: “Arranjou n’um funileiro rheumatico uma caixa velha de folha de flandres, desenterrou uma esteira em que já morrera, havia mezes, um irmão que viera do Minho em busca de febre amarella, e da esteira fes uma bandeira”.

Prosseguia dizendo que o Zé Pereira forrou os ombros com uma manta esfarrapada, chamou outros de seus amigos carroceiros, com o pau da vassoura prenderam a bandeira, juntaram mais casacas compradas aos belchiores e panelas de ferro, e saíram às ruas, partindo da Gamboa – bairro da região portuária do Rio, habitada por trabalhadores de baixa renda. Complementava afirmando que o primeiro carroceiro que saíra da Gamboa e do Saco do Alferes com destino à rua do Ouvidor “não sabia que erguia um grito de guerra e que era o Christo litterario e politico d’estes dias! Porque, senhoras, tudo quanto hoje não é Zé Pereira, nada é e nada vale”²⁹.

O Rio de Janeiro moderniza-se

Na primeira década do século XX, a economia brasileira vivia um momento favorável, com o aumento da produção de café e uma nascente industrialização. Embalados pelos pensamentos positivistas, a república ainda incipiente procuraria seguir os ideais de civilização e progresso vigentes à época, enquanto enfrentava graves problemas sociais (Schwarcz & Starling, 2018). Sua capital, o Rio de Janeiro, experimentava um rápido e desordenado crescimento demográfico. Na região central da capital, a população de baixa renda coabitava em condições insalubres, como nos cortiços. O que somado às ruas estreitas e abafadas, e a falta de saneamento, eram um cenário ideal para a proliferação de pestes. Constantes epidemias de cólera, varíola e febre amarela

²⁹ *Gazeta de Notícias*, 25 de fevereiro de 1879.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

havia conferido ao Rio a nada agradável alcunha de “túmulos dos estrangeiros” (Sevcenko, 1999: 22).

Em meio a este quadro, em 1902, Francisco de Paula Rodrigues Alves assumia a presidência do país. Nascido em Guaratinguetá-SP, em 1848, o paulista era filho do minhoto Domingos Rodrigues Alves, nascido numa freguesia de Ponte de Lima, e que havia migrado ao Brasil em 1832. Aproveitando os ventos favoráveis da economia, o governo de Rodrigues Alves iria executar um intenso programa de obras públicas, com o intuito de atrair imigrantes, investimentos financeiros e alterar a imagem negativa do país no exterior. Como o Rio, a capital federal, era a vitrine do país, Rodrigues Alves priorizaria a modernização da cidade e, para isso, seriam definidos três eixos principais: a modernização do porto, o saneamento e as reformas urbanas (Esteves, 2019: 198-217).

A ampla Avenida Central (atual avenida Rio Branco), inaugurada em 1905, substituiria a estreita rua do Ouvidor como a principal passarela do Carnaval de rua do Rio de Janeiro. E, em 1907, numa crônica publicada na revista Kosmos, o poeta Mário Pederneiras exaltava as “coisas novas e civilizadas” e dava o Zé Pereira como extinto:

Deves também sentir a falta incompreensível do teu saudoso Zé Pereira, atordoando os ares com aquelle incançavel zabumbar alegre e forte. O Zé Pereira era a symphonia do Carnaval. Punha formigueiros ás pernas trefegas dos cariocas, remechia-lhes o corpo em bamboleios e acendia-lhes no olhar a chamma rubra do prazer.

Mezes antes, tu já ouvias, a maior parte das vezes, pelos môrros em passeiadas de ensaio, e o rufo miudo daquellas caixas, o bater compassado e sêcco daquelles bombos, era o sinal da alegria que vinha, da loucura que se aproximava, da florescencia vermelha das festas classicas de Momo (Pederneiras, 1907: 19).

Para a historiografia das décadas seguintes, seu relato seria uma prova inquestionável de um Zé Pereira falecido. Porém, este desaparecimento não foi abrupto, mas gradual. Somente na década de 1940 é que realmente não teríamos mais menções aos Zés Pereiras no Carnaval carioca na imprensa local (Mattos, 2022: 140). E diversos grupos que, nestas primeiras décadas do Novecentos, seriam denominados como cordões e blocos carnavalescos, tinham séquitos com características bastantes semelhantes aos dos antigos Zés Pereiras.

Os anos 30 assistiriam, e não por coincidência, ao samba tornar-se a música hegemônica do Carnaval carioca e a se transformar na música nacional do Brasil. O samba representava como ninguém este Brasil miscigenado e alegre, e num contexto de preocupação com a unidade e a busca de uma identidade nacional, e impulsionado pelo

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

crescimento da indústria fonográfica e do rádio, rapidamente se espalharia pelo país, a partir do Rio de Janeiro (Lopes, 2003). A partir de meados da década de 1940, as escolas de samba já constituir-se-iam na principal imagem do Carnaval carioca e do Brasil (Cabral, 1996).

Os Zé Pereiras, contudo, deixariam milhares de herdeiros em cordões e blocos da cidade. Além disso, neste momento já se faziam presentes de Norte a Sul do Brasil, com características diversas, tanto na questão musical quanto na apresentação. O mais antigo Zé Pereira fora do Rio seria o do Club dos Lacaiois, de Outro Preto, fundado ainda no século XIX³⁰. Em Florianópolis, capital de Santa Catarina, o Zé Pereira desfila pelas ruas desde 1895 (Silveira, 2010). Lá, como em outras localidades brasileiras, o Zé Pereira funciona também como o prenúncio do Carnaval.

Em Itaberaí, Goiás, o Zé Pereira é caracterizado pelos foliões mascarados e, em Inhumas, pelos homens vestindo trajes femininos (Faria, 2015). Em Recife e em Olinda, Pernambuco, o sábado de Carnaval é denominado de “Sábado do Zé Pereira” (G1, 2018). Em Teresina, Piauí, o *Curso do Zé Pereira* é atualmente considerado o maior curso do mundo, segundo o *Guinness Book* (Revista Direito Hoje, 2020). E em São Bento do Sapucaí, no estado de São Paulo, desde 2020 existe o *Museu do Zé Pereira* (São Bento Turismo, 2023).

Considerações Finais

No século XIX, o Brasil era encarado como uma terra de oportunidades, em que muitos portugueses depositaram a esperança de mudar de vida. Num período de grande deslocamento de pessoas entre as antigas metrópole e colônia, a migração portuguesa para o Brasil antigiria números elevados, num fluxo constante, ano após ano, o que levaria a capital federal do Brasil, o Rio de Janeiro, a ter um número de portugueses e descendentes diretos compatíveis com os das populações de Lisboa e do Porto, as duas maiores cidades de Portugal.

O Norte de Portugal era a região que mais enviava gente para o Brasil. Estes emigrantes, além dos seus sonhos, carregavam consigo as suas tradições culturais. A arte

³⁰ Seu estatuto e bandeira assinalam o ano de 1867 como o de fundação – porém outros autores defendem o ano de 1896 (Gomes, 2018: 111–112). Ainda em Minas Gerais, em Rio Novo, o Zé Pereira teria surgido em 1907 (Xavier, 2010).

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

de rufar tambores deixaria as romarias e as procissões portuguesas para fazer parte da folia carioca e transformar o Carnaval brasileiro. Os Zés Pereiras levariam o Carnaval para as ruas, acabando com a exclusividade do divertimento carnavalesco apenas para as classes favorecidas, com seus bailes de máscaras realizados em teatros, e caindo nas graças do povo. Aos poucos, forjado nos cortiços e subúrbios cariocas, entre trabalhadores braçais, brancos e negros desfavorecidos, e na mais popular das festas profanas, o Carnaval, moldar-se-ia uma manifestação cultural já distinta da encontrada nas romarias portuguesas.

Exemplos de resiliência, apesar das críticas das elites, os Zés Pereiras continuam a encantar e a entreter multidões, com o barulho característico e ensurdecedor do rufar de seus tambores, muitas das vezes acompanhados de enormes bonecos representando figuras humanas (os *gigantontes*). E quer em romarias ou no Carnaval, são motivos de afeto e orgulho para milhões de portugueses e brasileiros.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Jorge Fernandes (1993), *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Dissertação de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto.
- ALVES, Jorge Fernandes (2000), "Atalhos batidos: a emigração nortenha para o Brasil", *Atalaia/Intermundos: revista internacional de exegese contemporânea*, nº 6/7, pp. 297–308.
- ARAÚJO, Hiram (2003), *Carnaval: seis milênios de história*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Gryphus.
- ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de (2011), "Os festejos de entrudo no século XIX", *Textos escolhidos de cultura e artes populares*, v. 8, nº 2, pp. 41–55.
- ASSIS, Wendell Ficher Teixeira (2014), "Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo", *Caderno CRH*, v. 27, nº 72, pp. 613–627.
- BALLESTRIN, Luciana (2013), "América Latina e o giro decolonial", *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11, pp. 89–117.
- BARROSO, Véra Lúcia Maciel (2002), *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*, Porto Alegre, EST Edições.
- BICALHO, Maria Fernanda B. (2008), "França Antártica, o curso, a conquista e a 'peçonha luterana'". *História*, v. 1, nº 27, pp. 29–50.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

BRAGA, Alberto Vieira (1972), "Curiosidades de Guimarães", *Revista de Guimarães*, nº 72.

BRAGA, Teófilo (1985), *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, vol. 1, Lisboa, Dom Quixote.

CABRAL, Sérgio (1996), *As escolas de samba do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Lumiar.

CANCLINI, Néstor Garcia (1992), *Culturas híbridas: Estratégias para entrar y salir da la modernidad*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana.

CASCUDO, Luís Da Câmara (2005), *Dicionário do Folclore Brasileiro*, 10ª ed., Rio de Janeiro, Ediouro.

Revista Direito Hoje (2020), *Curso do Zé Pereira reúne 22 atrações musicais de Teresina* [consulta em 05/01/2023]. Disponível em:

<https://revistadireitohoje.com.br/curso-do-ze-pereira-reune-22-atracoes-musicais-de-teresina/>

CUNHA, Maria Clementina Pereira (2001), *Ecos da folia: uma história do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*, São Paulo, Companhia das Letras.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (2002), "Vários Zés, um sobrenome: as muitas faces do senhor Pereira no Carnaval carioca da virada do século", in Maria Clementina Pereira Cunha (org.), *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*, Campinas, Editora da Unicamp, pp. 371–418.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho (1986), "O Alto Minho em tempo de Festas", *Humanística e Teologia*, vol. 7, nº 3, pp. 251–282.

DINIS, Júlio (2000), *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Porto Editora.

EDMUNDO, Luís (2003), *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Brasília, Senado Federal.

ESTEVES, Alexandra Patrícia (2019), "Francisco de Paula Rodrigues Alves: O homem, o político e o sanitarista", in Alexandra Patrícia Lopes Esteves (coord.), *Homens, Instituições e Políticas (séculos XVI-XX)*, Braga, Universidade do Minho - Lab2PT, pp. 198–217.

FAZENDA, José Vieira (1921), *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

FARIA, Marcelo Fecunde De (2015), *Zé Pereira: a performance carnavalesca em Itaberaí-GO*. Dissertação de Mestrado, Goiânia, Universidade Federal de Goiás.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

FERREIRA, Felipe (2004), *O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro*, Rio de Janeiro, Ediouro.

JÚNIOR, Joaquim José de (1957), *Política e Costumes: Folhetins Esquecidos (1867-1868)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GOMES, Gabriela de Lima (2018), *Protagonismo sociocultural do Zé Pereira do Club dos Lacaíos em Ouro Preto/MG*, Tese de Doutorado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.

GUARACY, Thales (2016), *A Conquista do Brasil*, Lisboa, Planeta.

G1 (2018), *Recife e Olinda na noite do Sábado de Zé Pereira*, [consulta em 22/11/2022]. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/carnaval/2018/noticia/recife-e-olinda-na-noite-do-sabado-de-ze-pereira-fotos.ghtml>

HERCULANO, Alexandre (1855), "Viagens no Minho", *O Panorama*. vol. 12, n.º 41, pp. 322-325.

IBGE - Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (2023), *Censos demográficos*, [consulta em 15/01/2023]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v3.pdf

LEÇA, Armando (1942), *Da Música Portuguesa*, 2ª ed., Porto, Livraria Educação Nacional.

LIMA, Manoel de Oliveira (1996), *Dom João VI no Brasil*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Topbooks.

LOPES, Nei (2003), *Sambeabá: o samba que não se aprende na escola*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra.

LOUREIRO, José Carlos de Magalhães (2002), "A participação popular nas manifestações religiosas e o discurso das elites urbanas oitocentistas", *Cadernos Vianenses*, vol. 32, pp. 143–170.

MAURO, Frédéric (1991), *O Brasil no tempo de dom Pedro II: 1831-1889*, São Paulo, Companhia das Letras: Círculo do Livro.

MATTOS, Vitor Padilha (2022), *Das romarias ao Carnaval brasileiro: a trajetória do Zé Pereira no Rio de Janeiro (1850-1910)*, Dissertação de Mestrado, Braga, Universidade do Minho.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

MEIRELLES, Juliana Gesuelli (2017), *Política e cultura no governo de Dom João VI: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821)*, São Bernardo do Campo, EdUFABC.

MORAES, Eneida de (1958), *História do Carnaval Carioca*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

São Bento Turismo (2023), *Museu do Zé Pereira*, [consulta em 05/01/2023]. Disponível em https://saobentotur.com.br/_cultura/museu-do-ze-pereira.

NEVES, César Das (1895), *Cancioneiro de Músicas Populares*, vol. II, Porto, Editora Cesar, Campos & C.^a.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (2000), *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*, 3^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

PEDERNEIRAS, Mário (1907), "Tradições", *Kosmos*, IV série, nº 2, 18-19.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (1993), *O Carnavas das Letras: os literatos e as histórias da folia carioca nas últimas décadas do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (1992), *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*, São Paulo, Brasiliense.

QUIJANO, Aníbal (2005), "A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas" in Edgardo Lander (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires: CLACSO, pp. 107–130.

RALHA, Jorge (2016), "À espera do Carnaval de Torres: um curso por Lisboa, Porto, Nice e Torres Vedras, com um saltinho ao Rio de Janeiro (sem samba)", in Carçós Guardado da Silva (ed.), *Carnaval: história e identidade*, Lisboa, Colibri, pp. 127–157

RODRIGUES, Teresa F. & FERREIRA, Olegário A. Vieira (1991), "As cidades de Lisboa e Porto na viragem do século XIX - características da sua evolução demográfica: 1864-1930", in *Congresso «O Porto de Fim do Século (1880-1910)»*, Porto, Universidade do Porto, pp. 297-324.

SCHWARCZ, Lilia Moritz & STARLING, Heloisa Murgel (2018), *Brasil: uma biografia*, 2^a ed., São Paulo, Companhia das Letras.

SEVCENKO, Nicolau (1999), *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*, São Paulo, Scipione.

Vitor Padilha Mattos – *No século XIX, os Zé Pereiras atravessam o Atlântico e transformam o Carnaval brasileiro*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 6-29. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a2

SILVA, Leonardo Dantas (2000), *Carnaval do Recife*, Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife.

SILVEIRA, Mariela Felisbino da (2010), "ATRÁS DO ZÉ PEREIRA SÓ NÃO VAI QUEM JÁ MORREU": PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA LAPA DO RIBEIRÃO DA ILHA, Monografia, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano (2002), Festa e violência: os capoeiras e as festas populares na corte do Rio de Janeiro (1808-1890), in Maria Clementina Pereira Cunha (org.), *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*, Campinas, Editora da Unicamp, pp. 281–307

TINHORÃO, José Ramos (1991), *Pequena história da música popular: da modinha à lambada*, 6ª ed., São Paulo, Art Editora.

VIEIRA, José Augusto (1886), *O Minho Pittoresco*, II Vol., Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira.

XAVIER, Felipe Araújo (2010), *O Carnaval de Rio Novo: uma festividade e seus significados plurais (1907 - 1979)*, Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora.

WORDSWORTH, Dorothy (2020), *Diário de uma viagem a Portugal e ao sul de Espanha*, Alfragide, Edições Asa II.

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)

Awakening in new lands: Portuguese immigrants and their local and transnational articulations in the construction of anarchism in Brazil (1899-1920)

Réveil dans de nouvelles terres: les immigrés portugais et leurs articulations locales et transnationales dans la construction de l'anarchisme au Brésil (1899-1920)

Despertar en nuevas tierras: inmigrantes portugueses y sus articulaciones locales y transnacionales en la construcción del anarquismo en Brasil (1899-1920)

Kauan Willian dos Santos
Universidade de São Paulo
kauanwillian09@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a influência de imigrantes portugueses, assim como suas redes políticas e sociais, na construção do anarquismo no Brasil desde seu estabelecimento até a década de 1920. Faremos isso a partir da construção micro-histórica da trajetória política de três influentes militantes na comunidade de portugueses do movimento operário brasileiro, assim como no sindicalismo revolucionário e entre anarquistas: Joaquim Mota Assunção, Neno Vasco e Tércio Miranda. Temos como hipótese que os elementos linguísticos e culturais lusitanos favoreceram a construção de organizações que uniam os imigrantes portugueses num primeiro momento, mas isso não excluiu os esforços para uniões com as tradições das lutas locais e também com outros estrangeiros. Essa tendência tinha influência dos ideários gestados pela tradição internacionalista e também pela prática transnacionalista dos agentes portugueses ou de seus descendentes, construindo espaços comuns de classe entre diversos países.

Palavras-Chave: Anarquismo; Internacionalismo; Transnacionalismo; Movimento Operário - Brasil

Abstract: This article aims to analyze the influence of Portuguese immigrants, as well as their political and social networks, in the construction of anarchism in Brazil since its establishment until the 1920s. militants in the Portuguese community of the Brazilian labor movement, as well as in revolutionary syndicalism and among anarchists: Joaquim Mota Assunção, Neno Vasco and Tércio Miranda. We hypothesize that Portuguese linguistic and cultural elements favored the construction of organizations that united Portuguese immigrants at first, but this did not exclude efforts for unions with the traditions of local struggles and also with other foreigners. This tendency was influenced by the ideologies gestated by the internationalist tradition and also by the transnationalist practice of the Portuguese agents or their descendants, building common class spaces between different countries.

Keywords: Anarchism; Internationalism; Transnationalism; Labor Movement - Brazil

Résumé: Cet article vise à analyser l'influence des immigrés portugais, ainsi que leurs réseaux politiques et sociaux, dans la construction de l'anarchisme au Brésil depuis son implantation jusqu'aux années 1920. des militants de la communauté portugaise du mouvement ouvrier brésilien, ainsi que des militants révolutionnaires. syndicalisme et parmi les anarchistes : Joaquim Mota Assunção, Neno Vasco et Tércio Miranda. Nous émettons l'hypothèse que les éléments linguistiques et culturels portugais ont favorisé la construction d'organisations qui ont uni les immigrés portugais dans un premier temps, mais cela n'a pas exclu les efforts d'unions avec les traditions des lutes locales et aussi avec d'autres étrangers. Cette tendance a été influencée par les idéologies

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

engendrées par la tradition internationaliste et aussi par la pratique transnationaliste des agents portugais ou de leurs descendants, construisant des espaces de classe communs entre différents pays.

Mots-clés: Anarchisme ; Internationalisme; transnationalisme; Mouvement ouvrier - Brésil

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la influencia de los inmigrantes portugueses, así como sus redes políticas y sociales, en la construcción del anarquismo en Brasil desde su establecimiento hasta la década de 1920. militantes en la comunidad portuguesa del movimiento obrero brasileño, así como en revolucionario sindicalismo y entre los anarquistas: Joaquim Mota Assunção, Neno Vasco y Tércio Miranda. Presumimos que los elementos lingüísticos y culturales portugueses favorecieron la construcción de organizaciones que unieron a los inmigrantes portugueses en un principio, pero esto no excluyó los esfuerzos de unión con las tradiciones de las luchas locales y también con otros extranjeros. Esta tendencia estuvo influenciada por las ideas generadas por la tradición internacionalista y también por la práctica transnacionalista de los agentes portugueses o sus descendientes, construyendo espacios comunes de clase entre diferentes países.

Palabras-llave: Anarquismo; Internacionalismo; transnacionalismo; Movimiento Obrero - Brasil

Introdução: construindo o anarquismo globalmente e no Brasil

As ideologias e correntes políticas que nasciam e acompanhavam o advento do capitalismo industrial e sua expansão global na segunda metade do século XIX, como o republicanismo, os socialismos, o marxismo, o anarquismo e a estratégia do sindicalismo revolucionário, também tiveram uma característica marcante de se espalharem pelo mundo. Desde finais do século XVIII até o século XX a era contemporânea foi marcada pelos avanços das transformações econômicas que proporcionaram o desenvolvimento dos transportes e das comunicações de maneira inédita (Anderson, 2008). O resultado disso foi um fluxo constante de panfletos, folhetos, opúsculos, livros e periódicos criados a partir da intensificação dos contactos entre pessoas e países, somadas às conquistas coloniais e às migrações em massa. A criação das ferrovias, dos comboios à vapor, das máquinas tipográficas e de outras invenções das revoluções industriais, juntamente com os processos migratórios e o imperialismo, dessa maneira, deram subsídios para a disseminação de ideias e práticas que, por sua vez, também questionavam os malefícios deste sistema, como a concentração de renda e as péssimas condições de vida dos trabalhadores nos mais variados locais onde estes se instalavam.

Nesse contexto, para o pesquisador Benedict Anderson, “em seguida ao colapso da Primeira Internacional e à morte de Marx, em 1883, o anarquismo nas suas formas tipicamente diversificadas, foi o elemento dominante na esquerda radical autoconsciente” e, até a Primeira Guerra Mundial, “o principal veículo de oposição global ao capitalismo industrial, à autocracia, ao latifundiário e ao imperialismo” (Anderson, 2014: 19-20). Além do caráter imigratório, que impulsionou a construção global desta corrente política, os participantes das fileiras libertárias eram regidos por uma meta internacionalista, ou seja, acreditavam que as suas resistências e os

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

ganhos a serem conquistados não se restringiriam a uma unidade nacional ou ao um grupo étnico, devendo destituir os detentores dos meios de produção e os governantes a partir de uma revolução global. De fato, muito mais que uma teoria, os anarquistas tentaram exercer seu internacionalismo na prática. Muitos anarquistas forçados por questões de fugas e exílios assim como emigrando por razões de necessidade ou mesmo aspirando a disseminação das suas ideias pelo globo, atravessaram diversos países e continentes, levando e trazendo pensamentos e experiências diversas e construindo o anarquismo para além do atlântico norte ou da experiência europeia, discursando sobre a fraternidade universal. No caso brasileiro, esses foram os casos de Gigi Damiani (um italiano que teve uma participação intensa na construção do anarquismo e do movimento sindical no Brasil), Angelo Bandoni (nascido numa ilha do território francês e que transitou na Itália e também no Brasil) e Neno Vasco (militante luso-brasileiro atuando também numa experiência transnacional), que examinaremos a seguir (Samis, 2009).

Entre o fim do século XIX e o início do século XX, em várias partes do mundo, constituía-se um movimento operário global, no qual anarquistas, socialistas, sindicalistas revolucionários e outros comunicavam para construir, forjando estratégias em comum. Esse era o caso da Confederação Operária Brasileira (COB) ou da Federação Operária Regional Argentina (FORA), que citava as cartas, decisões e estratégias da Industrial Workers of the World, dos E.U.A ou da Confederação Geral do Trabalho (CGT), da França (Poletto, 2017: 43-78). Um esforço bastante poderoso do período, na América do Sul, foi o Congresso Internacional da Paz, em 1915 e o Congresso Anarquista Sul-Americano, articulados principalmente pelos anarquistas e sindicalistas do Brasil e da Argentina, obtendo apoio de algumas organizações europeias e americanas (Santos, 2018: 37-49). Os jornais, periódicos e opúsculos, as principais ferramentas políticas comunicacionais do período, também foram marcadas por este transnacionalismo. Em 1885, por exemplo, a Argentina já presenciava o periódico militante *Questione Sociale*, que contava com articulações internacionais, entre militantes italianos principalmente. Nesse sentido, o jornal *L'avvenire* de São Paulo, em 1894, alegava receber cartas da Argentina, Portugal, Espanha, Estados Unidos e Inglaterra, noticiando também, no caso deste primeiro, o contacto e a criação do “grupo La Juventú Comunista-anarquica de Buenos Aires” (Santos, 2018: 41). Na década de 1900, os periódicos *La Battaglia*, *A Terra Livre* e o *Amigo do Povo*, de São Paulo, já faziam uma ponte poderosa entre o movimento operário brasileiro, americano e europeu, se correspondendo e obtendo influências mútuas (Romani & Benevides, 2019).

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

Não obstante, esse processo nem sempre foi marcado por uma harmonia entre a realidade local que estes imigrantes se instalaram. Benedict Anderson (1998) e Glick Schiller (1992) chamam de “nacionalismo de longa distância” o processo no qual grupos, nos processos de migrações, se reconheciam e criavam comunidades nacionais, às vezes até ressaltando seu nacionalismo no processo migratório. Em bairros expandidos pela atividade industrial, como nos nascentes pólos industriais brasileiros (São Paulo, Santos, Porto Alegre e Rio de Janeiro), a mão de obra imigrante era, muitas vezes majoritária, e esse processo foi bastante comum.

Apesar dos grupos anarquistas se declararam internacionalistas, tal característica “nacionalista de longa distância” influenciou as primeiras experiências libertárias na década de 1890, como a Colônia Cecília, no Paraná, ou os primeiros jornais anarquistas de São Paulo, o *Gli Schiavi Bianchi*, *La Bestia Umana* e *L’Asino Umano*. Estas experiências ficaram restritas ao núcleo de imigrantes italianos. Apesar de citarem a “grande família humana, como a grande família animal e vegetal”, citando muitas vezes também “os escravos brancos, assim como os negros” (*Gli Schiavi Bianchi*, 20 de junho de 1892, p.2), apelando para a união de todos os povos, ainda assim, ao não se ater aos problemas específicos da realidade brasileira, foi pouco distribuído fora dos círculos dos imigrantes. Para o sociólogo Clayton Godoy,

o anarquismo foi muito mais dependente da presença e do desempenho dos mediadores originários de outros países e de suas respectivas redes interpessoais do que da absorção inicial, por segmentos sociais brasileiros, de ideias difundidas através de mecanismos não relacionais (GODOY, 2013: 85).

Não obstante, se as ligações étnicas e a disseminação de ideias exteriores eram, de facto, tendências inegáveis, esse caráter não cancelou a recepção dessas ideologias por movimentos anteriormente existentes ou por embates entre posições sociais constituídas nos anos anteriores. O autor Marcelo Badaró Mattos afirma que não foram raros os casos de indivíduos, ligados anteriormente aos movimentos abolicionistas ou também republicanos, durante a passagem do Império para a República do Brasil, que se juntaram rumo à construção de organismos trabalhistas de relevo (Mattos, 2009: 61-64).

Esse caso, com certeza, estava relacionado com a construção de jornais e grupos anarquistas como *O Amigo do Povo* (1902) em São Paulo, que unia imigrantes portugueses, espanhóis, italianos e brasileiros, o *Guerra Sociale* (1916-1917), constituído por um núcleo italiano, mas que se tornava não excludente e aberto a outros imigrantes e trabalhadores do país. O mesmo podemos dizer de *A Luta* (1906-1911), de Porto Alegre, composto por militantes

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

alemães, italianos, afrodescendentes e outros diversos grupos. Nesses casos, observamos como a união de grupos étnicos e nacionais não excluía as suas expansões e projetos sociais, culturais e políticos mais amplos, que englobassem toda a população local, a até internacional (Romani & Benevides, 2019).

Tendo isso em consideração, este artigo tem como objetivo analisar a trajetória de imigrantes portugueses, assim como as suas redes políticas e sociais, nesse processo de construção do anarquismo no Brasil, desde o seu primeiro momento até o período dos ciclos de greves e insurreições de 1917-1920 no país. Os portugueses formaram o maior grupo de imigrantes nos dois maiores centros urbanos do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, mas também em cidades como Manaus e Porto Alegre e em diversas outras localidades. Mesmo com menor investimento de passagens subvencionadas e antes do período republicano, o Brasil contava com uma forte presença lusitana que atravessa a colonização, mas atingiu um marca expressiva durante a Independência, que chegou há 1,9 milhões de pessoas entre 1922 e 1945 (Mendes, 2011: 29-53).

Diversos estudos já relativizam a ideia de que os grupos italianos e espanhóis eram os mais radicalizados, dando visibilidade também para os imigrantes portugueses e para aos trabalhadores nascidos no país (Martinho, 2012; Samis, 2009). Seguindo esse rasto, e continuando diversos estudos citados neste artigo, temos como hipótese que apesar dos discursos antilusitanos de trabalhadores brasileiros no período compreendido, que os elementos linguísticos e culturais lusitanos favoreceram a construção de organizações que uniam os imigrantes portugueses num primeiro momento, mas isso não excluiu os esforços para uniões com as tradições das lutas locais e também com outros estrangeiros. Essa tendência tinha influência dos ideais criados pela tradição internacionalista e também pela prática transnacionalista dos agentes portugueses ou de seus descendentes.

Nesse sentido, imigrantes portugueses também se empenharam para a aproximação entre outros grupos imigrantes e em projetos organizativos que unissem diversos grupos étnicos e nacionais na construção de organismos de resistência, de comunicação política e atuação sindical. Faremos isso a partir da reconstrução, levando em consideração a bibliografia sobre o tema e os jornais operários escritos por estas pessoas, da trajetória política de três militantes com respaldo no movimento anarquista e sindical que também eram imigrantes portugueses no

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

Brasil: Joaquim Mota Assunção, Neno Vasco e Tércio Miranda.¹ Além disso, analisaremos as redes entre ativistas e militantes destes dois países, assim como de outras conexões, como a construção de mobilizações e espaços associativos e sindicais, incluindo as campanhas anti-militaristas no contexto da Primeira Guerra Mundial e das greves entre 1917-1920.

Sincronias iniciais: a trajetória de Joaquim Mota Assunção e o elemento lusitano na recepção do anarquismo e sua influência entre a classe trabalhadora do Rio de Janeiro

Um dos primeiros jornais anarquistas no Brasil, dirigido por um português, que começava a ter influência no movimento operário em sua localidade, foi *O Protesto*, lançado em 1899, no Rio de Janeiro. Ele tinha a participação de Sarmiento Marques, um trabalhador espanhol que tinha sido pioneiro na cidade, ao criar o periódico anarquista *O Despertar*, um ano antes. Mas, desta vez, a direção do novo periódico ficou a cargo de Joaquim Mota Assunção. Ele foi um imigrante português que chegou ao Brasil com o seu pai e os seus três irmãos aos oito anos de idade. Primeiramente Mota Assunção e parte de sua família se estabelecem em uma colônia agrícola no oeste de São Paulo, subvencionados pelo Estado. Ele se mudou para a capital do país na passagem da adolescência para a vida adulta, quando exerceu a profissão de condutor de bonde, depois tipógrafo e linotipista. O jornal de sua direção teve 12 números com uma tiragem 1.000 a 1.5000 exemplares e já mostrava uma maior inserção nas associações operárias do que seu antecessor, o que se deve ao fato de suas profissões. Sob a coluna “Movimento Operário Social”, apontava as reivindicações e especificidades dos chamados “trabalhadores de bondes” e a tentativa de criação de uma Federação dos Trabalhadores que foi instituída na Rua Tobias Barreto, nº 37.²

Mota Assunção aproveitava essa experiência organizativa e apresentava muitas citações e colunas anticapitalistas claramente anarquistas ou libertárias, começando por seu cabeçalho citando “a propriedade é um roubo” de Pierre Joseph Proudhon e “a expropriação é uma necessidade” (*O Protesto*, 3 de dezembro de 1889, p.1) de Piotr Kropotkin. Com isso, já era noticiado e tentava-se organizar as categorias de pintores, barbeiros, tecelões, padeiros, chapeleiros e dos tipógrafos, conhecidos por serem reivindicativos na cidade, espalhando ideias

¹ Aqui estamos sendo influenciados pela micro-história, especialmente a de matriz italiana que busca a intersecção entre as esferas individuais dos biografados, com os aspectos políticos e culturais da sociedade em que este está inserido. (LIMA, 2006)

² Ver “Movimento Operário Social”, *O Protesto*, 3 de dezembro de 1889, Rio de Janeiro, p.3 e *O Protesto*, 3 de dezembro de 1899. Rio de Janeiro, p.4.

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

como o republicanismo, socialismo e anarquismo.³ O acompanhamento dessas categorias talvez seja um indício de como o militante havia aderido ao anarquismo, uma vez que ele chegou aqui quando criança. É também uma evidência que as ideias libertárias e socialistas não tenham sido trazidas apenas por imigrantes. Nesse período inicial muitos deles politizaram-se no processo de reconhecimento enquanto imigrantes, trabalhadores e também devido à exclusão do processo político representativo, tanto no Brasil mas também em seus países de origem⁴.

É preciso salientar também algumas características da imigração portuguesa no país. Tomamos o caso do Rio de Janeiro como exemplo, podemos perceber que na década de 1890, chegaram 106.461 desses imigrantes numa população de 522.651 pessoas. Nesse período, os portugueses representavam 20,37 % da população na região e 68,60% dos imigrantes (Oliveira, 2009: 149-168). Apesar da cidade ser conhecida por seu aspecto luso devido à presença da corte portuguesa décadas atrás, a escolha ainda tinha outros condicionantes. O fato era que havia um contingente contínuo de indivíduos precarizados em busca por melhores condições de vida, especialmente das áreas rurais de Portugal, que aumentava de forma intensa desde a metade do século XIX. E, assim como em São Paulo, Rio Grande do Sul e outras regiões, o Rio de Janeiro se tornou um destino visado por representar um dos pólos industriais emergentes ofertando atividades e empregos. Sua característica especial também era a presença de uma extensa área de comércio que atraiu justamente uma grande quantidade de trabalhadores não qualificados que buscavam atividades como ajudantes de comerciantes, estivadores, barbeiros, condutores de bondes, padeiros e outros. Para Carla Mary Oliveira sendo

em sua grande maioria homens solteiros, os portugueses que aportavam no Rio de Janeiro acabavam instalando-se por ali mesmo, no centro da cidade e suas cercanias, na Gamboa, na Saúde, no Castelo, e iam trabalhar, quase sempre, em funções que não necessitavam de qualificação prévia (Oliveira, 2009: 153).

Mota Assunção já vivia no Brasil há algum tempo, primeiro fator que nos possibilita pensar que seu compartilhamento com o anarquismo pode ter se dado com a sua experiência entre esses trabalhadores precarizados, que estrangeiros, mas também brasileiros, compunham. Evidentemente, eram comuns formas de associação entre indivíduos de um mesmo país ou

³ Ver Samis, 2009: 109-110 e Batalha, 2009: 28-29.

⁴ Nesse período, o Brasil acaba de proclamar a República, ainda com representação eleitoral excludente para a maioria da população, ao exigir a alfabetização para os maiores de 21 anos (Ferreira, 2005). Já, em Portugal, apenas a Revolução de 1910 irá depor a Monarquia (Pires, 2017).

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

região, mesmo nos lugares onde não recebia a imigração familiar, conservando aspectos culturais de suas origens, bem como livros, experiências e correntes de pensamento. Isso faz, de fato, com que seja mais provável as chances de o militante ter conhecido e disseminado as ideias libertárias entre militantes imigrantes, na maioria portugueses, mas não podemos excluir também sua integração com outros, como espanhóis e italianos, que existiam em grande número na cidade (Bertonha 2014), e mesmo brasileiros. O historiador Marcelo Badaró Mattos também nos mostra que, na cidade, desde a metade do século XIX, devido a sua população fortemente afrodescendente e também de imigrantes foi comum a construção de associações mutualistas, irmandades, associações com a presença de escravizados, ex-escravizados e trabalhadores livres que, mais tarde, iriam compor partidos, sindicatos e outras organizações (Mattos, 2009: 61-157).

É claro que devemos considerar que, apesar desse compartilhamento, existiram disputas entre brasileiros e estrangeiros portugueses nessa região que foram alvos de um intenso debate historiográfico. O fato de haver muitos documentos das associações mutualistas e sindicais mostrando rivalidades entre trabalhadores de diferentes nacionalidades, e nesse caso a lusofobia, tanto para a disputa de lideranças quanto para o tensionamento de correntes políticas e estratégias, levou autores como Boris Fausto defenderem que tais embates limitaram o movimento operário no Rio de Janeiro, assim como teriam desenvolvido a predominância do sindicalismo reformista, chamado pelo autor como “trabalhismo carioca”. Além disso, para Fausto, os ferroviários, trabalhadores marítimos e doqueiros, por sua presença majoritária negra, formavam um grupo com a ausência de ideologias europeias como o socialismo e o anarquismo, fato diferente em São Paulo, que, pelo caráter italiano, foi supostamente um antro de correntes políticas radicais (Fausto, 1977).

Nos estudos atuais que mostram essa relação na classe trabalhadora, Marcelo Badaró Mattos nos revela que a experiência dos trabalhadores escravizados e imigrantes, muitos portugueses, nas ruas, em ocupações precarizadas, muitas vezes compartilhando as mesmas ocupações - ambos buscando formas difíceis de sobrevivência - levou, de fato, eventualmente, também ao surgimento de rivalidades e disputas (Mattos, 2009). No entanto, como também afirma Erika Bastos Arantes em seu estudo sobre os trabalhadores portuários, esse tensionamento e não seu isolamento é que trouxe uma experiência e proximidade para uma formação da classe operária no estado. A autora, levando em consideração que não existe uma formação de classe sem experiências de embates e diferenças, afirma que esse contato intenso,

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

com o passar dos anos, também “levou ao surgimento de várias formas de solidariedade” (Arantes, 2010: 38). Processo que se deu quando os trabalhadores avistaram problemas comuns como a situação precária em que estavam envolvidos, criando órgãos para lidarem com essa realidade como a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche em Café, no centro da cidade, importante organização que contava com trabalhadores nativos e estrangeiros, participando de manifestações do período. Tudo indica também que, como também mostra a pesquisadora Fabiane Popinigis, a língua portuguesa aumentou, de fato, a proximidade entre imigrantes portugueses e brasileiros no estado do Rio de Janeiro que, evidentemente como em muitas relações humanas próximas, produziam conflitos, mas também aumentavam as chances de compartilhamento de ideias e experiências entre imigrantes e a população nativa, inclusive ex-escravizados e pobres (Popinigis, 2007: 126-135).

Em maio de 1900, por exemplo, o periódico *O Protesto* publicava uma coluna destinada ao significado do dia 13 deste mês referente à abolição da escravidão. Os redatores afirmavam que no antigo sistema escravista “havia a propriedade homem” no qual “o negro era mercadejado pelos burgueses, como se fosse um quadrúpede – aquilo era revoltante.” Reconhecendo os avanços da abolição, no entanto, diziam que “o escravo só tem mudado de nome.” Os trabalhadores ditos livres seriam os novos escravos da classe burguesa e política do país e, nessa visão

se o fato de 13 de maio tem em si algum valor, não o deve seguramente aos políticos, nem muito menos ao decreto da princesa, mas sim aquela sacrossanta campanha que teve por nome Abolição! O 13 de maio, pois, não é um dia de festa: é um dia de protesto e rebeldia (*O Protesto*, 13 de maio de 1900, p.1).

Nos anos de 1898 e 1900, duas greves de cocheiros aconteceram na cidade, quando aconteceram repressões policiais. Os anarquistas, mesmo ainda não hegemônicos nos eventos, participaram ativamente das greves e manifestações, organizando, noticiando e buscando auxílio a essa categoria de trabalhadores (Samis, 2009: 107).

Contando com um tipo de inserção entre diversas categorias da cidade, Joaquim Mota Assunção também tinha apoio de ativistas do país, como Benjamin Mota, que morava em São Paulo (Santos, 2021, 53). Sua articulação internacional também existia, como no caso do grupo de imigrantes espanhóis na Argentina a partir do grupo Luz Y Progreso de Buenos Aires e de outros, dos louvores aos mártires de Chicago dos E.U.A, e da rede transnacional de anarquistas portugueses. O jornal acompanhava, a partir de cartas, ou mesmo da notícia de jornais

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

libertários portugueses enviados por correspondência, a formação de grupos e os andamentos das discussões libertárias em Portugal e suas articulações com outros países, como atesta a coluna “O Movimento Social” de março de 1900, que transcrevia a notícia que:

PORTUGAL - A propaganda aqui, depois de algum tempo de tréguas, começa a tomar incremento. Segundo lemos no nosso estimado colega *A Obra*, de Lisboa, começam a organizar-se novos grupos libertários.

Acabamos 4 manifestos: Um aos “Proletários” exortando o elemento liberal a congregar esforços para enviarem um representante ao Congresso Operário Revolucionário Internacional, que reunir-se-à em Paris, por ocasião da Exposição Universal, que se efetuará brevemente (O PROTESTO, 18 de março de 1900, p.3).

Vemos, portanto, que estes militantes não estavam alheios às discussões e articulações políticas socialistas e anarquistas da Europa, mesmo que seus correspondentes daqui não tivessem começado sua atuação naquele continente. Tanto o sentimento de nacionalismo de longa distância, quanto o internacionalismo político do anarquismo, misturavam-se, potencializando esse caráter, o que foi decisivo para a inserção desses militantes na construção do movimento operário no Brasil. Edgar Rodrigues afirma ainda que Mota Assunção continuou sua trajetória em diversos espaços participando “da Universidade Popular, de 1904, no Rio de Janeiro” e “escreveu peças de teatro e obras entre as quais, *Analfabetos Ilustres*, tudo ainda na primeira década do século XX.” (Rodrigues, 2010: 46).

Os registros de Assunção continuam com o passar dos anos, colaborando com os principais organismos que tiveram participação de outros imigrantes portugueses, mas também que eram os principais espaços do operariado no país como os periódicos *O Amigo do Povo* e a *Terra Livre*, participando também na fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) em 1906 e de sua periódico, *A Voz do Trabalhador*.

Neno Vasco e a conformação do anarquismo e de suas estratégias sindicais além-mar

Em 9 de maio de 1878, na cidade de Penafiel, distrito do Porto em Portugal, nasceu Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos. O futuro anarquista nasceu de uma família católica de comerciantes com certas relações políticas que, com problemas financeiros, decidiram emigrar para o Brasil, onde também tinham negócios investidos. Anos mais tarde, voltou para Portugal, especificamente para a região de Amarante na casa da sua avó, uma vez que seu pai requeria para ele uma educação letrada e intelectual nos moldes europeus. Nesse

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

movimento, estudou no Liceu Amarantino, no qual teve contato com escritores e poetas que se tornaram influentes posteriormente, como António Resende e Teixeira de Pascoaes. Em 1896 inicia seu curso na Faculdade de Direito em Coimbra, estabelecendo relação e se interessando por obras racionalistas e, especialmente, pelo republicanismo e o anticlericalismo (Samis, 2009: 17-29). O historiador Alexandre Samis explícita que o primeiro contato que o personagem teve com o anarquismo foi justamente o “intervencionismo”, ou seja, a luta de alguns militantes anarquistas pela república portuguesa, acreditando que, mesmo sendo insuficiente esse modelo político, ele era uma etapa de progresso necessária ou que poderiam, nessa luta, radicalizar o programa político republicano, influenciando as massas para uma revolução social (Samis, 2009: 51).

Em 1901, Gregório de Queirós e Vasconcelos, depois de formado, vai ser conhecido como participante de jornais republicanos nos quais, mais tarde, em manifestações de origem popular e com influência da Internacional, conhece as ideias de Errico Malatesta. Nesse período, os jornais como *O Germinal*, de Lisboa, ou *O Agitador* de Porto, começava a ter grande influência do teórico italiano, que começava a passar das fileiras insurrecionalistas, para métodos mais organizados, tanto em volta do sindicalismo, mas das organizações políticas anarquistas (Duarte, 2021).

Nesse ano, já conhecido nas redes militantes como Neno Vasco, decide emigrar novamente para o Brasil, não pela necessidade, mas pelo que tudo indica pelo anseio internacionalista que começava a ler nas teorias anarquistas e pelo conhecimento que tem dos grupos iniciais que estavam a se formar no país. Ele estabeleceu relações próximas aos militantes italianos Gigi Damiani, Oreste Ristori, Alessandro Cerchiai e Giulio Sorelli e com os portugueses, especialmente Benjamin Mota, e brasileiros, como Ricardo Gonçalves. Esse grupo, com outros anarquistas influentes, fomentou a criação do periódico *O Amigo do Povo* na cidade de São Paulo (Toledo, 1998: 101). Iniciado em 1902 o jornal era impresso na Rua Guilherme Maw, n.º 38, no bairro da Luz e a maioria de suas colunas eram escritas em português, com algumas em espanhol e italiano, tentando, portanto, aglutinar várias origens nacionais de trabalhadores. Em um dos seus primeiros números, os redatores libertários afirmavam que o surgimento do jornal, “redigido em português”, tinha como objetivo fazer com que “o proletariado manual e intelectual indígena possa conhecer os princípios de nossa escola socialista” (*O Amigo do Povo*, 19 de abril de 1902, p.1).

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

O Amigo do Povo também apostava nos espaços educativos e culturais para a classe trabalhadora como na criação do Centro de Estudos Sociais e Ensino Mútuo, a apresentação de peças como *Il Giustiziere*, apresentado por Giulio Sorelli e o lançamento de romances como o *Ideólogo*, de Fábio Luz (Toledo, 1998: 94-95). Não foi coincidência *O Amigo do Povo* tornar-se o primeiro periódico em língua portuguesa com publicação regular no país. A autora Edilene Toledo afirma que “durante seus três anos de existência (1902, 1903 e 1904), o grupo conseguiu criar 63 números do jornal. A frequência do periódico variou entre uma semana e quinze dias e o número de páginas entre três e quatro” (Toledo, 1998: 102)

Sobre o conteúdo de suas publicações, os nomes mais comuns nas suas colunas eram “A Greve” e “Movimento Social”, revelando seu principal alvo e sua estratégia primordial, tentar organizar um movimento operário que congregasse o maior número de pessoas, noticiando a realidade local da população brasileira. Discutindo com os anarquistas da cidade de como se chegar à revolução, o grupo colocava sob o título “O que queremos”:

A simples propaganda, falada ou escrita, já o dissemos, é importante para conquistar para as nossas ideias toda a grande massa popular. É indispensável uma educação prática que seja alternadamente causa e efeito numa gradual transformação do ambiente. Convém que à medida que se desenvolvam nos trabalhadores o sentimento da revolta contra os injustos e inúteis sofrimentos de que são vítimas, e o desejo de melhorar a própria condição, eles lutem, unidos e solidários, pelo que conseguimento do que desejam (*O Amigo do Povo*, 24 de maio de 1902, p.1).

Os anarquistas em questão criticavam os grupos que se restringiam à propaganda, mesmo aqueles que se voltavam aos trabalhadores nas portas de fábricas. Assim, eles procuravam voltar-se a “uma educação prática”, exercitando o espírito combativo dos explorados. Nesse sentido, embora a língua portuguesa fosse um elemento importante assim como a criação de um ambiente educacional como centros educativos ou bibliotecas, o jornal também considerava os espaços de luta:

A necessidade da organização é mais do que palpável; oitenta por cento dos operários deste país trabalham diariamente de 12 a 13 horas e os abusos patronais estão na ordem do dia. Permanecer indiferente ante esta situação abjeta é tornar-se cúmplice dela. É preciso deixar escrúpulos a um lado e meter pela vida ação fecunda, formando cada uma parte da sociedade da sua profissão e pouco importa que os obstáculos a vencer sejam muitos ou que no princípio a obra se conte com poucos aderentes. (*O Amigo do Povo*, 11 de abril de 1903, p.1).

Uma das primeiras influências do grupo em torno do *Amigo do Povo*, ainda em 1902, foi sua participação na Liga de Resistência de Chapeleiros e anexos e, logo depois, na Liga de Operários, Sapateiros e Anexos e a Associação de Artes Gráficas, além de noticiar greves, boicotes, manifestações e criações de outros sindicatos sob a coluna “Movimento Social.” Esse

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

caráter fez com que os anarquistas pudessem construir a Federação Operária de São Paulo (FOSP) desde 1905, que contava ainda com socialistas e sindicalistas de outras matizes (Toledo, 1998: 110-111). Nessa perspectiva, as táticas de greves parciais que o grupo incentivava visava a melhoria da condição de vida dos trabalhadores, como apontamos, mas também a preparação essencial para a greve geral. Para isso, um dos debates do grupo era exatamente como estes militantes poderiam unir lutas anteriores e a tradição dos trabalhadores na cidade e no país aos interesses e alvos do anarquismo, porém sem transpor exatamente qualquer um desses para a nova realidade. Eles diziam:

Respeitamos os processos revolucionários passados, mas sem querer copiá-los. Cada época tem o seu método particular e cada grau de civilização os seus processos novos. A arma da tirania será sempre a barbárie, e a dos homens livres sempre a inteligência (O Amigo do Povo, 1 de maio de 1902. p.1).

O historiador Alexandre Samis, em seu estudo sobre o militante Neno Vasco, realmente afirma que nesse período, “tais ideias, [...], longe de permanecerem puras, trazidas de fora e preservadas de qualquer influência interpretativa, misturaram-se em favor da resolução de problemas específicos encontrados na América” (Samis, 2009: 9). Nesse sentido, Neno Vasco foi um grande elaborador e fomentador de um anarquismo sincrônico com a realidade brasileira, ao mesmo tempo conectado com o movimento europeu, principalmente em Portugal. Seu trânsito entre os dois países, sua bagagem teórica internacionalista, e sua luta prática republicana e depois adentrando o socialismo libertário, colocava o referido militante e propagandístico neste lugar. Discursando para os operários brasileiros que podiam apresentar discursos xenofóbicos contra brasileiros, ele citou que:

é necessário que o proletariado brasileiro abra os olhos e se dê conta das mistificações de que está sendo vítima. É preciso que compreenda que o seu inimigo não está fora do Brasil, que o seu inimigo não é estrangeiro, mas capitalista, o burguês, o militar, o padre e todos os sustentáculos da iníqua organização da actual sociedade, e que esses inimigos os temos aqui dentro do Brasil, como estão em todas a partes, competindo aos operários como principais vítimas, preparar-se lhes dar combate aqui. Ao par que os nossos companheiros, os operários das outras nações, fazem o mesmo nos seus respectivos países (A VOZ DO TRABALHADOR, 1 de julho de 1908, p.2).

É certo que as associações de socorro mútuo e outras entidades mutualistas de caráter étnico marcaram o processo de estabelecimento de imigrantes em várias partes do Brasil. Entre os portugueses podemos citar a Sociedade Portuguesa de Beneficência, criada ainda em 1861 (Jesus, 2014: 113). Embora os militantes socialistas, sindicalistas e anarquistas se aproximassem e se beneficiassem destes organismos, para muitos destes internacionalistas

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

como Neno Vasco, a associação entre seus conterrâneos não excluía a associação com outros grupos imigrantes, e com os trabalhadores já residentes no país.

No caso dos imigrantes portugueses anarquistas, as particularidades desse fenômeno podem ser evidenciadas no periódico *A Terra Livre*, construído através de uma associação de militantes do Rio de Janeiro e de São Paulo, provindos dos grupos que publicavam anteriormente *O Amigo do Povo* e a *Revista Autora*, projetos de grande influência de Neno Vasco (Alvarenga, 2017: 99-103). Parecido com seu periódico antecessor, sua primeira publicação saiu no dia 1º de dezembro de 1905 e sua impressão era feita na Rua Santa Cruz da Figueira, nº1, passando posteriormente para o endereço na Rua Maria Domitilla, nº 88, ambos em São Paulo, nos quais as subscrições voluntárias poderiam ser enviadas para o nome de Neno Vasco ou para Manuel Mascoso na caixa do correio, nº236, no Rio de Janeiro. Este último militante era imigrante da Espanha e estabeleceu contato com os galegos no país que adentravam o movimento operário e, logo depois, conheceu militantes luso-brasileiros, como Neno Vasco, e depois italianos, como Gigi Damiani e Matilde Magrassi, e mesmo nascidos no país como Edgard Leuenroth. Vivendo entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, participou ativamente em grupos e periódicos como *A Voz do Trabalhador*, *A Luta* e *O Diário*, além de escrever por carta para a revista *A Sementeira* e o jornal *O Diário* de Portugal (Santos, 2021: 120).

É nesse contexto que o grupo em questão tentou difundir e impulsionar a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e a Federação Operária de São Paulo (FOSP). A FOSP foi sendo constituída desde 1903 com a multiplicação de grêmios e ligas de resistência de bairros, que começaram como grêmios de imigrantes, mas desta vez expandiram-se para trabalhadores em geral. A FOSP desde seu início tinha forte caráter étnico italiano tendo o jornal *Il Falegname* de Giulio Sorelli um dos seus principais articuladores, mas também o periódico socialista *Avanti!*. Não obstante, foi potencializado pela articulação de imigrantes portugueses, espanhóis e brasileiros posteriormente. Em 1905, a União de Chapeleiros noticiou a meta de criar e unir vários sindicatos, ligas e outros organismos, tendo a FOSP como órgão aglutinador. Tal projeto foi apoiado e noticiado em *A Terra Livre* em sua edição do dia 7 de fevereiro de 1906. O periódico *A Terra Livre* também continuava com sua rede em Portugal, e através da composição e apoio de outros imigrantes, também acompanhava o movimento operário da Espanha, Itália, Argentina e de outras localidades (Alvarenga, 2017).

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

Essas articulações, tanto locais mas também internacionais, construíram a Confederação Operária Brasileira, fundada em 1906, mas com sua ativação apenas em 1908. O Primeiro Congresso Operário, evento que concretizou a intenção, foi realizado no Centro Galego (espaço familiar aos redatores em torno de *A Terra Livre*) entre os dias 15 e 22 de abril de 1906 no centro do Rio de Janeiro. As reuniões receberam 43 delegados de 28 associações de variadas partes do país, incluindo a cidade em questão, Salvador, Alagoas, Rio Grande do Sul e São Paulo e incluía, em seus primeiros anos, 50 sindicatos federados por organismos e “federações nacionais de indústria ou de ofício, uniões locais ou estaduais de sindicatos, sindicatos isolados em locais onde não existiam federações ou de indústrias e ofícios não federados” (Toledo, 2013: 214) Nesse sentido, como estamos acompanhando, a proposta de união em base nos interesses econômicos da estratégia do sindicalismo revolucionário⁵ que convocava trabalhadores de diversos ofícios, bairros, também servia muito bem para os interesses internacionalistas de união entre os trabalhadores de várias origens nacionais e étnicas.

Neno Vasco acompanhava essa construção e articulava sua estratégia sindicalista revolucionária, anarquista e internacionalista. Nesse mesmo período, ele estreitou mais ainda os laços com os espaços operários do Brasil, casando-se com Mercedes Mascoso, outra militante anarquista, e contribuiu para a construção da Escola Moderna, edificado pelo educador libertário Adelino Tavares de Pinho. Esse espaço, assim como os projetos de Paul Robin e Francisco Ferrer Y Guardia na Europa, foram importantes para a edificação de uma educação autônoma entre os filhos de operários, servindo também como lugar para a discussão de operários e sindicalistas. Para os militantes anarquistas, a luta econômica e a educação construído pelos próprios trabalhadores, longe dos dogmas estatistas, capitalistas e da Igreja, eram umas das pontes para o novo mundo, e configurava a estratégia sindicalista revolucionária (Santos, 2021: 159-175).

Nesse sentido, é interessante também perceber que a construção da Confederação Operária Brasileira foi no mesmo período que a construção da Carta de Amiens de 1906, que marcou o sindicalismo revolucionário francês, a partir da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Essa carta foi tida como um documento que influenciou o modelo de outros sindicatos

⁵ Existe uma ampla bibliografia sobre o caráter ideológico do anarquismo, ora sendo confundido com o anarcossindicalismo (um sindicato de caráter explicitamente anarquista), ora sendo defendido como uma corrente autônoma entre o socialismo e o anarquismo (Toledo, 2013). Aqui estamos o acompanhando como uma estratégia anarquista, que defendia a independência ideológica, mas que também era sincrético às estratégias sindicais de socialistas ou de sindicalistas revolucionários pragmáticos (Santos, 2021: 118-144).

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

de orientação pela “ação direta” no mundo. Sem contestar a influência do documento, que realmente era citado por diversas organizações sindicalistas, anarquistas e socialistas, não obstante, como estamos acompanhando, na verdade, a Carta de Amiens também foi influenciada por um movimento global que se correspondia e se construía conjuntamente a partir das discussões da classe trabalhadora em várias partes do mundo (Toledo, 2013).

Neno Vasco, que regressou para Portugal em 1911, após o estabelecimento da República, foi tido como um grande influenciador do sindicalismo revolucionário e do anarcossindicalismo no país, que teve sua Confederação Geral do Trabalho apenas em 1919. Sua obra, a *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, publicada em 1920 e lida pelo movimento operário português, teve muita influência das discussões geradas pelo movimento operário do Brasil (Duarte, 2021: 206). Nesse caso, a construção do anarquismo e de suas estratégias sindicais, não vinham apenas do centro do capitalismo para “baixo”, mas as posições e discussões geradas nos países tidos como periféricos também puderam influenciar fortemente o operariado europeu. E grande parte dessa mediação teve o peso de agentes que transitavam entre esses “dois mundos”, como Neno Vasco.

O periódico *A Voz do Trabalhador* de Porto Alegre, o órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), em 1912, mostrava que as pautas da classe trabalhadora deveria estar em consonância tanto com interesses da cidade como em âmbito global, fato que ficava explícito na coluna “Carta de Portugal” que mostrava os ganhos dos trabalhadores no país, incluindo a passagem da Monarquia à República defendendo que “foi a classe operária que maior e mais resistente contingente de revolucionários forneceu por ocasião da implementação do novo Regime em Portugal” (*A Voz do Trabalhador*, 11 de agosto de 1912, p.2). Oito anos depois, Neno Vasco faleceu devido às complicações de tuberculose, na freguesia de São Romão do Coronado, em Trofa, mas convicto de suas posições que tanto a classe trabalhadora do Brasil quanto em Portugal deveriam avançar rumo à liberdade e à igualdade para todos.

Tércio Miranda entre greves, repressões e as campanhas antimilitaristas diante da Grande Guerra

A solidificação do movimento operário através das federações sindicais e de uma coordenação que se esforçava para ter um alcance nacional resultou num ciclo de greves entre 1906-1907 entre várias cidades brasileiras. Em maio de 1907 um protesto dos metalúrgicos da Companhia *Lidgerwood* por melhores condições de trabalho e pela jornada máxima de oito

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

horas de atividade teve a presença organizativa da FOSP, que garantiu que esses agentes recebessem o apoio de outras categorias como pedreiros, sapateiros, tecelões, gráficos, possibilitando considerável amplitude reivindicativa. Anarquistas, além de sua posição no interior da federação, ofereceram discussões e disseminaram notícias através de diversos jornais, entre eles o grupo italiano de *La Battaglia* e *A Terra Livre*, com o envolvimento de imigrantes portugueses e outros, como vimos. Em 1907, amparos legais foram criados pelos governantes ao visualizarem o potencial perigo das agitações para o projeto republicano, sancionadas pelo então presidente Rodrigues Alvez como a Lei Adolfo Gordo que regularizava a expulsão dos estrangeiros residentes no Brasil (Santos, 2021: 99).

O pesquisador brasileiro Sheldon Maram afirmou que entre 1907 e 1921, dos 556 trabalhadores estrangeiros banidos do país, 181 eram portugueses, 121 eram italianos e 113 espanhóis (Maram, 1979: 43). Isso evidencia senão o impacto de imigrantes portugueses na organização operária e sindical, pelo menos a continuação de uma lusofobia, desta vez institucionalizada. Essas medidas também tinham o objetivo de desestruturar uma rede que não se organizava apenas localmente, mas através dos contatos entre imigrantes, ou falantes da mesma língua em regiões distantes. Francisco Carlos Martinho nos informa que “no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro encontramos uma série de documentos referentes à participação de portugueses em atividades sindicais”, dessa maneira “em 17 de dezembro de 1906, foram presos, acusados de incitação à greve [...] os portugueses José Ferreira da Silva, José Lisboa e Miguel Pereira e “junto com eles, foram também presos os brasileiros Manoel José Junqueira e José Moreira da Silva.” (Martinho, 2012: 417). Em 1914, uma greve em Belém do Pará, entre sapateiros, carroceiros e estivadores, resultou na prisão do imigrante português Antônio da Costa Carvalho. Ele era um pequeno proprietário de uma quitanda e uma das principais lideranças do movimento operário sob o manto anarquista na região (Teles, 2016: 6-15). Ele correspondia-se principalmente com o jornal *A Lanterna*, um órgão anticlerical criado pelo advogado e livre pensador, e depois anarquista, Benjamin Mota, que, por sua vez, tinha contato entre os influentes militantes operários brasileiros como Edgard Leuenroth e portugueses como Neno Vasco. Portanto, atacar um elo entre os imigrantes, era atacar também a construção do movimento operário no país de certa maneira.

Nesse período o Brasil começava a receber imigrantes portugueses com a experiência da luta pela República em Portugal, mas que, desta vez desejavam avançar para o socialismo ou para o anarquismo - esse era o caso de Tércio Miranda. Não existem informações precisas de

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

seu nascimento, mas tudo indica que ele cresceu na cidade do Porto e obteve contato com o anarquismo após abandonar as fileiras republicanas entre 1908 e 1912. Ele fazia parte do Grupo Aurora Social, que se vinculava ao jornal *Aurora*, de caráter anarquista, marcando presença também na Liga D'Educação Nova. Nesse período, Portugal enfrentava altas taxas de natalidade, assim como sistemáticas crises e instabilidade no mercado de trabalho, fatos que se somavam aos atos repressivos contra militantes do movimento operário. Juntamente com sua rede étnica que migrava em massa para o Brasil, Tércio Miranda logo estabeleceu contato com uma rede de imigrantes ou descendentes de portugueses em Manaus (Teles, 2017). Luciano Everton Teles nos mostra que “no Amazonas a comunidade portuguesa era importante e com a expansão da economia gomífera (1890-1913), ampliou-se ainda mais, com a chegada de novos imigrantes.” Na cidade já existiam os periódicos *O Lusitano*, *O Poveiro*, *A Voz de Loriga*, *o Alma Portuguesa* e outros que “asseguravam um vínculo identitário e procuravam manter-se conectados com suas comunidades de origem na Europa (Teles, 2017: 106).”

Tércio Miranda não demorou para estreitar vínculos com outros imigrantes e com os trabalhadores brasileiros que construía a Confederação Operária Brasileira, e participou do Segundo Congresso Operário de 1913. Em 1914, Tércio Miranda, Joaquim Aspilicuenta, Antônio Dias Martins, Ananias Linhares da Silva e Domingo Batista Guedes - portugueses e brasileiros – se unem para a construção do periódico *A Lucta Social*. Eles concordavam com a estratégia do sindicalismo revolucionário e estiveram na dianteira do Grupo Aurora Social, da União Geral dos Trabalhadores do Norte e da Federação Sindicalista se correspondendo com os grupos portugueses que Miranda havia feito parte em seu país (Santos, 2021: 183).

Nesse contexto, socialistas, anarquistas e sindicalistas haviam sistematizado grupos para coordenar ações diante da Primeira Guerra Mundial. A Confederação Operária Brasileira, ao contrário do Manifesto dos dezesseis na Europa⁶, tinha-se recusado a apoiar qualquer lado do conflito, denunciando o militarismo como algo ligado ao imperialismo, ao estatismo e ao capitalismo, posição próxima de Errico Malatesta. Através do periódico *A Voz do Trabalhador* e o *Na Barricada* noticiaram o Congresso Internacional da Paz, marcado para os dias 14, 15 e 16 de outubro na Praça Tiradentes, n.º 71, no Rio de Janeiro. As redes desse grupo anarquista garantiram notícias e adesões de outros grupos libertários como o Centro de Estudos Sociais

⁶ O Manifesto dos Dezesseis foi um documento escrito em 1916 por anarquistas como Piotr Kropotkin e Jean Grave e outros de destaque no movimento. Eles declaram um apoio crítico aos Aliados e um anti-germanismo. Apesar disso, Errico Malatesta e as principais organizações do período mantiveram uma posição anti-militarista de denunciar os efeitos da guerra e construir greves para deter um conflito entre nações. (DIAS, 2009).

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

do Rio de Janeiro, o Centro Feminino Jovens Idealistas de São Paulo, o Grupo Anarquista Renovação de Santos, os periódicos *La Protesta* e *La Rebellion* da Argentina, assim como União Anarquista Comunista de Portugal, o Grupo Educacion Anarquista da Espanha e outros nos quais estreitavam relações. As adesões conseguiram ser estendidas de forma internacional entre diversas organizações de caráter econômico ou político como a União de Classe Operários Tecelões e a União das Juventudes Sindicalistas de Portugal, o Ateneo Sindicalista Ronda e o Grupo de Educacion Anarquista da Espanha, a Confederação de Sindicato Obrero de la Republica Mexicana, a Unione Sindicalista Italiana e o Partido Socialista da Argentina, que também faziam chamadas para comparecerem ou fortalecerem o evento (Santos, 2018). Tércio Miranda, nesse momento, estava construindo o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Amazonas com os militantes Domingos Batista Guedes, Joaquim Azpilicueta, Antônia Dias Martins e Ananias Linhares da Silva, e estreitando laços entre imigrantes e brasileiros.

Nesse movimento, militantes como Neno Vasco ou Tércio Miranda ajudavam a sincronizar as posições das organizações sindicalistas e libertárias entre o Brasil e Portugal. Joana Dias mostra que⁷

Quer o II Congresso Operário Brasileiro de 1913, quer a União Operária Nacional portuguesa, declaram Guerra à Guerra. Como já foi referido, representantes da UON e da COB participaram no Congresso Pró-Paz de Ferrol e lideraram a campanha anti-intervencionista nos seus países (DIAS, 2011: 2012).

Como no caso da Revolução Russa, a posição de contrapor à guerra mundial, e a propaganda anti-imperialista, assim como a força das conexões internacionalistas, junto, evidentemente, às organizações locais, com certeza envolveram os eventos grevistas entre 1917 e 1920 em vários pontos do Brasil, assim como em Portugal.⁸

Não podemos entender tal conjuntura e tais eventos de forma isolada, sem levar em consideração essa ponte poderosa que tais militantes criaram. Da cidade do Porto à Manaus, Tércio Miranda também construiu uma ponte para mobilizar os trabalhadores localmente, mas também costurando uma consciência internacionalista entre eles. Além de seu periódico e da

⁷ Apesar da posição maior sobre o anti intervencionismo, a pesquisadora Joana Dias mostra que, no caso de Portugal, “no contexto nacional, Emilio Costa foi o acrata que mais se destacou na defesa desta posição, tendo inclusivamente assinado o célebre “Manifesto dos dezasseis”. (DIAS, 2009: 124)

⁸ A pesquisadora Joana Dias nos mostra que “No auge da ofensiva operária do pós-guerra, os dois países assistem a um movimento reivindicativo sem precedentes, no qual se destacam as greves de 1917, em Lisboa e São Paulo, durante as quais foi necessário declarar o Estado de Sítio, bem como a greve geral de 18 de Novembro de 1918, organizada em paralelo nos dois lados do Atlântico. A greve esperava-se revolucionária em Portugal; no Brasil planeava-se a tomada do Palácio do Governo e das unidades militares.” (Dias, 2011: 2013)

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

atividade propagandística, e seguindo às decisões da Confederação Operária Brasileira, Miranda ajudou a construir a Sociedade União Operária do Amazonas, no início da década de 1920, aproveitando o saldo do ciclo de greves. O pesquisador Edson Telles mostra que a organização reunia 895 brasileiros e 115 estrangeiros, sendo 80 portugueses, 9 peruanos, 8 italianos, 7 espanhóis, 4 ingleses, 3 alemães, e 1 de outras nacionalistas, entre francês, austríaco, russo e sírio libânes (Teles, 2017: 116). A informação destaca tanto que a estratégia de Tércio Miranda conseguia organizar trabalhadores nacionais - e portanto não era uma “planta exótica” no país, quanto para a importância dos imigrantes e militantes portugueses neste processo. Do mesmo, revela o esforço de internacionalismo entre as diversas origens nacionais entre os trabalhadores que encorparam o movimento operário na região. Essa prática e esforço acompanhou a trajetória do militante até que, em 1930, o corporativismo sindical e o governo de Getúlio Vargas emperrasse muitos dos esforços do sindicalismo revolucionário, ainda que ele continuasse expressivo em algumas regiões.

Considerações finais: nacionalismo e internacionalismo de longa distância

Se considerarmos que os processos migratórios certamente produziram “nacionalismos de longa distância” onde os emigrantes e imigrantes se reconheciam em suas comunidades fora de seus países e, deveras, isso também afetava militantes de formação socialista e internacionalista, podemos perceber, ao analisar diversas trajetórias de ativistas e militantes imigrantes do movimento operário no Brasil, que isso não cancelou totalmente a perspectiva de integrar e construir relações com a população local, assim como outros grupos migrantes.

Pegamos o caso de alguns ativistas portugueses que tiveram relativo sucesso em construir pontes comunicativas, culturais e espaços associativas que pôde, com outros esforços e tendências já construídos por imigrantes e por nativos, realizar um movimento combativo que tinha a especificidade de lutar contra um Estado que se legitimava a partir da repressão e silenciamento de estrangeiros e ao mesmo tempo que se estabeleceu reprimindo a construção de uma força reivindicativa da população local. Isso claramente não se fez sem tensões, tanto com certo etnocentrismo que tais estrangeiros carregavam, mas também da lusofobia reproduzido por boa parte da população no Brasil.

Ainda assim, nesse período, anarquistas, socialistas e sindicalistas revolucionários tentavam construir um movimento operário global onde houvesse sintonia e influência de pautas de um país para o outro, fortalecendo o internacionalismo na prática. Muito está sendo

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

estudado revelando esse processo de contato entre imigrantes e participantes destes movimentos, se correspondendo numa rede transnacional e internacional, mas creio que podemos chamar também de internacionalismo a prática dos esforços que imigrantes fizeram para criar espaços, linguagens e movimentos comuns nos países e territórios em que se estabeleciam, unindo tanto seus conterrâneos, outros imigrantes, mas também a população local. Esse foi o caso dos portugueses e internacionalistas Joaquim Mota Assunção, Neno Vasco, Tércio Miranda e muitos outros trabalhadores desse período.

Bibliografia:

Fontes:

Arquivo Edgard Leuenroth - Universidade Estadual de Campinas, *Gli Schiavi Bianchi*, São Paulo. 1892.

Arquivo Edgard Leuenroth - Universidade Estadual de Campinas, *O Amigo do Povo*, São Paulo, 1902-1904.

Arquivo Edgard Leuenroth - Universidade Estadual de Campinas, *O Protesto*, Rio de Janeiro, 1899-1900.

Arquivo Edgard Leuenroth - Universidade Estadual de Campinas, *A Voz do Trabalhador*, Porto Alegre, 1912.

Estudos:

ALVARENGA, Lucas Thiago (2017), *O homem livre sobre a terra livre: o tipógrafo, o jornalista libertário e a rede social do jornal A Terra Livre (1905-1910)*, Dissertação de mestrado em História, São Paulo, Universidade Federal de São Paulo.

ANDERSON, Benedict (2008), *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Companhia das Letras.

ANDERSON, Benedict (2014), *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*, São Paulo, Editora da Unicamp.

ANDERSON, Benedict (1998), *The spectre of comparisons: nationalism, Southeast Asia and the world*, London, Verso.

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

ARANTES, Erika Bastos (2010), *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX*. Tese de doutoramento em História, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense.

BERTONHA, João Fabio (2014). “Italianos na cidade do Rio de Janeiro: uma comunidade (re)descoberta.” *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Série V, v. 8, p. 415-428. [consulta em 06/12/2022].

DIAS, Joana (2011), “O sindicalismo revolucionário e a crise do liberalismo: os casos de estudo português e brasileiro.” *História*, Série II, v.3, p.197-228.

DIAS, Joana (2009), “O sindicalismo revolucionário em Portugal no primeiro quartel do século XX”, Imprensa da Universidade de Coimbra, Série I, vol. 9, p.114-134.

DUARTE, Ricardo Diogo (2021), *O anarquismo e a arte de governar: Portugal, última década do século XIX e primeiras décadas do Século XX*, Tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa.

FAUSTO, Boris (1977), *Trabalho urbano e Conflito social: 1890- 1920*. São Paulo, Difel.

FERREIRA, Manuel Rodrigues (2005), *A evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro*, Brasília, Secretária de Documentação e Informação.

GODOY, Clayton (2013), *Ação Direta: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)*, Tese de doutoramento em Sociologia, Universidade de São Paulo.

JESUS, Ronaldo (2014), “Associativismo entre imigrantes portugueses no Rio de Janeiro Imperial” in Marcelo Mac Cord & Claudio Batalha (orgs.), *Organizar e Proteger: trabalhadores e mutualismo no Brasil (Séculos XIX e XX)*, São Paulo, Editora da Unicamp.

LIMA, Henrique Espada (2006), *A Micro-História Italiana: escalas, indícios e singularidades*, São Paulo, Civilização Brasileira.

MARAM, Sheldon (1979), *Anarquismo, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MARTINHO, Francisco Carlos (2012), “Imigração portuguesa e movimento operário no Rio de Janeiro da Primeira República” in Alda Mourão & Angela de Castro Gomes (orgs.), *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p.413-434.

MATTOS, Marcelo Badaró (2009), “Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro.”. *Revista Mundos do Trabalho*, série I, vol.1, p.

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

61-64, [consulta em 13/12/2022]. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n1p51>.

MENDES, José Sacchetta Ramos (2011), *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Carla Mary (2009) “O Rio de Janeiro da Primeira República e a imigração portuguesa: panorama histórico.” *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Série X, v. 3, p. 149-168, [consulta em 07/12/2002]. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/>.

PIRES, Ana Paula. “As letras de uma Revolução: a implantação da república em Portugal.” *Estudos Históricos*, Série XXX, vol.60, p.331-354, [consulta em 06/12/2022]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/Z6ZkSnwwH6zc9Q8B3pDsbRC/?lang=pt#>

POLETTI, Caroline (2017), *A imaginação subversiva ao redor do mundo: imagens, poesias e contos de protesto na imprensa anarquista e anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil, 1897-1936)*, Tese de doutoramento em História, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio do Sinos.

POPINIGIS, Fabiane (2007), *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*, São Paulo, Editora da Unicamp.

RODRIGUES, Edgar (2010), *História do Movimento Anarquista no Brasil*, São Paulo - Piracicaba, Ateneu Diogo Giménez.

SAMIS, Alexandre (2009), “*Minha pátria é o mundo inteiro*”: Neno Vasco, anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX, Tese de doutoramento em História, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense.

SANTOS, Kauan Willian dos (2018), “Construindo o Congresso Internacional da Paz e o Congresso Anarquista Sul Americano: cultura política e o trânsito de ideias e experiências anarquistas e sindicalistas entre o Brasil e a Argentina nas duas primeiras décadas do século XX”. *Revista Espaço Acadêmico*, XVIII série, vol. 210, p. 37-49, [consulta em 13/12/2023]. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/44182>

SANTOS, Kauan Willian dos (2021), *Pontes de liberdade: internacionalismo e imaginários nacionais na construção do anarquismo no Brasil (1890-1937)*, Tese de doutoramento em História, São Paulo, Universidade de São Paulo.

Kauan Willian dos Santos – *Despertando em novas terras: imigrantes portugueses e suas articulações locais e transnacionais na construção do anarquismo no Brasil (1899-1920)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1 2023. 30-53. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a3

SCHILLER, Glick (1992) et al. *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*, New York, Annals of the New York Academy of Sciences.

TELES, Luciano Everton (2016), “A Lucta Social e a existência de uma rede anarquista regional: Tércio Miranda/AM e Antônio Carvalho/PA (1914)”, *Revista Piauiense de História Social e do Trabalho*, Série II, n.2, p.6-15.

TELES, Luciano Everton (2017), “Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914)”, *Revista Mundos do Trabalho*, Série 17, vol.9, p.11-119.

TOLEDO, Edilene (1998), “Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século”, *Cadernos AEL*, Série I, n. 8/9, p.89-115.

TOLEDO, Edilene (2013). “Para a união do proletariado brasileiro”: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da Primeira República.” *Perseu: História, Memória e Política*, Série I, v. 7, p. 10-31.

Passando a fronteira em tempos conturbados. Refugiados espanhóis em Portugal no decorrer da década de 1930

Crossing the border in troubled times. Spanish refugees in Portugal during the 1930s

Traverser la frontière en des temps troublés. Réfugiés espagnols au Portugal dans les années 1930

Cruzando la frontera en tiempos difíciles. Refugiados españoles en Portugal durante la década de 1930

Fábio Alexandre Faria
ISCTE - IUL
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - IUL
Fabio_Faria@iscte-iul.pt

Resumo: Este artigo pretende analisar a presença de refugiados espanhóis em Portugal durante a década de 1930. Procura-se compreender as diferenças e as semelhanças que caracterizaram os vários momentos de chegada de refugiados ao país, em especial após 1931, na sequência da instauração da II República em Espanha, e entre 1936 e 1939, no contexto da guerra civil. Procura-se também perceber a forma como o regime salazarista reagiu a cada um deles, tendo em consideração o contexto ibérico do período em questão, fortemente conturbado e marcado por várias alterações nas relações entre os países, que influenciaram a forma como os refugiados foram percebidos em Portugal, nomeadamente a emergência dos fascismos ibéricos e a ocorrência da guerra civil espanhola.

Palavras-chave: Refugiados, relações ibéricas, Guerra Civil de Espanha, salazarismo.

Abstract: This article intends to analyze the presence of Spanish refugees in Portugal during the 1930s. It seeks to understand the differences and similarities that characterized the various moments of arrival of refugees in the country, especially after 1931, following the establishment of the Second Republic in Spain, and between 1936 and 1939, in the context of the civil war. It also seeks to understand how the Salazar's regime reacted to each of them, taking into account the Iberian context of the period in question, which was highly troubled and marked by several changes in relations between countries, which influenced the way refugees were perceived in Portugal, namely the emergence of Iberian fascisms and the occurrence of the Spanish Civil War.

Keywords: Refugees, iberian relations, Spanish Civil War, salazarism.

Résumé: Cet article se propose d'analyser la présence des réfugiés espagnols au Portugal dans les années 1930. Il cherche à comprendre les différences et les similitudes qui ont caractérisé les différents moments d'arrivée des réfugiés dans le pays, notamment après 1931, suite à l'établissement de la Deuxième République en Espagne, et entre 1936 et 1939, dans le contexte de la guerre civile. Il cherche également à comprendre comment le régime de Salazar a réagi à chacun d'eux, en tenant compte du contexte ibérique de la période en question, très troublé et marqué par plusieurs changements dans les relations entre les pays, qui a influencé la façon dont les réfugiés étaient perçus au Portugal, à savoir, l'émergence des fascismes ibériques et l'apparition de la guerre civile espagnole.

Mots clés: Réfugiés, relations ibériques, guerre civile espagnole, salazarisme.

Resumen: Este artículo pretende analizar la presencia de refugiados españoles en Portugal durante la década de 1930. Se busca comprender las diferencias y similitudes que caracterizaron los distintos momentos de llegada de refugiados al país, especialmente a partir de 1931, tras la instauración de la Segunda República en España, y entre 1936 e 1939, en el contexto de la guerra civil. También se busca comprender cómo el régimen de Salazar reaccionó ante cada uno de ellos, teniendo en cuenta el contexto ibérico del período en cuestión, muy convulso y marcado por varios cambios en la relaciones entre los países, lo que influyó en la forma en que se percibía a los refugiados en Portugal, a saber, el surgimiento de los fascismos ibéricos y la ocurrencia de la guerra civil española.

Palabras llave: Refugiados, relaciones ibéricas, Guerra Civil Española, salazarismo.

Introdução

A década de 1930 foi de importantes alterações políticas em Portugal e em Espanha, que influenciaram a movimentação de pessoas de ambos os países no espaço ibérico. Do lado português, em abril de 1933, a aprovação por plebiscito da Constituição substituiu formalmente a Ditadura Militar, instituída a 28 de maio de 1926, por uma ditadura civil chefiada por Oliveira Salazar. Em Espanha, as mudanças políticas foram mais numerosas e significativas, com destaque para a substituição de um governo ditatorial pela II República nos inícios dos anos 1930. Outro momento importante ocorreu em 1936, quando a Frente Popular, uma coligação de esquerdas que congregava socialistas, comunistas e republicanos, obteve a vitória nas eleições de fevereiro, a que se seguiu, poucos meses depois, em julho, o início de uma guerra civil que só terminaria em abril de 1939, na sequência de um levamento militar desencadeado pela extrema-direita e liderado pelo general Francisco Franco.

Estas alterações, para além de demonstrarem a agitação política que então se vivia na Península Ibérica, estiveram na origem da evasão de muitos portugueses e espanhóis para o país vizinho, uma vez que a situação política no seu país de origem lhes era hostil, tendo em conta os princípios políticos e as ideologias que defendiam, para além daqueles que pretendiam fugir aos perigos da Guerra Civil de Espanha (1936-1939). Portanto, o período cronológico que aqui consideramos, entre 1931 e 1939, foi bastante rico em termos de deslocções forçadas de pessoas que tiveram em comum a saída para o país fronteiriço por medo de serem perseguidos por divergências políticas e/ou devido ao despontar de situações de guerra, sendo um movimento realizado por apoiantes de qualquer causa política ou de qualquer grupo envolvido em conflitos bélicos.

Este artigo pretende abordar a passagem de refugiados espanhóis por Portugal ao longo da década de 1930, evidenciando-se as principais semelhanças e diferenças que marcaram os vários movimentos de entrada no país vizinho, assim como a forma como o governo português reagiu e se comportou perante a chegada destes fugitivos, muitos dos quais, em função da sua posição política, eram vistos como «indesejáveis».

A situação política ibérica nos anos 1930

Do ponto de vista político, a situação na Península Ibérica ao longo dos anos 1930 foi particularmente conturbada, com muitas e importantes alterações governamentais que tiveram significativas consequências sociais, uma das quais assentou no fenómeno no refúgio, em especial o espanhol dirigido a Portugal. Aliás, o refúgio espanhol decorrente da Guerra Civil de Espanha insere-se numa ampla circulação de pessoas que marcou a primeira metade do século XX, movimento essencialmente provocado pela ocorrência de conflitos armados e pela ascensão dos regimes autoritários no período entre guerras.

É precisamente nesta última dimensão que se insere a realidade da Península Ibérica das décadas de 1920 e de 1930, durante as quais predominou a emergência e a consolidação de governos de cariz autoritário. No decorrer da década de 1920, tanto em Espanha como em Portugal foram implementadas ditaduras. Em Espanha, o general Primo de Rivera instituiu um regime ditatorial que vigorou entre setembro de 1923 e janeiro de 1930, ao passo que em Portugal, poucos anos mais tarde, a I República, existente desde 1910, caiu perante um movimento militar liderado pelo general Gomes da Costa. Este golpe de Estado, realizado em maio de 1926, inaugurou uma ditadura militar que perdurou até abril de 1933, data do início oficial do autodenominado Estado Novo, regime autoritário e ditatorial que só seria derrubado em abril de 1974.

Ao contrário do que se verificou no país vizinho, onde a situação política estabilizou, a realidade espanhola durante os anos 1930 foi bastante mais agitada, com sucessivas mudanças de regime e de governo, levando a que durante parte desta década a Península Ibérica tenha vivido num clima de antagonismo. Um dos fatores que mais contribuiu para esta oposição foi, para além das visíveis diferenças políticas e ideológicas entre os dois países, a tendência federalista que a República espanhola manifestava, em especial Manuel Azãna, que defendia o estabelecimento da unidade peninsular por intermédio de um federalismo democrático (Sardica, 2013: 99). Perante a nova realidade

em Espanha, o governo português, ainda liderado por Domingos de Oliveira em contexto de Ditadura Militar, procurou marcar o seu distanciamento, assumindo uma postura de neutralidade e proibindo qualquer manifestação que se relacionasse com os acontecimentos espanhóis (Vicente, 2003: 219).

A situação na Península Ibérica dos inícios da década de 1930 tornava-se ainda mais grave devido ao auxílio que o governo republicano espanhol, desde 1931, passou a prestar a quem se opunha à política portuguesa e pretendia fugir à repressão governativa. Muitos destes opositores, republicanos, comunistas e anarquistas, responsáveis por diversas revoltas desencadeadas contra a Ditadura Militar e, posteriormente, contra o Estado Novo, procuraram acolhimento nos países mais próximos, nomeadamente em Espanha e em França (Clímaco, 2017)¹. De facto, o governo liderado por Azaña empenhou-se em garantir empréstimos, fornecer armamento e dar guarida a estes exilados opositores, manifestando claramente o chefe espanhol a sua posição ao afirmar que o fim da ditadura portuguesa «colmaría todas mis ambiciones, y ya podría decir que había hecho un servicio a España» (Queirós, 2009: 138). Como tal, o objetivo seria patrocinar um movimento revolucionário que permitisse o estabelecimento de um regime político em Portugal mais próximo da República espanhola.

A nomeação de Oliveira Salazar para a presidência do Conselho de Ministros em Portugal, em julho de 1932, e a posterior instituição formal do Estado Novo significaram uma maior dureza na posição assumida em relação a Espanha, tendo em consideração as manifestações anexionistas por parte de Madrid e a colaboração espanhola com os revolucionários portugueses, e que incluíam, naturalmente, a queda do novo líder português (Sánchez Cervelló, 2002: 278). No entanto, a partir dos finais de 1933 a situação tornou-se mais favorável a Portugal, uma vez que passaria a vigorar um novo governo em Espanha que apresentava a particularidade de, pela primeira vez, a maioria das pastas ministeriais estar concentrada nas mãos da direita. No mesmo sentido, Alejandro Lerroux, novo líder governamental, procurou maior apoio junto da CEDA de Gil Robles a partir de outubro de 1934, inaugurando o período conhecido por «biénio

¹ Este conjunto de revoltas ficou conhecido por «revirinho», numa referência a uma intenção de retornar à situação anterior, a I República, e conheceu um maior dinamismo entre 1927 e 1931. Foi um período durante o qual ocorreram diversas tentativas de golpe de Estado, tanto militares como civis, especialmente no decorrer de 1931, registando-se movimentos em várias cidades portuguesas e também nas colónias (Farinha, 1996).

cedista» (1934-1936), salientando-se a retirada de apoio aos portugueses exilados em Espanha (Sardica, 2013: 114).

Uma nova viragem na política espanhola voltou a incrementar os receios em Portugal. Nas eleições de 16 de fevereiro de 1936 a direita acabou por sair derrotada e triunfou a Frente Popular, significando o regresso de Manuel Azaña ao poder e o redobrar do perigo anexionista. Perante o novo cenário, e na impossibilidade de um entendimento com Madrid, Salazar procurou chamar a atenção de Inglaterra, a grande aliada de Portugal, para o perigo que representava para o país o triunfo das esquerdas no Estado vizinho, tendo em conta as suas «ideias anexionistas ou federalistas ibéricas» (Pena Rodríguez, 1999: 28). Como ações imediatas após as eleições destacam-se a substituição do moderado Alcalá Zamora na presidência da República por Azaña, em abril, e a chefia do governo entregue a Casares Quiroga, no mês seguinte (Sardica, 2013: 115).

Com estas alterações o «perigo espanhol» voltou a estar novamente em evidência na agenda política e diplomática portuguesa de forma particularmente intensa. Esta pretensão espanhola relativamente ao território português tinha-se tornado, desde a implantação da República em Portugal num particular condicionante da política externa nacional, um fator que sempre influenciou as relações entre os Estados ibéricos (Torre Gómez, 2010: 45). De facto, a anterior experiência de 1931 a 1933 havia demonstrado a Salazar a ameaça que a vigência de um governo de esquerda em Espanha representava para o seu regime (Torre Gómez, 1998). Interessado em suprimir a ameaça democrática, Salazar mostrava-se favorável à queda do regime republicano espanhol, motivo pelo qual fez uso do tradicional «perigo espanhol» para alimentar o sentimento de nacionalidade português como forma de oposição ao governo da República (Sanz-Hernando, 2020: 160). O início do ano de 1936 em Espanha ficou marcado pela conquista do poder por parte da esquerda, contudo a extrema-direita manteve-se ativa e reagiu. Os confrontos entre as forças políticas rivais sucedem-se e intensificam-se, resultando em mais de 250 vítimas mortais no período decorrente entre fevereiro e julho (Queirós, 2009: 138), antevendo-se a violência que iria marcar o futuro conflito (Sardica, 2013: 118).

Neste contexto de constante confronto político-ideológico e de mudanças políticas na Península Ibérica, as relações externas entre os dois Estados conheceram diversos avanços e recuos. Do ponto de vista governamental e institucional, estas relações pautaram-se, ora por uma maior acalmia, ora por uma maior agitação, o que acabou por

influenciar diretamente a movimentação de refugiados. Era o tipo de governo existente num e noutro país que ditava a maior proximidade ou o maior afastamento entre os dois Estados e, tendo em conta que, ao nível da vigência do regime político, a situação em Portugal foi relativamente estável durante este período, com a permanência de uma ditadura, primeiro militar e depois civil, foram sobretudo as mudanças políticas ocorridas em Espanha que influenciaram as relações ibéricas. No período que compreende o início da Ditadura Militar em Portugal, a 28 de maio de 1926, e o deflagrar da Guerra Civil de Espanha, a 18 de julho de 1936, ocorreram diversos momentos distintos que pautaram as relações entre os dois países, (Oliveira, 1995: 32). De uma forma geral, verificou-se uma maior proximidade aquando da vigência de governos que, do ponto de vista político e ideológico, se encontravam mais identificados, ocorrendo um maior afastamento quando os governos se mostravam mais antagónicos e divergentes. Entre o início da II República e novembro de 1933 a divergência e a incompatibilidade caracterizaram o relacionamento ibérico, tal como se observou a partir de fevereiro de 1936, devido à instauração de um regime democrático em Espanha e à consolidação de um regime autoritário em Portugal. No período que mediou entre dois momentos, entre novembro de 1933 e fevereiro de 1936, a instalação de um governo conservador em Espanha levou a uma aproximação entre os países (Pena Rodríguez, 2010: 441).

A partir de julho de 1936 assistiu-se a um alinhamento de interesses entre o Estado Novo de Salazar e o grupo nacionalista liderado pelo general Francisco Franco. Em sentido contrário, o regime português opunha-se ao outro lado que estava envolvido na guerra em Espanha, o governo legítimo da República. A guerra civil colocou em campos opostos a direita, representada pelos nacionalistas (rebeldes, franquistas) de Franco, e a esquerda, onde estavam presentes os republicanos (governamentais, «vermelhos»), presididos por Manuel Azaña. Internacionalmente, os primeiros contaram com apoios provenientes das forças nazi-fascistas, Alemanha e Itália, ao passo que os segundos receberam auxílio proveniente da URSS e do México.

A posição assumida por Portugal perante o conflito então emergente pautou-se pela proximidade e pelo auxílio concedido aos franquistas. Salazar facilitou todas as ações que eram destinadas a favorecer os rebeldes espanhóis, um comportamento que não deve ser minimizado, mesmo em comparação ao auxílio alemão e italiano, uma vez que, sobretudo na fase mais inicial da guerra, a ajuda portuguesa foi fundamental para garantir a

retaguarda dos nacionalistas e de quem os apoiava. Portugal desempenhou um importante papel diplomático a favor de Franco na esfera internacional, defendendo a causa nacionalista como se se tratasse de um assunto interno português (Heras Hernández, 1992: 276). Aliás, Salazar percecionou a contenda espanhola como uma questão nacional, sabendo que o futuro que esta tomasse influenciaria diretamente o destino do seu regime (Pena Rodríguez, 2010: 461)

Nesta lógica de auxílio, elementos nacionalistas puderam circular de forma livre pelo território português, houve a passagem de armamento e de transporte de origem alemã e italiana por Portugal destinados aos rebeldes, foi autorizado o fornecimento de alimentos, armas e munições aos franquistas, assistiu-se à conceção de créditos na banca portuguesa, vários portugueses lutaram ao lado dos sublevados e a causa nacionalista conheceu uma propaganda favorável na rádio e na imprensa em Portugal, ao mesmo tempo que se condenava e depreciava a ideologia comunista (Oliveira, 1995: 50-51).

A guerra civil também teve impacto em Portugal, nomeadamente ao nível de alterações institucionais. Com efeito, a situação espanhola a partir de fevereiro de 1936 e, em particular, o «perigo vermelho» em evidência na guerra civil, isto é, o tradicional «perigo espanhol» de anexação de Portugal agora atribuído aos comunistas, estiveram no centro das preocupações do governo português e conduziram à formação de uma milícia paramilitar, a Legião Portuguesa, em setembro de 1936. Esteve muito presente na criação desta nova organização o caráter anticomunista do Estado Novo e a posição que o governo português assumiu perante o conflito espanhol (Rodrigues, 1996: 45). De igual forma, a guerra civil foi também favorável à consolidação da Mocidade Portuguesa, uma organização de enquadramento juvenil criada em maio, uma vez que se entendia ser necessário proteger os jovens portugueses das ideias revolucionárias, avançadas e subversivas, como o regime as apelidava, que então tinham força nas regiões de Espanha dominadas pelos republicanos (Meneses, 2010: 163).

Há que ter também em consideração, enquanto acontecimento que contribuiu para o endurecimento do regime salazarista no contexto da Guerra Civil de Espanha, a revolta dos marinheiros da Organização Revolucionária da Armada (ORA), com ligações ao Partido Comunista Português (PCP), realizada nos inícios de setembro de 1936. O objetivo deste movimento seria fazer seguir para a Espanha republicana alguns barcos portugueses que se encontravam no Tejo para ajudar na guerra contra os nacionalistas,

contudo não teve sucesso, uma vez que a rebelião foi controlada pelas forças fiéis ao regime. Salazar acabou por fazer uso deste acontecimento em prol da ideologia do seu regime e como justificação para intensificar a luta contra o comunismo, o que, implicava, naturalmente, o reforço das medidas repressivas (Rodrigues, 2019: 47). Neste sentido, podemos considerar que a ocorrência da guerra civil e a situação vivida nos finais da década de 1930 tiveram uma implicação direta no processo de endurecimento repressivo do regime salazarista a que se assistiu durante esse período.

Refugiados espanhóis em Portugal antes da Guerra Civil de Espanha (1931-1936)

Embora tenham sido os refugiados republicanos espanhóis a provocar um maior impacto em Portugal, e também internacionalmente, durante a Guerra Civil de Espanha, já antes vários outros refugiados dessa nacionalidade haviam procurado acolhimento no país vizinho. O que os levava a sair de Espanha relaciona-se, sobretudo, com a situação política então vigente no país, um governo republicano de esquerda com o qual não se identificavam e que pretendiam derrubar. Neste sentido, importa mencionar que este movimento manifestou-se com mais intensidade entre 1931, quando foi caído o regime ditatorial e foi implementada a II República, e julho de 1936, altura em que se iniciou a guerra civil. No decorrer deste último ano foi de particular importância o triunfo eleitoral da Frente Popular, em fevereiro, enquanto fator gerador da fuga de espanhóis que se lhe opunham, receosos de sofrerem perseguições de cariz político.

Este êxodo foi protagonizado essencialmente por elementos monárquicos, conservadores e militares que discordavam da instauração de um regime republicano e que procuravam estabelecer um governo autoritário de direita. Entre estes refugiados marcaram presença o marquês de Quintanar, José Calvo Sotelo e José Sanjurjo y Sacanell, que havia estado próximo do general Primo de Rivera durante o seu governo e fora diretor da *Guardia Civil* (Sardica, 2013: 108). Embora o movimento destes refugiados em direção à fronteira portuguesa se tenha iniciado logo a partir de 1931, foi sobretudo a partir do verão do ano seguinte que se tornou mais significativo e intenso, em particular devido ao falhanço de um golpe militar conduzido pelo general Sanjurjo, que levou à fuga de vários dos seus intervenientes para Portugal para evitar a repressão das forças

governamentais. O próprio líder desta tentativa falhada refugiar-se-ia também em Portugal, mais propriamente no Estoril, a partir de 1934 (Oliveira, 1987: 78).

O estabelecimento em Portugal de um dos mais importantes líderes da direita espanhola serviu como um íman, atraindo muitos daqueles que tinham como objetivo lutar contra a República e precisavam de um território seguro para desenvolver as suas atividades conspirativas. Neste sentido, Portugal apresentava-se como a alternativa ideal, favorecido pela proximidade geográfica e pela vigência do regime autoritário de Salazar. Como tal, não surpreende que o número de espanhóis que deram entrada em Portugal durante a primeira metade da década de 1930 (até ao início do conflito espanhol) tenha sido significativo, sobretudo em comparação com o período da guerra civil. Efetivamente, os dados disponibilizados pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) sugerem entradas e saídas mais numerosas de estrangeiros ao longo dos anos de 1933, 1934, 1935 e primeira metade de 1936 pela fronteira terrestre, movimentos que foram massivamente realizados por cidadãos de nacionalidade espanhola. Por exemplo, em 1934, entraram 33.693 espanhóis num total de 43.459 estrangeiros e dos 41.981 não portugueses que saíram, 31.425 também eram dessa nacionalidade; em 1935, entre os 46.078 estrangeiros que entraram, 34.887 eram de nacionalidade espanhola, contabilizando-se 34.108 espanhóis entre o total de 45.421 estrangeiros que deixaram o território português².

Quadro 1 – Entrada e saída de estrangeiros de Portugal (1934-1935)

Anos	Entradas		Saídas	
	Estrangeiros (total)	Espanhóis	Estrangeiros (total)	Espanhóis
1934	43.459	33.693	41.981	31.425
1935	46.078	34.887	45.421	34.108

Fonte: ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, SC, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

² Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Arquivo da PIDE/DGS*, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

Já no decorrer da primeira metade de 1936, nos seis meses e meio que antecederam a guerra civil, ter-se-á registado uma fixação de 2.600 espanhóis em solo português (Cunha, 2006: 260). Ou seja, em cerca de metade do espaço temporal, o número de espanhóis que se fixou em Portugal entre janeiro e julho de 1936 foi mais elevado do que a estatística apresentada para todo o ano de 1934 (2.208) e consideravelmente superior ao observado no ano seguinte (779). Atente-se nas palavras do capitão Agostinho Lourenço, diretor da PVDE desde a sua criação em agosto de 1933, a respeito da movimentação na fronteira neste período em concreto:

A «Frente Popular» em Espanha veio dar às fronteiras portuguesas um movimento muito diverso, tanto pelo número, como pelo aspeto. Ao trânsito regular e ao bulício despreocupado e quase alegre de turistas e gente de negócios, sucedeu-se nas fronteiras uma agitação febril de gente preocupada e ansiosa de terminar as formalidades de «entrada», para se poder considerar admitida no nosso País, terra de paz e abrigo³.

Estes refugiados, que entendemos ser de direita, uma vez que pretendiam derrubar a República em Espanha, concentraram-se, em particular, na região litoral do país, residindo em localidades como Lisboa, Estoril e Figueira da Foz, o que permite afirmar, em primeiro lugar, que eram pessoas que gozavam de algumas posses. A sua presença fez com que estas povoações, em especial as primeiras, passassem a constituir importantes lugares de preparação da sublevação de julho de 1936, devido ao facto de o governo português facilitar a circulação e a concentração de espanhóis que eram enviados a Portugal por uma das principais personalidades ligadas à conspiração, o general Emilio Mola (Oliveira, 1985: 271). A estadia de refugiados espanhóis de direita na linha litoral do país foi documentada pelo jornalista inglês Ralph Fox, relatando que “O Estoril... é o paraíso de um exilado. Os grandes de Espanha, os condes, os marqueses e os duques, apaixonaram-se pelo Estoril. Enchem o casino todas as noites...” (Fox, 2006: 65-66). Do ponto de vista económico, a permanência do general Sanjurjo no Estoril acabou por ser benéfica para o país, uma vez que atraiu outros espanhóis de um estatuto social mais elevado, assim como motivou a vinda das famílias que os visitavam, particularmente no verão, somando a todos os restantes cidadãos desta nacionalidade que já escolhiam Portugal para a prática de veraneio (Anjos, 2012: 169).

³ ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, SC, N.º 9258, Relatório da PVDE (1932-1938).

No entanto, não se pode considerar que os refugiados espanhóis anteriores à guerra civil tenham circulado exclusivamente pela região litoral. Com efeito, estes «refugiados ricos» ter-se-ão movimentado um pouco por todo o país, ação facilitada pelo facto de usufruírem de mais posses. Foi o caso de A. Betansos, um espanhol que estabeleceu residência na região de Moura, no Alentejo, inserido num movimento de refugiados que era considerado pacífico por parte da imprensa local (Barriga, 1999: 11). Devemos olhar para esta posição da imprensa portuguesa no contexto das relações luso-espanholas neste período, encontrando-se o regime salazarista em oposição à República espanhola e, portanto, conivente com a presença de refugiados que propunham uma solução política direita para Espanha, mais próxima dos seus próprios interesses. Com efeito, o comportamento do governo português perante a chegada destes espanhóis foi bastante distinto comparativamente ao caso dos refugiados da guerra civil, fruto do entendimento que tinha em relação aos acontecimentos do outro lado da fronteira.

Uma das estratégias usadas pelo regime salazarista para proteger estes refugiados de direita passou por ignorar os pedidos que eram feitos pelas autoridades diplomáticas para que estes fossem vigiados. Em resposta, a PVDE argumentava que não tinha conhecimento que estes espanhóis entrassem em Portugal na condição de refugiados, uma vez que tinham toda a documentação legal para o efeito, e que, na inexistência de um acontecimento revolucionário em Espanha, não fazia sentido que fossem classificados como tal (Oliveira, 1987: 117). Esta posição da PVDE reflete aquela que foi a política seguida pelo Estado Novo relativamente aos refugiados espanhóis anteriores à guerra civil, que, neste particular, foram beneficiados pela ideologia que defendiam. À entrada em Portugal viram-se confrontados com um acolhimento mais favorável e com maiores facilidades concedidas pelo governo e pelas autoridades portuguesas, que constituíam os seus representantes no terreno, em particular na fronteira, primeiro contacto destes espanhóis no país vizinho. Como tal, os refugiados espanhóis dos inícios da década de 1930 distinguiram-se daqueles que protagonizaram o movimento no contexto da guerra civil a vários níveis, como posição política e estatuto social, a que se somou a forma como foram perçecionados pelo governo português e os locais por onde circularam em Portugal.

Observou-se a presença de um princípio de reciprocidade na questão dos refugiados ibéricos dos inícios da década de 1930. Por um lado, o governo autoritário português proporcionou acolhimento e permitiu que os refugiados espanhóis de direita

desenvolvessem as suas atividades conspirativas destinadas a derrubar a República em Espanha. Esta, por seu turno, foi conivente com as ações de oposição levadas a cabo por elementos portugueses de esquerda, como comunistas, republicanos, socialistas e anarquistas, que haviam encontrado abrigo e apoio em território espanhol, a partir de onde pretendiam fazer cair o regime salazarista. Efetivamente, “a esquerda governamental espanhola ajudava a esquerda oposicionista portuguesa da mesma maneira que a direita governamental portuguesa ajudava a direita oposicionista espanhola” (Sardica, 2013: 108). Um movimento bastante diferente desenvolveu-se com o início da Guerra Civil de Espanha.

A Guerra Civil de Espanha: fenómeno gerador de refugiados para Portugal (1936-1939)

Como foi possível comprovar através dos casos abordados anteriormente, em regra, portugueses e espanhóis procuraram acolhimento no país vizinho em momentos em que se manifestavam contra a situação política vigente no seu país e quando a realidade do outro lado da fronteira também lhes era favorável. No entanto, o caso dos refugiados republicanos espanhóis assumiu contornos excepcionais, uma vez que se dirigiram para Portugal durante a guerra civil, mesmo sendo conhecedores de que encontrariam um regime autoritário de direita que, inclusive, apoiava o golpe militar do qual pretendiam fugir.

Em termos da presença de espanhóis em Portugal, a ocorrência da guerra civil foi responsável pela sua redução, sobretudo se tivermos em consideração o seu movimento legal. Por outro lado, o conflito terá proporcionado o aumento das entradas ilegais de cidadãos desta nacionalidade, movimento onde se incluíram muitos dos refugiados, tendo em consideração todo o contexto que rodeou a sua fuga para Portugal. Esta situação ficou a dever-se, sobretudo, ao facto de “as passagens de fronteira se tornarem muito mais difíceis e fiscalizadas sob novos aspetos”⁴. Desta forma, quem não conseguia passar a fronteira dentro da legalidade, ou seja, com toda a documentação exigida para tal, tinha de recorrer à clandestinidade para o fazer, o que explica que muitos espanhóis tenham sido detidos sob justificação de se encontrarem «indocumentados» durante a guerra civil. Segundo os dados compilados pela PVDE, ao longo de 1936 entraram 27.433 espanhóis

⁴ ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, SC, N.º 9258, Relatório da PVDE (1932-1938).

e saíram 27.909. Uma grande parte deste movimento concretizou-se entre janeiro e julho desse ano, portanto, ainda antes de despontar a guerra civil: entraram 21.230 e saíram 18.685. Na segunda metade de 1936, as diferenças foram bastante significativas, uma vez que entraram apenas 6.203 e saíram 9.224, refletindo o maior controlo e vigilância que então passaram a estar presentes no espaço fronteiriço, visíveis não só na redução significativa do número de entradas, como também ao nível da superiorização do número de saídas⁵.

Quadro 2 – Entrada e saída de espanhóis de Portugal (1936)

1936	Entradas	Saídas
1.º Semestre	21.230	18.685
2.º Semestre	6.203	9.224
Total	27.433	27.909

Fonte: ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, SC, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

Foi o desencadear de um conflito bélico, neste caso uma guerra civil, que precipitou a fuga de espanhóis para Portugal a partir de meados de julho de 1936. De uma forma geral, estes refugiados tinham como objetivo primordial escapar a uma situação de guerra. No entanto, existiram motivos mais específicos que conduziram à sua entrada no país vizinho, nomeadamente os combates que colocavam frente-a-frente nacionalistas e republicanos, a conquista de localidades por parte dos primeiros, a repressão desencadeada pelos rebeldes contra os seus opositores e a tentativa de fugir às frentes de combate, evitando a convocação militar (Oliveira, 1987: 155-156). O medo e a incerteza quanto ao seu futuro em caso de permanência em Espanha também influenciaram de forma muito significativa a saída de espanhóis com destino a Portugal, receando que pudessem vir a sofrer denúncias, captura por parte das tropas franquistas e fuzilamento.

Foi durante a fase inicial da guerra civil, sensivelmente até aos finais de 1936, que a entrada de refugiados em Portugal foi mais numerosa e intensa, uma vez que, nesta altura, os confrontos ainda ocorriam muitos próximos da fronteira portuguesa e as forças

⁵ ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, SC, N.º 9258, Relatório da PVDE (1932-1938).

nacionalistas ainda não detinham o pleno controlo na região fronteiriça. Segundo algumas estimativas, o número de refugiados espanhóis em Portugal terá sido superior a 3.000 (Oliveira, 1987: 164), embora se possa considerar uma cifra ainda mais elevada, tendo em conta os muitos movimentos clandestinos realizados e sobre os quais não existem quaisquer registos. Ao longo dos últimos meses de 1936 a entrada de espanhóis em Portugal comportou uma dimensão essencialmente descendente, uma vez que os primeiros movimentos massivos tiveram lugar na fronteira Norte de Portugal, deslocando-se, posteriormente, para a região do Alentejo.

Nos finais de julho deste ano, um primeiro momento levou ao ingresso no Norte do país de militares espanhóis que haviam combatido os comandados por Franco nas províncias de Ourense e de Pontevedra e de civis que se haviam deslocado a partir de Vigo e de Tui; poucos dias depois, mais a Sul, regista-se a entrada de refugiados republicanos que procuram fugir da ocupação nacionalista de Badajoz, deslocando-se até à fronteira do Caia; sensivelmente na mesma altura, em meados de agosto, realiza-se um movimento distinto dos anteriores, uma vez que este é protagonizado por espanhóis residentes em Encinasola apoiantes do golpe franquista, que, perante a perspectiva da entrada de tropas republicanas, pedem auxílio em Barrancos; o quarto movimento mais significativo ocorre também em Barrancos, já em setembro, quando os rebeldes ocupam Oliva de la Frontera e levam à fuga da população local (Simões, 2016: 198-199). A partir dos finais do ano de 1936, sensivelmente, assiste-se a uma redução do número de refugiados que procuram entrar em Portugal, tornando-se movimentos mais esporádicos e menos intensos, fruto, sobretudo, do controlo fronteiriço que as autoridades nacionalistas passam então a ter. Ressalve-se, no entanto, que continuou a processar-se a fuga de refugiados espanhóis para o país vizinho, mesmo após o término da guerra civil, como o atestam muitos dos ofícios e dos relatórios trocados entre as autoridades portuguesas, já não em fuga de uma situação de guerra, mas de um regime político de natureza autoritária e repressiva.

O grupo de refugiados que se deslocou para Portugal no contexto da Guerra Civil de Espana foi bastante variado. Em primeiro lugar, do ponto de vista político, encontravam-se pessoas que defendiam a República e a Frente Popular, que, portanto, tinham simpatias políticas de esquerda, e pessoas que apoiavam o golpe militar de Franco, logo identificavam-se com ideologias de direita. No mesmo sentido, e em representação

dos dois grupos em confronto, para além da população civil que manifestava estas tendências políticas, também se refugiaram em Portugal elementos militares que procuravam fugir do conflito, quer fossem combatentes nas fileiras republicanas, quer fossem participantes no exército franquista, ou até mesmo quem, na generalidade, pretendia escapar à convocação militar. Entre os elementos civis contavam-se pessoas de todas as idades, homens, mulheres e crianças, e de todos os estratos socioprofissionais, ativas politicamente ou não, podendo ser cidadãos que apenas receavam perder a vida e não queriam permanecer num país em guerra e que, por isso, não se deslocavam por nenhuma razão do foro político.

Importa distinguir aqui o que foi o comportamento do Estado Novo perante os refugiados republicanos, apoiantes do governo da República em fuga da repressão franquista, e os refugiados nacionalistas, defensores do golpe militar e em fuga da perseguição republicana. A posição portuguesa foi bastante díspar, uma vez que, se no caso dos primeiros desencadeou uma intensa repressão política e policial, os segundos tiveram direito a um acolhimento muito mais favorável. Com efeito, após se comprovar que apoiavam a causa nacionalista, estes refugiados acabavam por ter o consentimento e a conivência das autoridades portuguesas para se poderem deslocar para as regiões espanholas que estavam controladas pelos franquistas (Oliveira, 1987: 156). A proximidade aos nacionalistas de Franco e a conseqüente repulsa em relação à República levavam as autoridades salazaristas a considerar que estes refugiados eram pacíficos, vistos como elementos da ordem e de bem, o que contrastava com o entendimento que tinham sobre os refugiados republicanos, percecionados como revolucionários e perturbadores da ordem pública e da segurança do país.

Foi precisamente este entendimento e o receio do contágio político-ideológico e revolucionário que levou o Estado Novo a agir repressivamente contra os «vermelhos», ou seja, os refugiados espanhóis identificados como comunistas. De facto, o período da guerra civil foi particularmente marcado pelo aumento da repressão policial, sobretudo no decorrer de 1936 e 1937, uma das fases de maior endurecimento do regime, muito por força da “radicalização política e da ameaça de contágio da guerra em Espanha” (Palacios Cerezales, 2011: 276). Este posicionamento português levou à prisão de cerca de 500 espanhóis entre 1936 e 1939, a grande parte dos quais foi detida por motivos relacionados com a situação então vivida em Espanha, constando nos seus registos de detenção

expressões como “refugiado político”, “refugiado comunista”, “indocumentado”, “foragidos políticos” e “motivo dos acontecimentos revolucionários em Espanha”⁶.

Ao contrário dos refugiados que simpatizavam com a causa nacionalista, os refugiados republicanos encontraram um tratamento muito diferenciado em Portugal, sendo-lhes colocadas muitas dificuldades à sua entrada e circulação pelo país, assim como foram alvo de perseguição e, muitas vezes, condenados a serem entregues às autoridades franquistas, como comprova uma carta dirigida a Salazar por alguns destes elementos:

estamos a ser perseguidos de modo desumano pelas autoridades portuguesas. Porque é desumano que nós, que respeitamos a política de Portugal, que buscamos a proteção das suas leis, sejamos obrigados a levar uma vida absolutamente indigna. É desumano que nos persigam a tiro nas aldeias e montes (temos testemunhos). É desumano, Excelentíssimo Senhor, que quando somos detidos nos entreguem aos nacionalistas espanhóis⁷.

Os republicanos espanhóis que entraram em Portugal ao longo deste período estiveram sujeitos às duras condições de vida que marcavam a realidade das prisões portuguesas, nomeadamente ao nível da sobrelotação dos espaços, o que, por outro lado, acabava por dificultar a vigilância das próprias autoridades. Estes fugitivos passaram sobretudo pelo Forte de Caxias, o Aljube, Forte de Nossa Senhora da Graça, em Elvas, e Forte de São João de Deus, em Bragança, com destaque para o primeiro, que contou com uma presença significativa de refugiados. Nos finais de setembro de 1936, mês a partir do qual começou a declinar a entrada de refugiados no país, a PVDE contabilizava a existência de 255 espanhóis em Caxias entre o total de 496 presos dessa nacionalidade então registados em Portugal, encontrando-se os restantes concentrados em localidades como Bragança, Elvas e Moura⁸. Poucos dias antes, uma outra informação mencionava que estavam detidos no Forte de Caxias 94 militares e 53 civis espanhóis, num total de 147 pessoas (Velázquez Hernández, 2017: 863).

Os refugiados também foram agrupados pelas autoridades salazaristas nos campos especiais criados em Barrancos, onde, apesar de usufruírem de uma maior liberdade de movimentos, continuavam a estar sob controlo do governo português. Estes campos foram estabelecidos nas Herdades da Coitadinha e das Russianas em setembro de 1936,

⁶ ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS, SC*, Registo Geral de Presos.

⁷ ANTT, *Arquivo António de Oliveira Salazar*, CO/NE-9 I, Carta de um grupo de espanhóis refugiados em Portugal a António de Oliveira Salazar, 13 de setembro de 1937.

⁸ ANTT, *Arquivo António de Oliveira Salazar*, CO/IN-8 C, pt. 1, Informações da PVDE sobre presos políticos portugueses e estrangeiros, 25 de setembro de 1936.

após Franco ocupar Oliva de la Frontera e provocar a saída massiva da população residente. Em termos numéricos, nos primeiros dias contabilizou-se a presença de 806 refugiados na Coitadinha, posteriormente reduzido a 614 pessoas. Contudo, estes eram os números conhecidos pelas autoridades, uma vez que, na realidade, passaram mais de 1.000 refugiados pela região de Barrancos nesta altura (Faria, 2021: 349). Na fase inicial da sua estadia, foram alimentados com os seus próprios recursos e com donativos da própria população de Barrancos (Espinosa Maestre, 2003: 116-117). Porém, perante as elevadas despesas, estes recursos esgotaram rapidamente e durante alguns dias os refugiados tiveram de ser sustentados pelo governo português, por intermédio do Ministério da Guerra⁹, algo que não agradava a Salazar. Esta situação durou até ao dia 9 de outubro de 1936, altura em que seguiram no *Niassa* numa ação de repatriamento para a Catalunha.

Os refugiados de Barrancos e outros que se encontravam detidos nas várias prisões portuguesas constituíram um grupo de, aproximadamente, 1.500 pessoas que foram repatriadas pelo governo português. Esta ação decorreu de uma série de pressões nacionais e internacionais sobre o tratamento que os refugiados republicanos recebiam em Portugal, levando Salazar a acordar a sua saída do país com destino a uma região espanhola ainda controlada pela República (Simões, 2018: 113). Particularmente, o governo português era acusado de realizar entregas constantes de refugiados a Franco, o que, na prática, representava a entrega destes espanhóis ao fuzilamento nacionalista.

Bastante distinta da posição repressiva do governo português foi a atitude da população, em particular a residente na fronteira. Em muitos momentos, o auxílio concedido pela população portuguesa, nomeadamente em termos de alimentação, alojamento e documentação, foi fundamental para a sobrevivência dos refugiados em Portugal e para evitar que fossem capturados e entregues aos nacionalistas, sendo que esta ajuda “foi proporcionada com base em sentimentos humanitários, sem ter em conta as simpatias políticas dos fugitivos espanhóis” (Faria, 2021: 322). Contudo, também ocorreram casos em que os refugiados experienciaram momentos de repulsa, o que significou, sobretudo, a denúncia da sua presença no país, levando a perseguições por parte das autoridades e de pessoas influentes da região, nomeadamente em Barrancos e

⁹ Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, N.º 08, Cx. 63, Cap. 2, Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, Ofício do comandante da 4.ª Região Militar para o Ministério da Guerra, 22 de outubro de 1936.

em Campo Maior (Loff, 2020: 18; Cunha, 2020: 111). Na concessão do auxílio português foram protagonistas a população civil e elementos das autoridades, cuja ação, ao ser descoberta, foi alvo da repressão do regime, nomeadamente a prisão, sofrida pelos civis, e o despedimento, atribuído aos agentes, caso do tenente António Augusto de Seixas, que se empenhou em ajudar refugiados espanhóis na região de Barrancos (Simões, 2007).

Conclusão

Ao longo da década de 1930, as mudanças políticas ocorridas em Espanha geraram várias e diferentes vagas de refugiados com destino a Portugal. Um primeiro movimento após abril de 1931, quando foi instaurada a II República, e continuou ao longo dos anos seguintes, protagonizado por refugiados de direita, pessoas que se opunham ao governo republicano e que pretendiam o seu derrube. A sua presença em Portugal foi bastante tolerada pelo regime salazarista, que partilhava das suas políticas e ideologias, permitindo que estes refugiados circulassem livremente pelo país e pudessem desenvolver os seus planos conspirativos. Este primeiro movimento foi reforçado com a entrada de novos refugiados após o triunfo eleitoral da coligação de esquerda da Frente Popular em fevereiro de 1936, que continuaram a usufruir da boa hospitalidade proporcionada pelo governo português, favorável ao desenvolvimento da conspiração que terminaria no levantamento militar de 18 de julho, inicialmente pensado pelo general Sanjurjo, refugiado em Portugal, mas que acabou por ser liderado pelo general Franco devido à morte do primeiro.

Este golpe militar, e conseqüente guerra civil, provocaram alterações ao nível da composição do grupo de refugiados espanhóis que a partir de então passou a procurar acolhimento no país vizinho. Começam a fugir para Portugal pessoas que, receando perder a vida, queriam apenas evitar permanecer num país em guerra, mas sobretudo espanhóis que se opunham à sublevação nacionalista e que defendiam o governo legítimo da República, posição que os levou a sofrer a repressão do regime de Salazar, opositor do governo republicano espanhol e colaboracionista com os rebeldes de Franco. No mesmo sentido, espanhóis que apoiavam o golpe militar, mas que temiam o avanço das tropas republicanas, também buscaram refúgio em Portugal, usufruindo do mesmo acolhimento positivo por parte do governo português que já havia sido concedido aos seus concidadãos antes da guerra civil.

Na génese das distintas posições assumidas pelo regime ditatorial português perante as várias vagas de refugiados espanhóis esteve o contexto ibérico da década de 1930, nomeadamente ao nível das questões políticas e das relações diplomáticas entre os dois países. Na prática, a implantação da II República, em 1931, e a vitória da Frente Popular nas eleições de fevereiro de 1936 em Espanha levaram à saída de refugiados de direita, ao passo que o levantamento militar desencadeado pela extrema-direita espanhola, em julho de 1936, precipitou a fuga de refugiados de esquerda, sendo a guerra civil que se seguiu responsável pelo abandono do país por parte de pessoas de qualquer tendência política ou mesmo daqueles que não eram politicamente ativos. Ao longo de todo este período, o Estado Novo manifestou sempre o receio de que a situação vivida em Espanha pudesse influenciar possíveis acontecimentos em Portugal e provocar o derrube do regime, ou mesmo a anexação do país, estando em causa razões do foro político e ideológico, mas também uma preocupação com a soberania do país na questão dos refugiados espanhóis que transitaram pelo país vizinho.

Bibliografia

ANJOS, Maria Cristina (2012), *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais (1929-1939): equipamentos, eventos e promoção do destino*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BAHAMONDE, Ángel (2005), “La guerra civil (1936-1939)”, *Historia de España siglo XX, 1875-1939*, Madrid Cátedra, pp. 637-687.

BARRIGA, Paulo (1999), “Campos de concentração. O envolvimento português na Guerra Civil de Espanha”, *Cadernos do Museu*, n.º2.

CLÍMACO, Cristina (2017), *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*, Lisboa, Edições Colibri.

CUNHA, Luís (2006), *Memória social em Campo Maior. Usos e percursos da fronteira*, Lisboa, D. Quixote.

CUNHA, Luís (2020), “A guerra também foi nossa: memórias raianas da guerra civil espanhola”, *Pelourinho*, N.º 24, pp. 105-118.

ESPINOSA MAESTRE, Francisco (2003), *La columna de la muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*, Barcelona, Crítica.

Fábio Alexandre Faria – *Passando a fronteira em tempos conturbados. Refugiados espanhóis em Portugal no decorrer da década de 1930*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1 2023. 54-74. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a4

FARIA, Fábio Alexandre (2021), *Refugiados espanhóis em Portugal: entre a repressão policial e a solidariedade popular (1936-1945)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

FARINHA, Luís (1996), *O Revirvalho. Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa.

FOX, Ralph (2006), *1936 – Portugal now*, Lisboa, Tinta-da-china.

HERAS HERNÁNDEZ, Soledad Gómez de las (1992), “Portugal ante la Guerra Civil Española”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, Historia Contemporánea, Tomo V, pp. 273-292.

LOFF, Manuel (2020), “O drama dos refugiados e das populações raianas”, *Pelourinho*, N.º 24, pp. 13-29.

MENESES, Filipe Ribeiro de (2010), *Salazar. Uma biografia política*, Alfragide, D. Quixote.

OLIVEIRA, César (1985), *Portugal e a II República de Espanha, 1931-1936*, Lisboa, Perspetivas & Realidades.

OLIVEIRA, César (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal.

OLIVEIRA, César (1995), *Cem anos nas relações luso-espanholas. Política e economia*, Lisboa, Edições Cosmos.

PALACIOS CEREZALES, Diego (2011), *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-china.

PAYNE, Stanley G. (2019), *La guerra civil española*, Madrid, Ediciones Rialp.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto (1999), *La emigración gallega en Portugal y el intercambio ideológico entre el franquismo y el salazarismo (1936-1939)*, Vigo, Universidade de Vigo.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto (2010), “Portugal, España y la historia del Estado Novo. Las relaciones ibéricas y los médios de comunicación salazaristas en los años treinta”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Outros combates pela História. História, educação e comunicação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 437-461.

PÉREZ RODRÍGUEZ, Jonay (2022), *Los indeseables españoles. La gestión de los refugiados en Francia (1936-1945)*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.

PRESTON, Paul (2011), *A Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições 70.

Fábio Alexandre Faria – *Passando a fronteira em tempos conturbados. Refugiados espanhóis em Portugal no decorrer da década de 1930*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 1 2023. 54-74. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a4

QUEIRÓS, António José (2009), “As relações luso-espanholas: da Primeira República à União Europeia (1910-1997)”, *População e Sociedade*, n.º 17, pp. 131-153.

RODRIGUES, Luís Nuno (1996), *A Legião Portugal. A Milícia do Estado Novo, 1936-1944*, Lisboa, Editorial Estampa.

RODRIGUES, Luís Nuno (2019), *1936 – Portugal, uma retrospectiva*, Lisboa, Público e Edições Tinta-da-china.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep (2002), “Portugal y España: encuentros y desencuentros (1640-2002)”, *Historia y Política. Ideas, procesos y movimientos sociales*, n.º 7, pp. 267-287.

SARDICA, José Miguel (2013), *Ibéria. A relação entre Portugal e Espanha no século XX*, Lisboa, Alêtheia Editores.

SARDICA, José Miguel (2018), “A sombra do ‘outro’: a Guerra Civil de Espanha e o reforço do nacionalismo português hispanófilo”, *Abriu*, n.º 7, pp. 127-146.

SANZ-HERNANDO, Clara (2020), “Crónicas de guerra: la matanza de Badajoz e la batalla del Alcázar de Toledo en la prensa portuguesa”, *Ler História*, n.º 77, pp. 159-180.

SIMÕES, Dulce (2007), *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e testemunhos, 1936*, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos.

SIMÕES, Dulce (2016), *A Guerra de Espanha na raia luso-espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*, Lisboa, Edições Colibri.

SIMÕES, Dulce (2018), “Exilados e refugiados na fronteira luso-espanhola do Baixo Alentejo nos séculos XIX e XX”, *Pelourinho*, N.º 22, pp. 95-122.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1998), *A relação peninsular na antecâmara da guerra civil de Espanha (1931-1936)*, Lisboa, Edições Cosmos.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (2010), *O Estado Novo de Salazar*, Alfragide, Leya.

VELÁZQUEZ HERNÁNDEZ, Aurelio (2017), “Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español a través de Portugal (1936-1950)”, *Hispania*, n.º 257, pp. 857-883.

VICENTE, António Pedro (2003), *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações peninsulares no século XX*, Lisboa, Tribuna da História.

VIÑAS, Ángel (ed.) (2012), *En el combate por la historia. La República, la guerra civil y el franquismo*, Barcelona, Pasado y Presente.

Outros Estudos

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: génese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

Dos perigos aos riscos: génese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)

From dangers to risks: genesis and evolution of marine insurance practices and theory (XIII-XVII centuries)

Des dangers aux risques : genèse et évolution des pratiques et des discours de la police d'assurance maritime (XIII-XVII siècles)

De los peligros a los riesgos: génesis y evolución de las prácticas y discursos de los seguros marítimos (siglos XIII-XVII)

Manuel Menezes
Instituto Superior Miguel Torga
ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA
manuel.d.menezes@gmail.com

Resumo: O artigo reflete sobre alguns dos instrumentos antemodernos de mediação dos perigos, apreendidos enquanto protoformas da tecnologia dos seguros. Sabendo que a insuficiência desses instrumentos para a cobertura dos riscos quotidianamente corridos pelos indivíduos, conduziu à necessidade de conceber novas vias de proteção do património, problematizamos o papel desempenhado pelos seguros marítimos, procurando capturar (i) as normas reguladoras a que se encontravam sujeitos, (ii) os traços que os aproximavam/afastavam de outros instrumentos utilizados para a partilha dos riscos e (iii) os critérios paulatinamente utilizados tendo em vista a determinação do preço a ser pago pelos riscos corridos.

Palavras-chave: Perigos; Riscos; Seguros Marítimos; Prémios de Seguros.

Abstract: The paper reflects on some of the premodern protection instruments against dangers, apprehended as protoforms of insurance technology. Knowing that the insufficiency of these instruments to cover the daily risks incurred by individuals, created the need to devise new ways to protect resources, we problematize the role played by maritime insurance, seeking to capture (i) the regulatory norms to which they were subject, (ii) the traits that brought them closer to/distant from other instruments used for risk sharing and (iii) the criteria gradually used to evaluate the price to be paid for the risks experienced.

Keywords: Dangers; Risks; Marine Insurance; Insurance Premiums.

Résumé : L'article réfléchit sur certains des instruments antimodernes de médiation des dangers, appréhendés comme des protoformes de la technologie de l'assurance. Sachant que l'insuffisance de ces instruments pour couvrir les risques quotidiens encourus par les particuliers, a conduit à la nécessité de concevoir de nouveaux moyens en vue de protéger les actifs, nous problématisons le rôle joué par les assureurs maritimes, cherchant à capter (i) les normes réglementaires auxquelles ils sont assujettis, (ii) les traits qui les rapprochaient/éloignaient des autres instruments de partage des risques et (iii) les critères progressivement retenus en vue de déterminer le prix à payer par rapport aux risques encourus.

Mots-clés: Dangers; Risques; Marine Assurances Maritimes; Primes d'assurance.

Resumen: El artículo reflexiona sobre algunos de los instrumentos antemodernos de mediación de los peligros, apreendidos como protoformas de la tecnología de los seguros. Sabiendo que la insuficiencia de estos instrumentos para cubrir los riesgos diarios en que incurrían los individuos, llevó a la necesidad de diseñar nuevas formas de protección del patrimonio, problematizamos el papel que jugó el seguro marítimo, buscando plasmar (i) las normas regulatorias a las que estaban sujetos, (ii) los rasgos que los acercaban/distanciaban de otros instrumentos utilizados para compartir riesgos y (iii) los criterios utilizados para determinar el precio a pagar por los riesgos asumidos.

Palabras clave: Peligros; Riesgos; Seguros Marítimos; Primas de Seguros.

Introdução

As reflexões a desenvolver no artigo pressupõem a existência de uma associação estrita entre modernidade e a ideia de risco, i.e., esta não é pensável sem aquela. Advogamos que na antemodernidade, a experiência dos indivíduos, devido ao facto de (i) se encontrarem numa situação de contingência máxima¹, e a (ii) sua vida ser extremamente rude (Duby, 1995), não poderia ser considerada arriscada, quando muito perigosa.

Em reforço desta tese, acrescenta-se o surgimento tardio do vocábulo risco nas línguas indo-europeias (séculos XIV – no catalão; XVI – nas línguas latinas; XVII – nas línguas anglo-saxónicas). Logo, todos os eventos, hoje denominados de riscos da experiência, “eram referidos como perigos, fatalidades, hazards ou dificuldades, mesmo porque a palavra risco não estava disponível nos léxicos das línguas indo-europeias” (Spink, 2001: 1279). No mesmo sentido, Guerreau (1997), defendendo a inexistência da noção de risco na sociedade medieval, considera que este só ganha “direito de cidadania” em meados do século XVII².

A passagem da constelação de perigos (antemodernos) aos riscos (modernos), exigiu uma metamorfose profunda do sistema de representações, somente possível de ocorrer no decurso do processo da autodeterminação humana. Sabendo, então, que esta só começou a ser pensada/concretizada na modernidade, torna-se clara a associação entre modernidade e a ideia de risco enquanto forma encontrada pelo humano de se relacionar com o futuro. Por outras palavras, as condições desta transição somente se consubstanciam quando o indivíduo, libertando-se dos caprichos adstritos à transcendência, passa a conceber-se como capaz de ativamente influenciar o seu destino, dominar, controlar o espaço e o tempo, buscando apropriar-se ou, se preferirmos,

¹ Na argumentação em pauta, a noção de risco revelava-se inadequada ante um futuro predeterminado ou independente das atividades humanas presentes, pois, o que teria de ocorrer ocorreria, as consequências negativas do destino não poderiam ser evitadas.

² Em meados do século XVII, Cleirac afirma que a apólice de seguro marítima era denominada no espanhol por “seguro de perigo” ou “risco de mar” (1647: 9). Esta coabitação pode ser entendida como indiciadora da juventude do vocábulo risco, i.e., um neologismo cunhado pelos modernos. De igual modo Roover sinaliza que “a ambiguidade das palavras *securitas*, *risicum* e outras expressões semelhantes em textos antigos, deu origem a muitas discussões pouco frutíferas” (1945: 181).

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: gênese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

“colonizar o futuro” (Giddens, 1991; 1999; Ewald, 1986, 1991; Spink, 2001). Em suma, “a ideia da gestão do risco ocorre apenas quando os indivíduos acreditam ser, até certo ponto, agentes livres” (Bernstein, 1996: 34), passando a representar, no seu imaginário social, o futuro como algo passível de controlo.

O enunciado, de modo algum, pressupõe a inexistência de uma consciência antemoderna sobre o que os modernos denominam de riscos. No entanto, devido à estrutura racional sustentadora da mesma, ao modo como lidavam com os acontecimentos (explicando-os por via da fortuna, vontade divina, sorte ou destino), ocorria como consciência relativa aos perigos de estar vivo. Assim, interessa pontuar que, desde tempos imemoriais, os indivíduos socorreram-se de estratégias várias tendo em vista a redução das incertezas quotidianas. De entre a panóplia de instrumentos antemodernos de mediação dos riscos destacamos, no âmbito da arte de navegar, os empréstimos marítimos ou, como também eram conhecidos, *usura marina*. Num outro texto (Menezes, 2012) analisámo-los, dando conta da oposição secular expressa a esse tipo de contratos pelo discurso religioso. Objeção essa que, ao contribuir para a emergência (séculos XII/XIII), de novos meios de partilha de riscos, acabou por propugnar a consubstanciação da gênese das protoformas ou, se preferimos, dos instrumentos comerciais que antecederam os seguros.

No presente ensaio, optámos por uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, com o recurso a fontes históricas diretas e indiretas por via de uma revisão sistemática da literatura conexa com a problemática, disponível em distintas bases de dados científicas. Assim, estando cientes de que “a origem dos seguros não deve ser buscada nas antigas formas de “segurança solidária”: [pois,] “foi o espírito de lucro e de ganho, e não o sentimento de solidariedade, que, em primeiro lugar, propugnou a emergência dos seguros enquanto instituição social autónoma” (Halpérin, apud Ewald, 1986: 182). Advogamos que, a insuficiência dos instrumentos antemodernos para a cobertura dos riscos corridos pelos indivíduos, ao conduzir à necessidade de novas vias serem engendradas para fazer face a essa problemática, propugnou o recurso e o desenvolvimento dos seguros marítimos enquanto instrumentos mediadores dos riscos. Consequentemente, objetivava-se, por um lado, capturar os traços que os aproximavam/afastavam de outros instrumentos utilizados para a partilha dos riscos. E, por outro, tendo presente que os riscos consubstanciam um dos elementos essenciais dos

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: gênese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

seguros, desenvolver uma análise onde se busca apreender os critérios que, paulatinamente, foram sendo utilizados para determinar o preço a ser pago pelos riscos corridos.

1. Gênese e evolução das protoformas dos seguros

Quando e onde surgiram os primeiros resquíços dos seguros? Os autores consultados não partilham um ponto de vista consensual. Segundo Hoover (1945), encontramos-nos face a um dos quesitos mais complexos e controversos da história das organizações comerciais. Para Cleirac, tanto as apólices de seguros, como as cartas de câmbio eram desconhecidas na antiga jurisprudência romana, vindo a ser uma invenção posterior dos judeus (1647: 224; 1671: 182-183). Levi (1863), expressa uma opinião similar. Relativamente, às letras de câmbio, embora admitindo a existência de cambistas desde tempos remotos, defende o seu surgimento na Idade Média. Quanto aos seguros marítimos, apesar de conjecturar a sua existência entre os romanos, considera que, no sentido moderno, só emanam no período medievo³.

Em Boucher (1803; 1808), encontramos um posicionamento dúbio. Apesar de distinguir os contratos de seguros dos empréstimos, afirmando que os últimos, contrariamente aos primeiros, já eram praticados pelos gregos, distancia-se de Cleirac e Levi quanto ao momento da sua emergência. Rejeita a hipótese de terem sido os judeus os seus inventores, pois, ainda que de modo implícito, “os Romanos conheceram e praticaram o contrato de seguro” (1803: XVI; 336-337). Por sua vez, para Molloy (1769), tomando por referência historiadores romanos, apesar da legislação romana não fazer menção explícita a este tipo de instrumentos, os mesmos eram conhecidos, sendo comumente praticados.

Se o contrato de seguro for entendido no seu sentido estrito moderno, dever-se-á dar razão a Cleirac (1647; 1671) e a Levi (1863), por contraposição a Boucher (1803), visto as protoformas dos seguros como hoje os conhecemos só surgirem muito mais tardiamente. Mas, se deprendermos do discurso de Molloy que, o mesmo, pretende

³ Para a defesa desta tese com base no argumento da inexistência de provas seguras que garantam sua presença num período anterior, cf. o *Dictionnaire Universel Théorique et Pratique du Commerce et de la Navigation* (1859: 172-173) – adiante designado DUTPCN.

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: génese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

referir-se à modalidade dos empréstimos marítimos, apesar de incorrer no erro de não distinguir os dois tipos de contratos, também ele tem razão ao estabelecer a associação com o período romano.

Nós comungamos da tese defensora da emergência tardia dos seguros, apontando-se para o seu surgimento nas cidades italianas no século XIV e posterior alastramento ao resto da Europa por intermédio da atividade desenvolvida pelos mercadores lombardos (Levi, 1863; Tetley, 1999)⁴. Em reforço desta argumentação, levantamos a hipótese da não aceitação de contratos vários, com base no argumento da usura, ter propugnado o aparecimento de novos instrumentos de mediação dos “riscos”. Explicitando, em nosso entender, as proibições emanadas, em 1234, do Decreto *Naviganti* de Gregório IX, ao conduzirem os mercadores à procura de novos meios de partilha de riscos, contribuíram para a importância crescente adquirida, a partir do século XII, pelos *Contratos de Commenda* e as *Letras de Câmbio*.

A partir dos séculos XII/XIII, os *Contratos de Commenda* tornam-se uma prática usual nas cidades italianas (especialmente em Veneza) como meio utilizado pelos mercadores para financiar as viagens marítimas e partilhar os seus riscos. Tendo subjacente uma sociedade mercantil, traduziam-se num contrato entre dois indivíduos⁵, onde o *commendator* fornecia o capital e o *commendatario* o trabalho. O financiador entregava certa importância em dinheiro ou mercadorias a um comerciante, e este teria de adquirir os bens e/ou comercializar os bens transportados. No final da viagem, caso houvesse lucros, o investidor receberia o capital investido, mais $\frac{3}{4}$ dos lucros e ao mercador, como forma de pagamento pelo seu trabalho, caberiam $\frac{1}{4}$ dos lucros⁶. Esta diferença encontrava justificação no montante investido e no facto dos riscos da viagem serem assumidos na totalidade pelo *commendator* (na commenda unilateral), porquanto,

⁴ Ao longo do século XIV o recurso aos mesmos cresceu significativamente, e a partir do século XV “o seguro marítimo expande-se de Génova e Florença para o Mediterrâneo Ocidental, os Países Baixos e Inglaterra, e de Veneza para o Adriático e o Mediterrâneo Oriental” (Kohn, 1999a: 6; Levi, 1863: 812; Roover, 1945; Ceccarelli, 2021; 2023). Esta expansão não pressupõe uma adesão imediata. Como todas as novidades, também a aceitação dos seguros ocorreu de forma lenta e progressiva.

⁵ Para uma análise deste tipo de contratos, cf. Teresa (1805: 592-593).

⁶ Para os contratos estabelecidos de modo unilateral. Nos contratos bilaterais, o financiador fornecia $\frac{2}{3}$ do capital, competindo ao outro parceiro o provimento do restante. Nestes casos, os lucros eram repartidos equitativamente (Munro, 2003).

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: gênese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

nos naufrágios e/ou outros perigos de mar, tal como nos empréstimos marítimos, todas as perdas seriam da sua inteira responsabilidade (Kohn, 1999a).

As similitudes entre estes contratos e os empréstimos marítimos (cf. Menezes, 2012) são por demais evidentes. No entanto, divergiam quanto à partilha de riscos. O contrato de *commenda*, por comparação ao empréstimo, evidenciava uma partilha mais equitativa, pois o financiador não só assumia os riscos inerente à viagem, como também partilhava com o mercador os riscos comerciais que, no empréstimo, eram da inteira responsabilidade do mercador.

Independentemente das dissimilaridades, interessa realçar que a sua moldura legal, ao facilitar o contorno dos impedimentos legais da usura, constituiu uma via atrativa para os mercadores⁷.

Do referido, poder-se-ia deduzir que os contratos de comenda teriam vindo, progressivamente, a substituir os empréstimos marítimos, assistindo-se ao seu desaparecimento gradual. Desta opinião é Munro (2003), argumentando que os contratos de empréstimo, que num período anterior admitiam o interesse, raramente viriam a ter lugar no século XIII⁸.

Colocamos algumas reservas a esta tese. Embora aceitando a utilização em crescendo, ao longo da Idade Média, de subterfúgios para camuflar o interesse presente no contrato⁹. E o aumento da importância dos contratos de *commenda* (especialmente em Itália, por razões óbvias). Essas circunstâncias, não propugnaram a diminuição

⁷ A legalidade adstrita a este tipo de contratos pode ser justificada com base na distinção estabelecida pelo pensamento medieval entre os lucros provindos de uma parceria, por contraposição aos derivados de um empréstimo. Num “*mutuum*, a propriedade e o *periculum* eram transferidos e, portanto, qualquer lucro era devido ao trabalho e habilidades do prestatário. Numa parceria a propriedade não era transferida, logo, tal como os riscos eram partilhados, também os ganhos prováveis deviam ser divididos entre os parceiros” (Ceccarelli, 2001: 613). Para exemplos de como no discurso teológico foram emergindo, gradualmente, argumentos a favor da aceitabilidade da «compra e venda de riscos» sem colocar em causa os ditames divinos, cf. Caccarelli (2023).

⁸ Referindo-se a Veneza, para Lara (2001), entre os séculos XII e XIII, o contrato de *commenda* começa a predominar face ao empréstimo marítimo, justificando esta mudança com base na maior capacidade do aparelho administrativo do Estado recolher e analisar toda a panóplia de informações conexas com o comércio marítimo.

⁹ Por exemplo, a não referência explícita à quantidade de dinheiro avançado para o empreendimento, fazendo-se somente menção ao total que deveria ser pago no final do mesmo (Kohn, 1999a; Williamson, 2002).

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: génese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

significativa dos empréstimos marítimos. Logo, é mais adequado defender a coexistência dos dois tipos de contratos enquanto instrumentos de partilha dos perigos de mar.

O enunciado comprova-se com o recurso a dois exemplos: (i) durante o século XIII, dos financiadores conhecidos, não residentes em Veneza, cinco em seis estabeleciam contratos por via de empréstimos marítimos (Lara, 2002); (ii) Williamson, baseando-se na análise de 760 contratos celebrados em Veneza, entre 1303 e 1351, afirma que “a maioria eram contratos de dívida, conhecidos em Veneza por *prestitii marittimi* [...] ou contratos de commenda, conhecidos em Veneza por contratos *colleganza*”, representando os primeiros 41% e os segundos 48% (2002: 3-4). Paralelamente, outros discursos analisados indiciam a manutenção dos empréstimos marítimos ao longo dos séculos seguintes: relativamente ao século XV, encontramos referências nas *Ordenações de Barcelona* de 1435 (sobre questões marítimas), onde se ordena a celebração por escritura pública desse tipo de contratos (Boucher, 1808: 697); eram prática corrente em França, Inglaterra e Holanda, nos séculos XVII e XVIII (Cleirac, 1671; Kohn, 1999a).

Relativamente às *Letras de Câmbio*, gostaríamos, somente, de assinalar que, apesar de evidenciarem similitudes com os empréstimos marítimos, as diferenças contribuíram para a sua importância crescente a partir do século XIII. Eram mais usuais nas viagens de longa distância, porque, contrariamente àqueles, nestas o pagamento era feito, não aquando do regresso ao porto de partida, mas na chegada ao destino (Kohn, 1999a). Em segundo lugar, a sua crescente utilização pode, plausivelmente, ser explicada com base nas proibições advindas do Decreto de Gregório IX, isto é, como uma consequência imediata das proibições legais adstritas à usura.

Apesar de surgirem para facilitar os pagamentos entre pontos distantes, evitando, assim, o transporte de moeda e os perigos subjacentes ao mesmo¹⁰, interessa-nos assinalar a sua importância enquanto instrumento de crédito¹¹. Das diferentes formas que poderia

¹⁰ O *Guidon de la Mer* – cap. I, art. V – referindo-se às letras de câmbio, manifesta a aceitação do interesse com base no argumento dos perigos corridos: “com menor custo e perigo, nós poderemos ter dinheiro em todas as partes do mundo, quer por mar ou por terra, daí o interesse no câmbio, aumentar ou diminuir consoante o curso do câmbio” (Cleirac, 1671: 190).

¹¹ Um mercador prontificava-se a pagar (contratos de cambio), ou solicitava que fosse feito o pagamento (letras de cambio), a um beneficiário num período temporal e local determinados, uma soma na moeda corrente do lugar anteriormente definido (Kohn, 1999b).

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: gênese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

assumir, realçamos o *cambium siccum*, dada a sua utilização como subterfúgio para contornar os impedimentos da usura. A proibição dos ganhos provenientes dos empréstimos era contornada porque as taxas de câmbio, ao encobrirem o interesse existente na transação, possibilitavam, de modo implícito, ganhos reais. No caso do câmbio seco ou, como também ficou conhecido, câmbio fictício, a permuta não existia em concreto, facto esse reconhecido pelo *Compendio Moral Salmaticense*:

“como se alguém necessita de dinheiro em Roma e o recebe aí, com a obrigação de o devolver na primeira feira de Leon em França. Este câmbio é uma usura paliada; porque sendo um empréstimo verdadeiro, só na aparência é Câmbio, sub-rogando nele a distância do tempo, pela do lugar” (Teresa, 1805: 599)¹².

Independentemente da rejeição deste tipo de contratos por parte do direito canónico, interessa salientar que a sua utilização como subterfúgio à usura obteve assinalável êxito, dadas as dificuldades em provar a existência do interesse¹³. Assim, pode-se afirmar, que

“tudo o que poderia ter sido feito para evitar proibição formal [da usura], foi feito; e, parece-nos que essas tentativas foram, suficientemente, bem-sucedidas de modo a responder aos requisitos da vida prática. As formas mais comuns de evasão davam-se por intermédio de transações por letras, que tiveram o seu nascimento em Itália, e pela determinação de *interesse* por indemnização” (Böhm-Bawerk, 1884: I.II.68).

2. Os seguros enquanto instrumentos mediadores dos riscos

Os instrumentos enunciados, embora importantes, revelavam-se insuficientes quanto à cobertura dos riscos corridos pelos indivíduos. As letras de câmbio, por exemplo, essenciais para o financiamento das expedições e para o estabelecimento de relações de comércio, eram ineficientes quanto aos riscos de navegação e comerciais. Logo, houve

¹² A referência à falsa substituição do tempo pelo lugar é importante, dado evidenciar um novo posicionamento da Igreja face à usura. A partir do século XVII, o ganho advindo dos contratos com base no argumento da distância entre lugares passou a ser aceite pelo direito canónico. Mas os ganhos sustentados na distância do tempo (decorrido entre o estabelecimento e o término do contrato) continuou a ser rejeitado, por considerar-se que com o mesmo se pretendia vender o tempo. Algo inadmissível, visto ser um bem somente pertencente a Deus (cf. Cleirac, 1671: 192).

¹³ Os seguintes dados comprovam o referido – “entre 1336 e 1340, a companhia Covoni de Florença registou 443 operações de câmbio: dessas, somente 70 se relacionavam com o comércio, enquanto as 375 remanescentes eram financeiras. Das letras financeiras, 335 eram especulativas, visando a exploração das diferentes taxas de interesse [...]. As 38 restantes pressupunham o câmbio seco” (Kohn, 1999b: 9).

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: génese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

necessidade de engendrar novos meios para fazer face a essas situações¹⁴, isto é, os seguros marítimos. O ano de 1347 foi, por mais de meio século, aceite com tendo sido a data em que, na cidade Génova, foi firmado o primeiro contrato de seguro/”*contractus assecurationis*” segundo os novos moldes. No entanto, dados mais recentes, permitem afirmar que a apólice mais antiga data de 1343 (Nelli, 1972; Ceccareli, 2001)¹⁵.

Independentemente das diferentes datas, um ponto de partida possível para a análise do quadro subjacente aos seguros marítimos durante este período, é o *Guidon de la Mer*, compêndio onde se encontravam reunidos os usos e costumes seguidos em Rouen. De autor incógnito e de data incerta¹⁶, a primeira edição conhecida data de 1607 (Beaurepaire, 1888; Daston, 1988)¹⁷. Compilado e comentado por Cleirac (1647; 1671) com o intuito de, “eliminando as incorreções e/ou pouca inteligência dos copistas”, apresentar um diamante em bruto a ser trabalhado para a utilidade dos mercadores. Consubstanciando um manual no qual se encontravam enunciados os principais ditames respeitantes às problemáticas da navegação¹⁸, no mesmo encontramos a regulação dos seguros marítimos. Apresenta o entendimento que era feito sobre o contrato, e define: as regras subjacentes à sua redação e formalização; o que poderia (ou não) ser segurado e quando (fazendo-se distinção entre períodos de guerra e de paz); as condições de nulidade dos contratos; as situações em que os seguradores seriam desresponsabilizados, entre muitas outras questões. Logo no art. I do cap. I é-nos apresentada a definição de seguro:

“é um contrato, pelo qual nós prometemos indemnizar as coisas que são transportadas de um país a outro, especialmente por mar: e isso por meio do preço

¹⁴ Para Roover, a explicação mais plausível remete para o facto de os comerciantes, a partir dos inícios da centúria de trezentos, terem sentido necessidade de inventar “um novo tipo de contrato, quando descobrirem que nenhuma das formas existentes era bastante satisfatória como meio de transferir e partilhar os riscos de mar” (1945: 180).

¹⁵ Para Kohn, (1999a), o mais antigo contrato de seguro, e do qual ainda hoje há um exemplar, foi redigido em Palermo no ano de 1350 (cf. Roover, 1945). Um século e meio antes, portanto, da data avançada, de modo inconsistente, por Giddens (1999) para as primeiras apólices de seguros marítimos.

¹⁶ Pardessus coloca a hipótese de ter sido escrito entre 1556 e 1584 (apud Beaurepaire, 1888).

¹⁷ Segundo Martins, “o primeiro tratado sobre os seguros publicado no Ocidente foi escrito por um português, o jurisconsulto Pedro de Santarém, e publicado em Latim em 1554” (1998: 49).

¹⁸ Não se pode descurar que, por um lado, os seguros viriam a ser uma das áreas mais fortemente reguladas do sistema financeiro (Kohn, 1999a) e, por outro, o *Guidon* foi influenciado pelos “códigos” que, secularmente, foram regulando a vida marítima. De entre os mesmos podemos, sinopticamente, assinalar (i) as *Leis de Oléron/Rolos de Oléron* datados de 1266 – regulavam toda a costa atlântica desde a Espanha à Escandinávia; (ii) o tráfego no Mediterrâneo, desde o século XIV, passou a observar as normas emanadas do *Consolato del Mar*; (iii) a partir de inícios do século XVI, no Báltico, passaram a predominar as *Leis de Wisbuy* decalcadas, em grande parte, das *Leis de Oléron*.

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: génese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

acordado a tanto por cento, entre o segurado que manda fazer o transporte e o segurador que promete indemnizá-lo” (Cleirac, 1671: 182).

A análise do conceito, evidencia a constatação de semelhanças e diferenças entre o seguro e os outros instrumentos, por nós, assinalados.

Quanto às semelhanças, é de referir a partilha de riscos como objetivo comum. A validade dos contratos dependia da existência efetiva e/ou putativa dos riscos¹⁹. Os diferentes instrumentos retiram os seus efeitos de eventos similares, isto é, tornam-se executórios a partir da ocorrência (ou não) dos riscos. Logo, os distintos contratos são atravessados pela contingência. A aleatoriedade é uma característica comum. Ao serem dominados pelo acaso, os resultados dos mesmos são incertos²⁰.

Relativamente às diferenças, como se pode observar nos dados por nós coligidos na tabela 1, a partilha/transferência dos riscos ocorria de modo distinto de contrato para contrato. Com a exceção dos contratos bilaterais de comenda, onde havia uma distribuição mais equitativa dos riscos corridos, encontramos face a uma distinção

Tabela 1 – Partilha e Transferência de Riscos entre os Contraentes

	Riscos Marítimos	Riscos Comerciais
<i>Empréstimo</i>	- Mutuante;	- Mercador;
<i>Commenda</i>	- Financiador; - Financiador e Mercador;	- Financiador e Mercador;
<i>Seguro</i>	- Segurador;	- Segurado;

clara entre quem se responsabilizava pelos riscos marítimos e quem tomava a seu cargo os riscos comerciais. Os primeiros cabiam, por norma, a quem fornecia o dinheiro para a expedição ou a quem declarava expressamente responsabilizar-se por os mesmos e, os segundos, aos mercadores. Mas havia exceções. Tanto no empréstimo como na comenda, nem todos os riscos de mar eram corridos pelo financiador. No caso de naufrágio, o

¹⁹ Comprovativo do enunciado é-nos fornecido por Borges: “nos contractos quer de risco, quer de seguro para involucrar-se a responsabilidade dos seguradores e dadores, os riscos tem uma estipulação de *tempo*, e de *logar*, de sorte que se o accidente, ainda que seja do numero dos que elles tomão sobre si, não acontecer no *tempo* e no *logar* dos riscos, como se convencionou, cessa a responsabilidade d’elles” (1833: 360).

²⁰ Em reforço da argumentação avançada, é de assinalar a asserção de Gigerenzer *et al.* – “os contratos aleatórios adquiriram proeminência e uma certa notoriedade, ao consubstanciarem uma das vias preferencialmente utilizada pelos mercadores visando a exoneração das proibições da usura” (1989: 3).

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: gênese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

mercador quando era o dono do navio, ao perder o mesmo, acabava por arcar com as consequências dos eventos ocorridos. E, nos seguros, ao se declarar explicitamente o que deveria ser entendido por riscos marítimos:

(i) os riscos de perdas e danos dos quais os seguradores se encarregarão pela natureza do contrato de seguro, são os riscos de perdas e danos que podem ocorrer por fortunas de mar, isto é, por qualquer causa de força maior à qual nós não poderemos resistir, *vis divina* (Pothier, 1821: 308; DUTPCN, 1859: 176);

(ii) as palavras “perigos de mar”²¹ enquadra somente perdas causadas por danos do mar, *ex marinae tempestatis discrimine*, e não casualidades ocorridas no mar (Levi, 1863: 839); abria-se a possibilidade de o segurador ser desresponsabilizado dos mesmos, enquadrando-se nestes casos a deterioração de mercadorias por causas várias e/ou os acidentes ocorridos por incúria, negligência dos mestres dos navios.

Nos casos de incumprimento dos contratos, o papel incumbido aos contraentes revela outra dissemelhança. Nos empréstimos marítimos, quando havia uma recusa de pagamento da dívida, era ao credor que competia denunciar esta situação à justiça, tendo em vista o cumprimento dos trâmites anteriormente acordados. Nos seguros marítimos, em caso de contestação, era ao segurado que competia justificar que as perdas teriam ocorrido por acidente e não por incúria sua ou daqueles que se encontravam sob a sua alçada (Cleirac, 1671: 277; Ordonance de la Marine, 1681: 242).

Em terceiro lugar, contrariamente aos empréstimos marítimos e às *commendas* onde era avançado dinheiro, nos seguros nada mais existia do que uma promessa de indemnizar o segurado pelas consequências nefastas que os riscos poderiam produzir, ou seja, de

²¹ Numa apólice de seguros celebrada, no ano de 1669, em Rouen, encontramos alguns dos riscos pelos quais os seguradores se responsabilizavam: “nós tomamos os ditos riscos e aventuras totalmente aos nossos perigos e fortunas, tanto o perigo de mar, de fogo, de vento, amigos ou inimigos, de qualquer cabo, de arresto de Rei ou Príncipe, ou de qualquer outro senhor, carta de marca, de contra-marca, barataria de patrões ou de marinheiros e, geralmente, de todos os outros inconvenientes pensados ou não pensados que poderão surgir aos ditos mercadores” (Cleirac, 1671: 291-292). A análise deste exemplo merece duas notas. Os riscos cobertos incluíam, por norma, os *riscos de mar* e os *riscos de pessoas*. E, neste caso em concreto, os riscos cobertos vão além do sentido estrito apresentados por Pothier e Levi, isto é, encontramos-nos face a uma apreensão bastante abrangente do conceito de fortunas/perigos de mar, que pode ser clarificada pela asserção de Borges – “fortuna de mar compreende tudo aquilo, por que os seguradores respondem, salva convenção em contrario” (1833: 175).

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: gênese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

reparar pecuniariamente o dano causado no objeto segurado²² pela ocorrência de um evento aleatório.

A questão da indemnização ganha interesse quando nos questionamos sobre o valor a pagar pelo segurado por essa promessa. Qual o preço do prémio, dada a responsabilização do segurador pelos riscos inerentes ao empreendimento –

“o seguro marítimo é um contrato, pelo qual uma parte, em consideração ao *prémio*, se predispõe a *indemnizar* a outra contra percas, decorrentes de certos *perigos* ou *riscos de mar*, aos quais o navio, mercadorias ou outro interesse pode estar exposto durante algumas viagens ou certos períodos de tempo” (Levi, 1863: 812-813; Boucher, 1803: 336; Pothier, 1821: 273; Borges, 1833: 372; DUTPCN, 1859: 173; Colfavru, 1863: 363).

Ante indivíduos que encaravam o risco de modo distinto: os mercadores que, manifestando uma aversão ao risco, buscavam a partilha e/ou o seguro face ao mesmo; os mutuantes/financiadores/seguradores que, trocando um presente certo por um futuro incerto, decidiam enfrentar, correr riscos, fazendo-se pagar por isso. A questão seguinte passa por intentar compreender quais os critérios utilizados pelos contraentes para determinar o preço justo a pagar pelos “riscos” corridos?

3. Os preços do risco segurado: hiatos entre as práticas e a teoria

A emergência tardia do conceito propugnou dois modos distintos de conceber os riscos. Um prático e um teórico que seguiram caminhos paralelos sem se estabelecerem conexões entre si até sensivelmente meados do século XVIII.

Os discursos analisados, mostraram-se pouco frutíferos quanto à explicitação dos critérios utilizados para a avaliação dos perigos. As informações recolhidas evidenciam que os seguradores e outros mediadores do risco continuaram até bastante tarde a socorrer-se, não tanto de cálculos matemáticos, mas, principalmente, da “razoabilidade”, de princípios, de uma lógica ancorada na experiência (Rover, 1945; Ceccarelli, 2021; 2023). Quer dizer, sabendo que “o prémio recebido pelo segurador, não é o preço por algo que ele tenha dado, mas o preço pelo risco do qual ele se encarregou pelo contrato” (Pothier, 1821: 274), defendemos que na determinação dos prémios a cobrar pelos riscos

²² Nos empréstimos marítimos, a promessa partia daquele que recebia o dinheiro emprestado, que afiançava pagar o dinheiro recebido se *não ocorresse nenhum acidente*. Nos seguros, a situação era inversa, quem prometia pagar era o segurador comprometendo-se a indemnizar *em casos de acidente* (cf. Rover, 1945: 185).

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: génese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

corridos, predominava a experiência adquirida pelos indivíduos ao longo dos anos. Com o referido, como é lógico, não pretendemos negar o recurso a critérios facilitadores do cálculo do valor do prémio. Isto é, apesar do (i) *interesse* advindo dos empréstimos, da (ii) distribuição desigual nos lucros nos contratos de comenda e, posteriormente, (iii) o prémio dos seguros, indiciarem a existência de uma avaliação dos riscos, é possível aventar a hipótese de que, num mundo sem probabilidades, os métodos para o seu cálculo “não eram estatísticos, a inclinação dos mesmos era anti-estatística” (Daston, 1988: 120). Explicitando, as duas formas distintas de conceber os riscos que seguiram caminhos paralelos, podem encontrar justificação, tal como nos alerta Roover (1945: 180), no facto dos mercadores, com base no saber da experiência feito, e sem necessidade de informações estatísticas elaboradas (ciência atuarial), conseguirem não só quantificar o risco com um grau razoável de precisão²³, mas também desencadear estratégias visando a redução da ocorrência dos perigos.

Um dos exemplos mais remotos encontra-se no modo como, na Bolsa de Mercadores criada por D. Dinis em 1293, eram definidos os “prémios” a ser pagos pelos associados. Sob a forma de uma organização mútua²⁴, cada mercador contribuía com determinada cotização para fazer face aos prejuízos advindos dos perigos das viagens marítimas. A determinação dos montantes, reforça a argumentação desenvolvida: o critério não era o risco em si, mas as consequências que podiam advir da sua efetivação. O cálculo baseava-se no porte das naus (remetendo, muito provavelmente, para o valor da carga), sendo o “prémio” tanto maior, quanto maior fosse a embarcação, isto é, estipulou-se que

“todos os barcos com mais de 100 tonéis que saíssem do Reino pagassem 20 soldos esterlinos e os de menor tonelagem 10. Da totalidade cobrada se depositariam 100 marcos de prata na Flandres, ficando o resto em Portugal, nos lugares que entendessem. Destinar-se-iam estas quantias a ser despendidas nos seus pleitos, negócios e no mais que à terra aproveitasse” (Silva, 1989: 355).

²³ As análises de Van Doosselaere caminham no mesmo sentido. Em sua aceção, apesar dos registos genoveses serem parcos em informações conexas com os seguros anteriores à centúria de quatrocentos, as pesquisas desenvolvidas por historiadores, evidenciam uma certa racionalidade prática na quantificação do prémio, isto é, “a distância, o tipo de navio e as circunstâncias geopolíticas consubstanciavam uma avaliação precisa do risco” (2009: 191-192).

²⁴ Não obstante salientarmos a natureza mutualista e seguradora da Bolsa, interessa sinalizar que os dinheiros dos fundos comuns não se destinavam unicamente a custear as consequências económicas da efetivação dos perigos. Tal como nos alerta Barros, traduzindo “o envolvimento de Portugal no processo de integração económica da Europa coeva”, as funções da Bolsa foram, recorrentemente, renovadas e ampliadas (2020: 258, 262).

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: génese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

Por sua vez, nas *Ordenações de Barcelona* sobre seguros²⁵, de 1484, constatámos que, nos seus 25 capítulos (apesar de fazer referência às mais variadas dimensões dos seguros), relativamente ao “prémio” somente refere que o seguro não produz efeitos até ao pagamento do mesmo. Nada é dito sobre os cálculos relativos ao preço a ser pago pelo segurado.

No *Guidon de la Mer*, menciona-se o prémio a ser pago pelo facto de o segurador se responsabilizar pelos riscos – “pelo meio do preço acordado a tanto por cento”, no entanto, não nos são dadas indicações sobre o cálculo do mesmo. No capítulo II, artigo XI, são avançadas mais algumas informações, mas nada nos é dito sobre o quantitativo em si, referindo-se, somente, que o preço a pagar pelo risco não deveria ultrapassar os 10% do valor das mercadorias asseguradas, sem se explicitar o porquê desse valor²⁶.

Na segunda metade do século XVIII, o discurso de Pothier evidencia, mais uma vez, as dificuldades presentes na estimação dos riscos:

“o *prémio* para ser equitativo, deve corresponder ao preço justo²⁷ dos riscos pelos quais o segurador se encarrega pelo contrato: mas, como não é fácil de determinar qual é esse preço justo, nós devemos dar a esse preço justo um entendimento bastante lato, e reputar de preço justo aquele que as partes acordarem entre si” (1821: 321).

Sabemos, igualmente que, por um lado, tanto o interesse do empréstimo como o prémio do seguro aumentavam proporcionalmente ao aumento do perigo: (i) “o que é certo, é que quanto maior o perigo é, se aí houver uma aventura real, maior será o lucro dos dinheiros avançados”; (ii) o “*prémio* (especialmente em tempos de guerra) pode ser muito elevado, às vezes 30 ou 40 por cento” (Molloy, 1769: 130, 47; Pothier, 1821: 321; Boucher, 1803: 359). E, por outro, que a perceção da menor perigosidade dos riscos terrestres, comparativamente aos riscos de mar, conduzia à adoção de posicionamentos legais distintos face aos mesmos. Isto é, enquanto nos primeiros, a taxa máxima de lucro pelos riscos corridos se encontrava, por norma, definida legalmente pelo direito comum, nos segundos, a taxa era deixada ao livre critério dos contraentes – o “interesse marítimo,

²⁵ Para uma consulta destas Ordenações, cf. Boucher (1808: 714-749).

²⁶ Essa prática era, igualmente, seguida pelas Ordenações Anvers e Amsterdão (Cleirac, 1671: 200).

²⁷ Desde a primeira metade do século XIII, no debate desenvolvido sobre esta questão pelo discurso religioso, os canonistas advogam como prémio justo – *iustum pretium* –, o valor usual determinado pelo mercado (Ceccarelli, 2001).

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: génese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

é diferente do interesse ordinário, onde a taxa é fixada por lei; ela é indefinida. As partes contraentes podem definir a taxa que desejarem” (Boucher, 1803: 317; Molloy, 1769: 124-125). A argumentação de Garriguet, ao se questionar sobre a possibilidade de definir taxas que fossem além do legalmente estipulado, caminha no mesmo sentido:

“se o perigo de perca é maior, que um perigo ordinário, o que empresta pode legitimamente ultrapassar a taxa legal, pois a especificidade dessa taxa só se aplica aos casos normais. Quanto mais considerável for o *periculum sortis*, mais nós temos o direito de elevar o prémio de seguro e, isto, sem violar a equidade” (1907: 71).

Assim, apesar do prémio poder ser apreendido como instrumento de quantificação do risco, as informações recolhidas quanto aos critérios²⁸ para essa quantificação indiciam a existência de um hiato entre a teoria e a prática dos riscos. Não se podendo ainda, portanto, falar do risco como técnica, tal como viria a ser formulado posteriormente pela ciência atuarial. Como protótipo do referido assinala-se o *Guidon de la Mer*. O artigo XVI do capítulo XV, apresenta indicadores para a determinação dos prémios:

“o preço e o custo do seguro é tanto maior ou menor, consoante a distância e o perigo dos lugares, a estação do ano, [...] paz ou guerra; o preço faz-se a partir do acordo entre os mercadores e aqueles que irão ser os seguradores, baixando ou aumentando o preço, não tanto devido aos perigos de mar, mas, essencialmente, tomando por base o conhecimento de novas relativas à existência de navios de mau nome, de pilhagem” (Cleirac, 1671: 271-2).

Na mensuração dos riscos e na determinação dos prémios, prevaleciam as dimensões da vida prática. Uma mescla onde ganhavam realce as relações pessoais, a experiência/coragem dos seguradores, a análise prudente, o conhecimento profundo da situação política existente, a rota e a sua duração, os perigos que transcorriam as diferentes rotas e as informações recolhidas, sendo estas de vital importância para o modo como lidavam com os riscos marítimos/comerciais (Thomereau, 1901; Hoover, 1945; Kohn, 1999a; Lara, 2002; Ceccarelli, 2021; 2023)²⁹.

²⁸ A escassez de critérios formais para a estimação do prémio pode, até certo ponto, encontrar justificação, para além do até agora referido, no facto de o mercado dos seguros, como refere Ceccarelli (2021) para o caso de Florença, ao funcionar, essencialmente, com base em relações de confiança pessoal, códigos de conduta, não ter sido alvo de uma regulação tão formal como outras atividades mercantis. O que não invalida que, os contratos daí resultantes, tivessem validade formal de acordo com as normas em vigor. De igual modo, para Hoover (1945) os contratos de seguro foram sendo redigidos consoante os usos locais, não se podendo afirmar a existência de uniformidade quanto aos procedimentos comerciais e às suas formas jurídicas.

²⁹ Baseando-se em apólices e contratos de seguro celebrados em Florença entre os séculos XIV-XVI, Ceccarelli (2021) desenvolve uma análise exaustiva dos fatores (estruturais/contingentes) tomados em

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: gênese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

Em suma, a escassez de dados sobre as regras subjacentes às estimações dos prémios, consubstancia prova cabal de que a “prática dos seguradores dos séculos XVI e XVII, se sustentava numa combinação de experiência, intuição e convenção para estabelecer os preços dos prémios” (Daston, 1988: 119; Kohn, 1999a; Howie, 2002). Gigerenzer *et al.* (1989) advoga, igualmente, que, durante grande parte do século XVIII, as influências da teoria matemática do risco sobre as práticas de risco foram praticamente nulas. Face ao enunciado, concluímos que, até bastante tarde, predominou uma noção de risco estritamente individualista e anti-estatística.

Quais seriam os motivos subjacentes a tal resistência, ao desinteresse com que os mediadores dos riscos olhavam para os progressos empreendidos pela teoria das probabilidades?

Por um lado, duas concepções do mundo que encaravam o risco de modo distinto, isto é, (i) uma visão determinista que, descurando o caso singular, buscava apreender a probabilidade do risco no longo prazo; (ii) um ponto de vista que, não deixando de ser determinista, tomando por base a experiência concreta e o futuro incerto, apreendia a contingência mediadora dos casos singulares como o resultado da *Quia Voluit* contra a qual de pouco serviam os cálculos probabilísticos.

Por outro, a resistência pode ser justificada pelo facto de, até ao século XVIII, as fronteiras entre o jogo e o seguro serem baças. O seguro sendo encarado, pela maioria dos indivíduos, não como um instrumento facilitador da partilha dos riscos, mas como um jogo onde algo se apostava, conduziu ao desinteresse desses “apostadores” na teoria das probabilidades (Daston, 1988; Gigerenzer *et al.*, 1989).

A diminuição das resistências, dos hiatos entre a teoria e prática dos riscos, exigiu uma nova concepção do mundo³⁰ e a reconceptualização dos conceitos de risco e seguro, isto é, “só a partir do momento em que o jogo passou a ser encarado de forma distinta do seguro, é que o último começou a ser entendido pelos compradores e vendedores como algo de satisfatório para a matemática” (Daston, 1988: 140-141) e o prémio subjacente

consideração durante este período, tendo em vista uma correta avaliação do prémio (cf., em especial os capítulos 5 e 6; Ceccarelli, 2023).

³⁰ A diminuição das resistências na dimensão prática dos riscos, só começou a ser uma realidade quando os seus agentes foram persuadidos “de que as regularidades de longo prazo eram mais importantes do que as perturbações de curto prazo, para calcular os prémios por meio das tabelas de vida; que eles deveriam depositar a sua fé e dinheiro em regras gerais e não em casos individuais” (Daston, 1988: 172-173).

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: gênese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

ao mesmo passou a ser visto como sendo a explicitação da *definição matemática dos riscos*.

Considerações Finais

Mostrámos como as proibições decorrentes da usura propugnaram a busca de novas estratégias por parte dos mercadores visando a partilha de riscos. A partir dos séculos XII/XIII começaram a utilizar-se novos instrumentos (e.g. contratos de comenda e letras de câmbio).

Quanto aos seguros propriamente ditos, podendo ser considerados um produto da revolução comercial ocorrida na passagem dos séculos XIII para o XIV (Roover, 1945), a explanação desenvolvida permitiu aferir o seu surgimento em Itália por volta do século XIV e o seu alastramento progressivo ao resto da Europa. A grande novidade dos seguros, por comparação a outros instrumentos enunciados, residiu não mais na partilha, mas na transferência dos riscos para terceiros (Nelli, 1972; Ceccarelli, 2021; 2023), dependendo a validade dos contratos da sua existência efetiva e/ou putativa. Retirando os seus efeitos de eventos similares, os contratos tornavam-se executórios a partir da ocorrência (ou não) dos riscos. Mas, a par das similitudes, encontrámos diferenças, nomeadamente quanto: (i) ao modo como os riscos – marítimos/comerciais – eram partilhados entre as partes; (ii) ao papel incumbido aos contraentes nos casos de incumprimento dos contratos; (iii) aos mecanismos subjacentes ao funcionamento dos mesmos. Isto é, contrariamente aos empréstimos marítimos e às *commendas* onde era avançado dinheiro por parte do mutuante ou do financiador, nos contratos de seguro, inexistindo esta transferência financeira, o segurador limitava-se a prometer ao segurado indemnizar os danos causados no objeto segurado pela ocorrência do evento aleatório.

Partindo deste último aspeto buscámos aferir, no período em análise, quais os critérios subjacentes à determinação do prémio a pagar pelo segurado. A tese inicialmente aventada, foi demonstrada. A análise desenvolvida evidencia um hiato entre as dimensões prática e teórica de análise dos riscos. Só muito tardiamente é que a última viria a influenciar a dimensão prática de abordagem aos riscos. Explicitando, em vez de cálculos matemáticos, as práticas de risco sustentavam-se na experiência.

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: génese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

Embora advogando a necessidade de os riscos serem estimados de forma justa, pensamos que os seguradores do período em análise sentiam alguma dificuldade em aceitar a ideia de o saber ancorado na experiência prática e a análise do “perito”, poderem ser substituídos de modo mais eficaz por equações e prescrições numéricas. Na quantificação do risco, valorizavam o porte das naus, o aumento do perigo em tempos de guerra, a distância e a perigosidade das rotas marítimas, a estação do ano, as informações detidas e a experiência dos capitães dos navios, entre outras.

Em suma, a mensuração dos riscos e do preço dos mesmos, no transcurso temporal tomado em consideração, sustentava-se predominantemente nas dimensões da vida prática, numa mescla de experiência, coragem das partes envolvidas no estabelecimento dos contratos. Só, com a assunção de uma nova conceção do mundo onde a importância adstrita às regularidades de longo prazo se sobrepôs às inconstâncias quotidianas, e a separação das águas entre as noções de jogo e de seguro, é que foi possível vislumbrar uma aproximação entre o viés prático e o teórico de análise dos riscos.

Bibliografia

AAVV (1859), *Dictionnaire universel théorique et pratique du commerce et de la navigation*, Vol I, Paris, Guillaumin.

BARROS, Amândio (2020), “1293. A Bolsa dos Mercadores: os portos, o rei e o comércio português nas redes europeias”, in Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco & José Pedro Paiva (eds.), *História global de Portugal*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 257-262.

BEAUREPAIRE, Charles de Robillard de (1888), *Note sur le guidon des marchands qui mettent à la mer*, Rouen, Espérance Cagniard.

BERNSTEIN, Peter (1996), *Desafio aos deuses. A fascinante história do risco*, Rio de Janeiro, Campus.

BÖHM-BAWERK, Eugen von (1884), *Capital and interest: a critical history of economic theory*, London, Macmillan & Co.

BORGES, José Ferreira (1833), *Diccionario jurídico-commercial*, Porto, Typographia de Sebastião José Pereira.

BOUCHER, Pierre B. (1803), *Institution au droit maritime: ouvrage complet sur la législation Maritime*, Paris, Levrault Schoell.

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: génese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

BOUCHER, Pierre B. (1808), *Consulat de la mer ou pandectes du droit commercial et maritime*, Paris, Arthus-Bertrand.

CECCARELLI, Giovanni (2001), “Risk business: theological and canonical thought on insurance from the thirteenth to the seventeenth century”, *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, 31 (3), pp. 607-658.

CECCARELLI, Giovanni (2021), *Risky markets: marine insurance in Renaissance Florence*, Leiden, Brill.

CECCARELLI, Giovanni (2023), “Risky narratives: Framing general average into risk-management strategies (thirteenth-sixteenth centuries)”, in Maria Fusaro, Andrea Addobbati & Luisa Piccinno (eds.), *General average and risk management in medieval and early modern maritime business*, Cham, Palgrave Macmillan, pp. 61-91.

CLEIRAC, Estienne (1647), *Us et coutumes de la mer: divisées en trois parties*, Bourdeaux, G. Millanges.

CLEIRAC, Estienne (1671), *Les us et coutumes de la mer*, Rouen, E. Viret.

COLFAVRU, Jean-Claude (1863), *Le droit commercial comparé de la France et de l'Angleterre suivant l'ordre du code de commerce français*, Paris, Cosse Marchal.

DASTON, Lorraine (1988), *Classical probability in the enlightenment*, New Jersey, Princeton University Press.

DUBY, Georges (1995), *Ano 1000 ano 2000: no rasto dos nossos medos*, Lisboa, Teorema.

EWALD, François (1986), *L'état providence*, Paris, Bernard Grasset.

EWALD, François (1991), “Insurance and risk”, in Graham Burchell, Colin Gordon & Peter Miller (eds.), *The Foucault effect, studies in governmentality*, Chicago, University of Chicago Press, pp. 197-210.

GARRIGUET, Louis (1907), *Prêt, intérêt et usure*, Paris, Bloud.

GUERREAU, Alain (1997), “L'Europe médiévale: une civilisation sans la notion de risque”, *Risques*, 31, pp. 11-18.

GIDDENS, Anthony (1991), *Modernidade e identidade pessoal*, Lisboa, Celta Editora.

GIDDENS, Anthony (1999), *O mundo na era da globalização*, Lisboa, Presença.

GIGERENZER, Gerd et al. (1989), *The empire of chance: how probability changed science and everyday life*, Cambridge, Cambridge University Press.

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: gênese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

HOWIE, David (2002), *Interpreting probability: controversies and developments in the early twenty century*, Cambridge, Cambridge University Press.

KOHN, Meir (1999a), *Risk instruments in the medieval and early modern economy*.

Disponível em: <http://www.dartmouth.edu/~mKohn/>

KOHN, Meir (1999b). *Bills of exchange and the money market to 1600*. Disponível em:

<https://bitly.com/CmIMq>

LARA, Yadira González de (2002), “Institutions for contract enforcement and risk-sharing: from debt to equity in late medieval Venice”, *European Review of Economic History*, Vol. 6 (2), pp. 257–262.

LEVI, Leone (1863), *International commercial law*, Vol. II., London, V. & R. Stevens.

MARTINS, Hermínio (1998), “Risco incerteza e escatologia: reflexões sobre o *experimentum mundi* tecnológico em curso (II)”. *Episteme*, 1 (2), pp. 41-75.

MENEZES, Manuel (2012), “Instrumentos antemodernos de mediação dos riscos: Oposição e contributos da igreja para o desenvolvimento das protoformas dos seguros”, *Gestão e Desenvolvimento*, 20, pp. 193-211.

MOLLOY, Charles (1769), *De jure maritimo et navali or a treatise of affaire maritime and of commerce*, Vol. II, London, T. Waller.

MUNRO, John (2003), “The late-medieval origins of the modern financial revolution: overcoming impediments from church and state”, *International History Review*, 25 (2), pp. 505-62.

NELLI, Humbert O. (1972), “The Earliest Insurance Contract. A New Discovery”, *The Journal of Risk and Insurance*, 39 (2), pp. 215-220.

ORDONNANCE DE LA MARINE (1681), Paris, Charles Osmont.

POTHIER, Robert Joseph (1821), *Traité des contrats de dépôt, de mandat, de nantissement, d'assurance, de prêt et du jeu*, Paris, Chanson.

ROOVER, Florence Edler de (1945), “Early Examples of Marine Insurance”, *The Journal of Economic History*, 5 (2), pp. 172-200.

SILVA, Maria Fernanda Espinosa Gomes da (1989), “Bolsas marítimas”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de história de Portugal*, Vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 355-356.

SPINK, Mary Jane Paris (2001), “Trópicos do discurso sobre o risco: risco-aventura como metáfora da modernidade tardia”, *Cadernos de Saúde Pública*, 17 (6), pp. 1277-1311.

Manuel Menezes – *Dos perigos aos riscos: gênese e evolução das práticas e discursos dos seguros marítimos (séculos XIII-XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1. 2023. 75-95
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e1

TERESA, Marcos de Santa (1805), *Compendio moral salmaticense*, Vol. I, Pampelona, Imprenta de José de Rada.

TETLEY, William (1999), “Maritime law as a mixed legal system”, *Tulane Maritime Law Journal*, 23, pp. 317-350.

THOMEREAU, Alfred (1901), “Assurances”, in Yves Guyot (dir.), *Dictionnaire du commerce de l'industrie et de la banque*, Vol. I, Paris, Guillaumin, pp. 288-310.

VAN DOOSSELAERE, Quentin (2009), *Commercial agreements and social dynamics in medieval Genoa*, Cambridge, Cambridge University Press.

WILLIAMSON, Dean (2002), *Transparency, contract selection and the maritime trade of venetian crete, 1303-1351*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.320800>

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura

The 18th century project of the Royal Palace of Ajuda: two architectural drawings

Le Projet du 18^e siècle du Palais Royal d’Ajuda: deux dessins d’architecture

El diseño del siglo XVIII del Palacio Real de Ajuda: dos dibujos de arquitectura

Ana Sofia Pinto
CEAU-FAUP
anasomapi@sapo.pt

Marta Rocha
CEAU-FAUP
mrocha@arq.up.pt

Resumo: O Palácio Real da Ajuda, uma das principais residências régias portuguesas durante o século XIX, tem um historial construtivo complexo e longo, apenas dado por terminado recentemente, no ano de 2021. Pouco se sabe sobre o projeto setecentista e original do palácio, da autoria do arquiteto barroco português Manuel Caetano de Sousa. Contudo, o contacto em 2022 com dois alçados do Palácio Real da Ajuda, elaborados numa linguagem muito distante do neoclássico que marcaria a obra do palácio a partir de 1802, semeia a possibilidade de se estar perante dois dos desenhos perdidos de Manuel Caetano de Sousa realizados nos últimos anos do século XVIII, hipótese que aqui se procurará provar.

Palavras-chave: Palácio Real da Ajuda; Manuel Caetano de Sousa; alçados; séc. XVIII.

Abstract: The Royal Palace of Ajuda, one of the main Portuguese royal residences during the 19th century, has a complex and long construction history, only recently completed, in 2021. Little is known about the palace’s original 18th century project, designed by the Portuguese baroque architect Manuel Caetano de Sousa. However, the contact in 2022, in a Portuguese archive, with two elevations of the Royal Palace of Ajuda depicting a language far removed from the neoclassical that would mark the work of the palace after 1802, plants the possibility of being faced with two of the missing drawings of Manuel Caetano de Sousa, made in the last years of the 18th century, a hypothesis that one will try to prove.

Keywords: Royal Palace of Ajuda; Manuel Caetano de Sousa; façades; 18th century.

Résumé: Le Palais Royal d’Ajuda, l’une des principales résidences royales portugaises au 19^e siècle, a une histoire de construction complexe et longue, achevée récemment, en 2021. La conception originale du palais aux 18^e siècle, conçue par l’architecte baroque portugais Manuel Caetano de Sousa, n’est pas très connu. Cependant, le contact en 2022, dans une archive portugaise, avec deux élévations du Palais Royal d’Ajuda élaborées dans un langage très éloigné du néoclassique qui marquera les travaux du palais à partir de 1802, soulève la possibilité d’être devant deux des dessins manquants de Manuel Caetano de Sousa, réalisés dans les dernières années du 18^e siècle, hypothèse que l’on tentera de prouver.

Mots-clés: Palais Royal d’Ajuda; Manuel Caetano de Sousa; élévations; 18^e siècle.

Resumen: El Palacio Real de Ajuda, una de las principales residencias reales portuguesas durante el siglo XIX, tiene una larga y compleja historia de construcción, solo recién terminada en 2021. Poco se sabe sobre el proyecto original del siglo XVIII del palacio, diseñado por el arquitecto barroco portugués Manuel Caetano de Sousa. Sin embargo, el contacto en 2022, en un archivo portugués, con dos alzados del Palacio Real da Ajuda elaborados en un lenguaje muy alejado del neoclásico que marcaría la obra del palacio a partir de 1802, plantea la posibilidad de encontrarse ante dos de los dibujos perdidos de Manuel Caetano de Sousa realizados en los últimos años del siglo XVIII, hipótesis que se intentará probar.

Palabras clave: Palacio Real de Ajuda; Manuel Caetano de Sousa; alzados, siglo XVIII.

Um palácio em conflito

O Palácio Real da Ajuda, em Lisboa, parece ter como impulsionador maior da sua génese o infortúnio. A corte, que desde o final do século XV habitava o Paço da Ribeira implantado junto ao rio Tejo, assistiu no ano de 1755 à destruição desta sua real casa quando, a 1 de novembro, um terramoto seguido de um marmoto assolaram Lisboa e espalharam um rasto de destruição. D. José¹ (1714-1777), monarca à época, e a restante Família Real portuguesa sobreviveram à tragédia por não se encontrarem na área afetada, mas sim na zona ocidental da cidade, em Belém. O receio de nova catástrofe natural levou a que fossem tomadas atitudes preventivas na implantação da nova habitação régia, tendo para isso sido escolhida a zona da Ajuda, uma área elevada e desafogada onde, e porventura também devido à morfologia dos solos, as consequências do terramoto não se haviam feito sentir com a mesma intensidade.

D. José – que com os acontecimentos de 1755 parece ter adquirido uma aversão a edifícios monumentais de alvenaria² – decidiu, por conseguinte, mandar edificar no alto da Ajuda um palácio em madeira que viria a ficar vulgarmente conhecido como Real Barraca³. Este edifício da autoria do arquiteto bolonhês Giovanni Carlo da Bibiena⁴ (1717-1760), habitado desde 1756 (Abecassis, 2009: 20), viria também ele a conhecer um fim trágico quando, em 1794, o deflagrar de um incêndio destruiu irremediavelmente o construído e grande parte do seu valioso espólio⁵.

O desaparecimento do Paço de Madeira, isto já durante o reinado de D. Maria I⁶ (1734-1816), deu o mote para a construção de um novo palácio, desta vez em alvenaria de pedra, a ser implantado no mesmo local do volume ardido. Para esse efeito foi

¹ D. José ocupou o trono português como Rei de Portugal e dos Algarves entre os anos de 1750 e 1777.

² Esta dedução advém de uma carta redigida por Maria Victória de Bourbon, esposa de D. José, à sua mãe, na qual informa “Quelques uns disent au Roy de sans aler a Mafra ou le Palais na point soufert mais il ne veut pas parce quil ne juge pas apropos pour le present de s’eloigner tant de Lisbonne et aussi il a peur de se metre dans un batiment si grande et si haut”. (Beirão, 1956: 39)

³ A análise do desenho representativo do piso térreo deste Paço de Madeira permite verificar que, apesar da nomenclatura atribuída, existiam espaços construídos em alvenaria, como aquele da cozinha real.

⁴ Giovanni Carlo da Bibiena tinha já sido o responsável pela obra da Real Ópera do Tejo, também comissionada por D. José.

⁵ Este incêndio, aliás, não terá sido o primeiro digno de nota, já que existe o registo de ter deflagrado um outro alguns anos antes, em 1787.

⁶ D. Maria I ocupou o trono português como Rainha de Portugal e dos Algarves entre os anos de 1777 e 1815 e como Rainha do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves entre 1815 e 1816.

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

encarregue do monumental projeto o arquiteto e engenheiro Manuel Caetano de Sousa (1738-1802), filho de Caetano Tomás de Sousa, Mestre Empreiteiro da Real Obra de Mafra e Mestre Arquiteto⁷.

O carácter da arquitectura que Manuel Caetano de Sousa viria a desenvolver ao longo da sua carreira – que culminaria, em 1792, no cargo de Arquiteto Geral das Obras Públicas responsável pela empreitada da Ajuda, na sequência de outras obras comissionadas pela corte⁸ –, era de tradição tardo barroca, figurando um pensamento estético herdado de Johann Friedrich Ludwig⁹ (1673-1752) e que na década de 1790 começava já a ser questionado em território português por figuras como as dos arquitetos José da Costa e Silva¹⁰ (1747-1819) e Francisco Xavier Fabri¹¹ (1761-1817), ambos formados na Academia Clementina de Bolonha.

⁷ Nas palavras de Susana Pinheiro, autora de um trabalho de investigação em torno da figura de Manuel Caetano de Sousa “(...) é certo que terá colaborado com seu pai nas reparações das Necessidades, construção da igreja de S. José dos Carpinteiros e Hospital Real (...). Dele recebeu também os ensinamentos que Caetano Tomás bebeu em Mafra, e de facto iria ao longo da sua vida, acusar a influência paterna e ao mesmo tempo da imensa mole mafrense (...)”. (Pinheiro, 1989: 29).

⁸ Manuel Caetano de Sousa foi o responsável, entre outras, pelas obras de restauro do celeiro e do interior do Paço de Samora Correia (1780), de diversas casas e cavalaria pertencentes ao Paço de Salvaterra de Magos (1780), de diversos compartimentos do Palácio de Queluz (1785-1787) e das cavalariças do Paço das Caldas da Rainha (1786).

⁹ Johann Friedrich Ludwig (João Frederico Ludovice, como ficou conhecido em Portugal) foi um arquiteto e ourives nascido na Alemanha que viveu em Itália e, mais tarde, em Portugal, onde se consagrou como fundamental no delinear da corrente estética que marcaria a cidade de Lisboa do seu tempo através de uma visão italianizante do barroco. Foi o responsável, entre outras obras, pela edificação do Convento de Mafra comissionado por D. João V (1689-1750).

¹⁰ José da Costa e Silva, nascido em Vila Franca de Xira, partiu para Bolonha aos 22 anos, em 1769. Nesta cidade frequentou a Academia Clementina, onde “Eram professores desta geração os arquitetos formados num maior rigor ‘serliano’, numa recuperação formal da gramática quinhentista e dos primórdios do seiscentismo (...)”. (Carvalho, 1979: 76 e 77). Após o seu regresso a Portugal, no ano de 1779, tornou-se professor da Aula Pública de Arquitectura, por nomeação régia e teve a seu cargo diversos projetos de renome, entre os quais o do edifício para o Erário Régio (não construído), do Teatro Nacional de S. Carlos, do Real Asilo de Runa e do Paço Real da Ajuda. Viria a falecer no Brasil, para onde se tinha mudado em 1812 a convite do Príncipe Regente D. João. (Teixeira, 2012: 517).

¹¹ Francisco Xavier Fabri nasceu na cidade italiana de Medicina tendo, tal como José da Costa e Silva, frequentado a Academia Clementina de Bolonha, onde estudou entre 1782 e 1789. O contacto com o Bispo do Algarve, Francisco Gomes de Avelar (1739-1816), desencadeou a sua vinda para Portugal, onde terá chegado em 1790. Por todo o Algarve, o arquiteto bolonhês foi encarregue, pelo Bispo seu protetor, dos projetos de reconstrução de diversas ermidas e altares destruídos pelo terramoto de 1755. Já em Lisboa teve a seu cargo, entre outros, os projetos de remodelação da fachada do Palácio dos Castelo-Melhor, do Hospital Real da Marinha e, em colaboração com José da Costa Silva – com quem partilhava o gosto pela estética neoclássica –, do Paço Real da Ajuda. (Carvalho, 1979: 135 e 136).

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

Apesar de a Manuel Caetano de Sousa ter sido entregue a direção e superintendência da obra da Ajuda em 1795, com a primeira pedra a ser colocada a 9 de novembro desse mesmo ano, e os trabalhos a terem início em 1796 (Dias, 1994: 6), um crescente clima de desassossego face ao arquiteto fazia-se sentir na corte. A nomeação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) como Presidente do Real Erário após o seu regresso a Portugal em 1796 – no seguimento de uma estadia de vários anos em Itália – e o facto deste, à semelhança do que fez o Conde de Óbidos (1745-1806)¹² para com Francisco Xavier Fabri, ter tomado como seu protegido José da Costa e Silva, parecem ter contribuído para a aceleração do processo de afastamento do arquiteto barroco da obra da Ajuda.

Em 1801, e tendo por base os desenhos de Manuel Caetano de Sousa, são solicitados pareceres por parte de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Presidente do Erário Régio), e do Marquês de Ponte de Lima (Inspetor das Obras Públicas), à dupla de jovens arquitetos sobre o projeto que se encontrava em execução. As críticas acérrimas apresentadas por José da Costa e Silva e Francisco Xavier Fabri em janeiro de 1802, essencialmente de foro estético, catapultaram a decisão do Príncipe Regente D. João¹³ (1767-1826) de prescindir de Manuel Caetano de Sousa. Daí em diante, como parecia vir-se já a congeminar no seio da corte, a dupla de arquitetos de formação italiana, defensora da depurada arquitetura e do clássico, foi encarregue da continuação da obra do Palácio Real da Ajuda, tendo alcançado o tão disputado cargo de Arquitetos Gerais das Obras Públicas pouco tempo depois (Carvalho, 1979: 58).

O projeto tardo barroco do Palácio Real da Ajuda: dois alçados

A esmagadora maioria dos desenhos relativos à obra do Palácio Real da Ajuda, espalhados por diversas unidades arquivísticas e encontrados até ao momento, dizem respeito à sucessão de alterações projetuais iniciada em 1802. Contactou-se, até ao momento, somente com um desenho de autoria presumível de Manuel Caetano de Sousa,

¹² O 4.º Conde de Óbidos, José Maria de Assis Mascarenhas tinha como genro Tomás José Xavier de Lima (1779-1822), 2.º Marquês de Ponte de Lima e, à época, Inspetor Geral das Obras Públicas.

¹³ D. João foi Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves entre os anos de 1799 e 1816, tendo vindo a assumir o trono português como D. João VI entre 1816 e 1822.

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

possivelmente do projeto da Ajuda, no Volume II da Tese de Doutoramento de José de Monterroso Teixeira, intitulada *José da Costa e Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitetónica* (Teixeira, 2012: 134). Este desenho (figura 1a), uma secção parcial patente na Biblioteca Nacional Digital do Brasil, parece representar dois pátios, um saguão e, em secção, um volume de aparente importância para o edifício, com a sua escadaria. Não se compreende, contudo, a que percentagem do volume total corresponde a parcela ilustrada neste desenho. A tratar-se do Palácio Real da Ajuda é de estranhar que não se encontre representado em secção o volume nascente, já que haveria a intenção, por parte do Príncipe Regente, de manter a entrada a leste como meio de ingresso principal no palácio, tal como já acontecia na Real Barraca. Poderá dar-se também o caso de estar ilustrado metade do volume total do palácio (figura 1b). Contudo, a ser verdade, e apesar de simétrico, estaria a ser proposto um palácio com um comprimento que se entende exagerado, principalmente quando comparado com o proposto por José da Costa e Silva em 1802 (figura 1c).

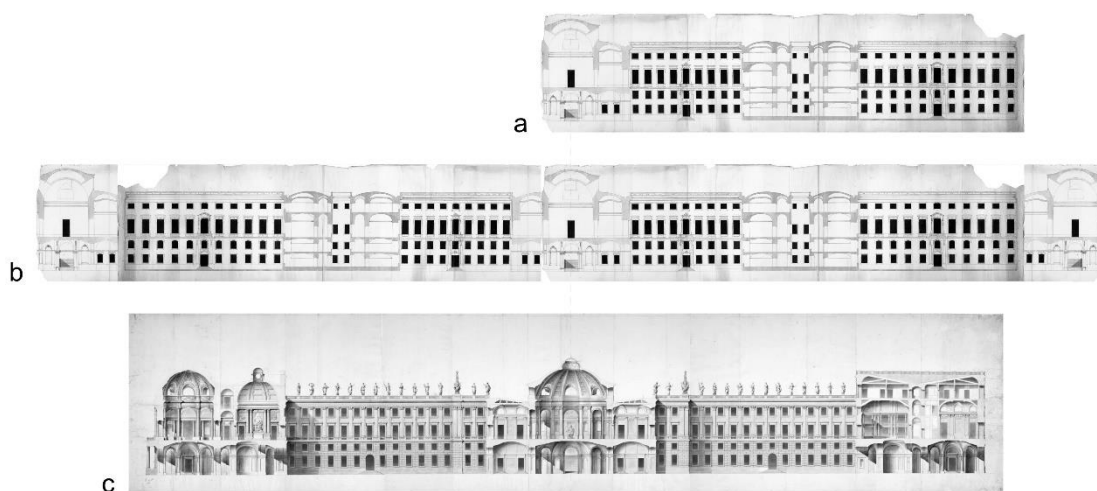


Figura 1. Estudo comparativo de dimensões, a uma mesma escala, de três desenhos:

a. Secção parcial de edifício, autoria presumível de Manuel Caetano de Sousa, datação presumível de 1795. Fonte: Cortesia da © Biblioteca Nacional Digital do Brasil, CDD 725, ARC.29.1.4(12). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon688600/icon688600.jpg. Acesso em: 4 mar. 2023.

b. Montagem, pela autora, da secção supramencionada de acordo com a hipótese de esta representar aproximadamente metade do comprimento total do edifício. Fonte: Cortesia da © Biblioteca Nacional Digital do Brasil, CDD 725, ARC.29.1.4(12). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon688600/icon688600.jpg. Acesso em: 4 mar. 2023.

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

c. Secção longitudinal proposta para o Palácio Real da Ajuda, autoria atribuída a José da Costa e Silva, 1802. Fonte: Cortesia da © DGPC, número de inventário 51857 DIG, BA.7519 (A,B,C).

Para além da possibilidade levantada por esta representação encontrada além-mar (figura 1a), e sobre a proposta de Manuel Caetano de Sousa, chegaram até aos nossos dias os pareceres críticos de José da Costa e Silva e de Francisco Xavier Fabri, solicitados em 1801 e redigidos em janeiro de 1802. As considerações escritas por estes arquitetos, responsáveis pelo afastamento de Manuel Caetano de Sousa da obra do Palácio Real da Ajuda, estão guardadas na Academia de Ciências de Lisboa¹⁴ e permitem construir, principalmente através das palavras de José da Costa e Silva, uma imagem mais ou menos precisa das opções volumétricas e estéticas do primeiro arquiteto. Contudo, a relevância destes pareceres críticos para o entendimento do projeto original barroco é limitada, visto até ao momento não terem sido identificados os desenhos que suportaram tais palavras¹⁵. Será no seguimento do contacto com o conteúdo destes pareceres que se tornou plausível a hipótese de existir uma correspondência entre as palavras de José da Costa e Silva escritas em 1802 e dois desenhos guardados no Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) encontrados em 2022 (figura 2). Estes – por nós identificados como propostas barrocas para os alçados nascente e sul do Palácio Real da Ajuda – suscitaram interesse dado refletirem um pensamento estético acerrimamente barroco¹⁶,

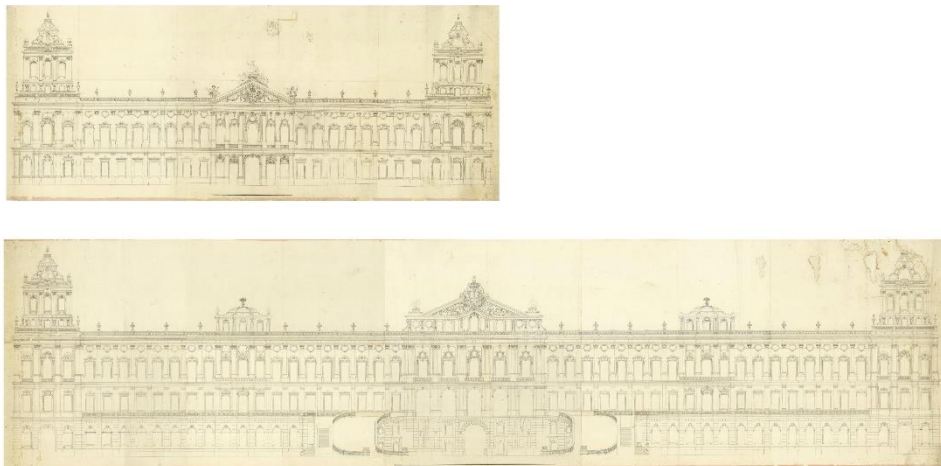
¹⁴ Academia de Ciências de Lisboa, manuscrito vermelho n.º 484. Ainda que neste documento constem os pareceres de ambos os arquitetos, no seguimento deste artigo explora-se e cita-se somente a parte da autoria de José da Costa e Silva.

¹⁵ A procura por uma anterior identificação e exploração destes desenhos percorreu, para além dos trabalhos anotados na bibliografia deste artigo, 1. as obras editadas *Descrição das Novas Salas no Real Palacio da Ajuda: Obras Mandadas Executar por sua Magestade a Rainha a Senhora D. Maria Pia de Sabóia Nos seus Reaes Aposentos* de Possidónio da Silva (1865), *Belém e Arredores Através dos Tempos* de José Dias Sanches (1940), *O Paço da Ajuda* de Francisco Câncio (1955), *O Palácio Nacional da Ajuda: Resenha Histórica* de Gustavo de Matos Sequeira (1961), *Palácio Nacional da Ajuda. Roteiro* de Manuel Zagallo (1961), *O Palácio Nacional da Ajuda e a sua afirmação como Museu* de Luís Filipe Soares (2019), 2. as Dissertações de Mestrado *Palácio Nacional da Ajuda. Contexto e Transcrição de Escala* de Guilherme Pedrosa (Universidade de Lisboa, 2015), *A Real Barraca. Mapeamento e reconstituição históricos* de Diogo Fernandes (Universidade de Coimbra, 2019) e 3. a Tese de Doutoramento *Teatro real de la Ópera del Tajo (1752-1755)* de Pedro Miguel Januário (Universidade Politécnica de Madrid, 2008).

¹⁶ Estes alçados possuem características estéticas em comum com obras anteriores de arquitetura barroca prussiana – composição da fachada este do Neues Palais, em Potsdam, residência de verão edificada entre 1763 e 1769 –, ou até italiana – aplicação do claro-escuro na fachada principal da Basílica de Sant’Andrea della Valle, em Roma, terminada em 1663 segundo projeto de Carlo Rainaldi (1611-1691). Interessantemente, é Johann Friedrich Ludwig que sintetiza, na obra do Convento de Mafra – que se

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

distinto daquele que regulou as demais propostas de frontarias para o Palácio Real da Ajuda encontradas no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), no SIPA e na



Biblioteca da Ajuda (BA).

Figura 2. Propostas barrocas para os alçados nascente (em cima) e sul (em baixo) do Palácio Real da Ajuda, autoria presumível de Manuel Caetano de Sousa, datação presumível de 1795, encontradas no SIPA, de acordo com a hipótese das autoras. Fonte: Cortesia da © DGPC/SIPA, cotas DES.00053927 e DES.00053925.

O primeiro passo na análise destas duas propostas barrocas de alçados foi o de estudar a sua escala gráfica de forma a poder fazer-se o seu redimensionamento e, assim, confrontar as suas dimensões reais (comprimento e altura) com as descritas por José da Costa e Silva. Para tal utilizaram-se como referência duas plantas do Convento de Mafra da autoria de Amâncio Jozé Henriques, datadas de 1827 onde, para além de um “Petipé de Palmos”, isto é, de uma grelha que explicita a dimensão do desenho em palmos, existe uma escala gráfica em metros¹⁷. Esta correspondência gráfica de dimensões entre palmos e metros – ainda que aproximada, como indica o desenho –, e a clareza da digitalização destas plantas pelo ANTT, foram essenciais ao escalar dos dois alçados recolhidos no SIPA. Depois de redimensionados, tornou-se finalmente possível analisar o seu conteúdo à luz do descrito por José da Costa e Silva.

reconhece ter grandemente influenciado Manuel Caetano de Sousa – “componentes romanas com germanas, elaborando um estilo típico do alto barroco”. (Pinheiro, 1989: 17).

¹⁷ Ambas as plantas do Convento de Mafra estão patentes no Fundo da Casa Real do ANTT com os códigos de referência PT/TT/CR/007/007/00202 e PT/TT/CR/007/007/00203.

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

No seu discurso crítico, o arquiteto começa por focar o alçado nascente,

“(…) que fica para a parte de Lisboa pois nella he que se acha o principal ingresso ao Palacio. Tem esta Fronteria, por quanto se pode julgar pelos desenhos, 594 palmos de comprimento. Fica dividida em diferentes corpos, o que he bem pensado (…)” (Costa e Silva, 1802: fl. 4)¹⁸.

A análise do comprimento do alçado nascente da proposta barroca¹⁹ permite aferir que este mede cerca de 596 palmos de comprimento (aproximadamente 131 metros), uma dimensão muito aproximada daquela referida por José da Costa e Silva (figura 3).

O arquiteto continua, referindo-se de seguida à marcação da entrada no alçado nascente:

“Esta parte inferior a vejo repartida em cinco intercolumnios de ordem dorica, sendo o do meio mais largo (...). Porem acho, que esta largura differe muito das outras, e tanto que excede quasi do dobro a cada huma dellas, de maneira que desta mal entendida disposição segue-se, que as duas portas lateraes menores ficão sendo excessivamente estreitas à proporção da altura que tem.” (Costa e Silva, 1802: fl. 4)

O alçado nascente encontrado revela, efetivamente, uma marcação do momento da entrada através de um conjunto de cinco intercolúnios, sendo o central mais alto e mais largo. Uma análise geométrica permite aferir que a largura do intercolúnio central é 1,8 ($1 + 4/5$) vezes maior – quase o dobro – que aquela dos vãos que o ladeiam. A unidade de medida utilizada corresponde à largura destes vãos laterais e encontra-se identificada na figura 4a, aproximando-se esta do valor de dez palmos. Por sua vez, e no que concerne a razão entre a altura e a largura destes vãos laterais, denota-se a utilização de uma proporção de 1 para 2,7 ($1 + 1 + 4/6$) (figura 4a). Nos projetos seguintes para esta frontaria, isto é, aqueles delineados após 1802 (figuras 4b e 4c) em linguagem neoclássica, é perceptível a utilização de uma proporção aproximada de 1 para 2 nos intercolúnios do momento da entrada (que passaram de cinco para três), o que confere uma harmonia de dimensões distinta da visível na proposta barroca.

¹⁸ Visto esta citação e as demais deste arquiteto no seguimento deste artigo serem referentes a uma obra manuscrita não paginada, localiza-se o material citado através do número da folha em que foi redigido.

¹⁹ Há que ter em conta que existe uma margem de erro que se acredita advinda do processo de reprodução digital destes desenhos, que foram digitalizados e/ou fotografados.

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

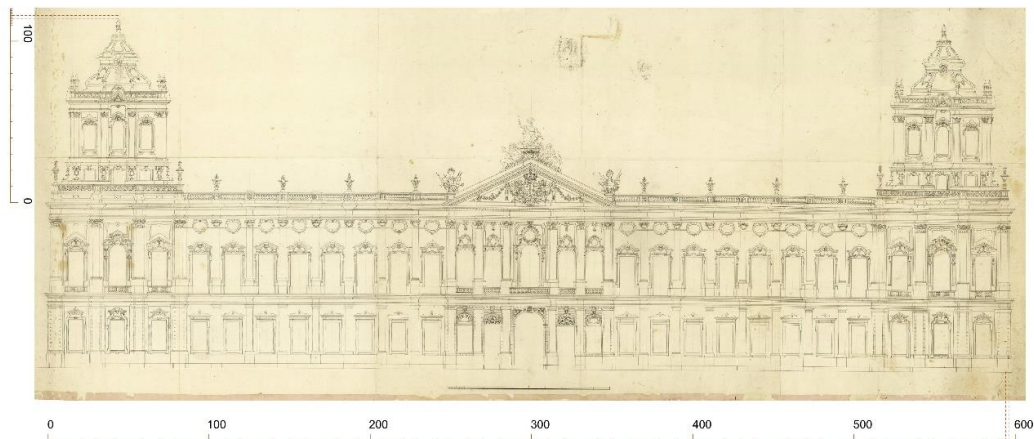


Figura 3. Estudo das dimensões (comprimento e altura em palmos) da proposta barroca para o alçado nascente do Palácio Real da Ajuda, autoria presumível de Manuel Caetano de Sousa, datação presumível de 1795. Fonte: Cortesia da © DGPC/SIPA, cota DES.00053927.

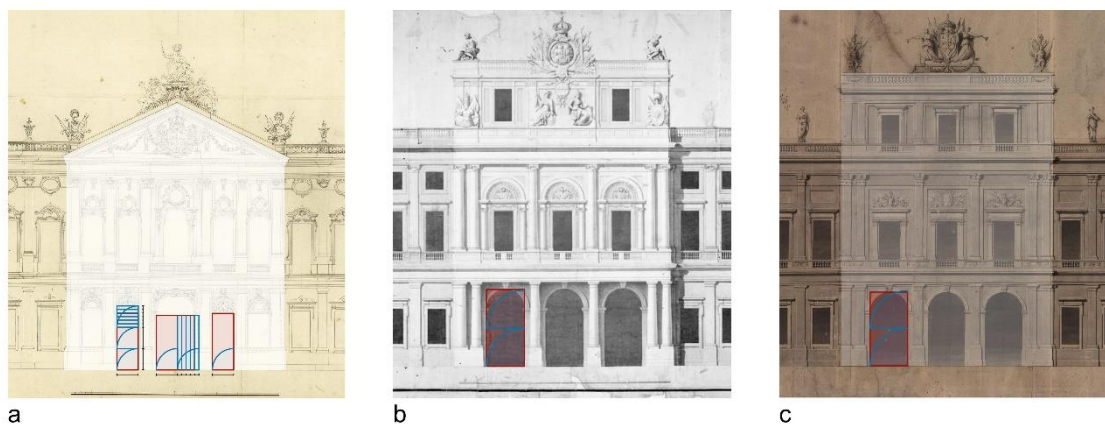


Figura 4. Estudo comparativo, a uma mesma escala, de excertos de três desenhos:

a. Proposta barroca para o alçado nascente do Palácio Real da Ajuda, autoria presumível de Manuel Caetano de Sousa, datação presumível de 1795. Fonte: Cortesia da © DGPC/SIPA, cota DES.00053927.

b. Proposta para o alçado nascente do Palácio Real da Ajuda, autoria atribuída a José da Costa e Silva, 1802. Fonte: Cortesia da © DGPC, número de inventário 51858 DIG, BA.7517 (A,B).

c. Proposta para o alçado nascente do Palácio Real da Ajuda, autoria desconhecida, sem datação. Fonte: Cortesia da © DGLAB/ANTT, “Imagem cedida pelo ANTT”, Ministério do Reino, Coleção de Plantas do ex-A.H.M.FL., cx. 5269, n.º 42, PT/TT/MR/2/P-5269-42.

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

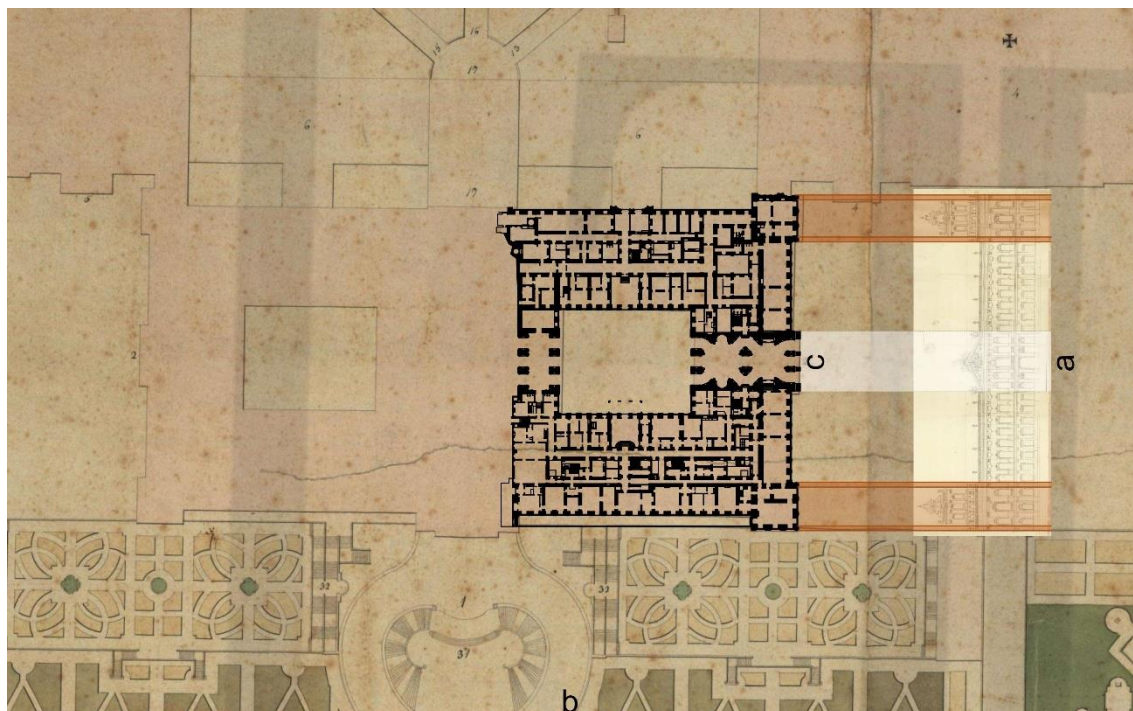


Figura 5. Sobreposição de três desenhos, a uma mesma escala, para estudo comparativo das suas dimensões:

a. Proposta barroca para o alçado nascente do Palácio Real da Ajuda, autoria presumível de Manuel Caetano de Sousa, datação presumível de 1795. Fonte: Cortesia da © DGLAB/ANTT, “Imagem cedida pelo ANTT”, Ministério do Reino, Coleção de Plantas do ex-A.H.M.FL., cx. 5269, n.º 42, PT/TT/MR/2/P-5269-42.

b. Excerto da *Planta Geral do Real Palácio d’Ajuda, e mais Edifícios que lhe fazem união como Jardins, Praças e Estradas principaes que determinão huma grandioza e bem servida comunicação. Projectada pelo Architecto, Antonio Francisco Rosa, em o Anno de 1818*, cópia de Ignacio Joze de Souza, 1821. Fonte: Cortesia da © DGLAB/ANTT, “Imagem cedida pelo ANTT”, Casa Real, Plantas, Almojarifado da Ajuda, n.º 53, PT/TT/CR/007-001/00053.

c. Desenho do construído em 1903 elaborado pela autora, tendo por base a *Planta do Pavimento Térreo*, de J. A. d’Abreu Victal, 1903, patente no ANTT em Casa Real, Plantas, Almojarifado da Ajuda, n.º 69, PT/TT/CR/007-001/00069.

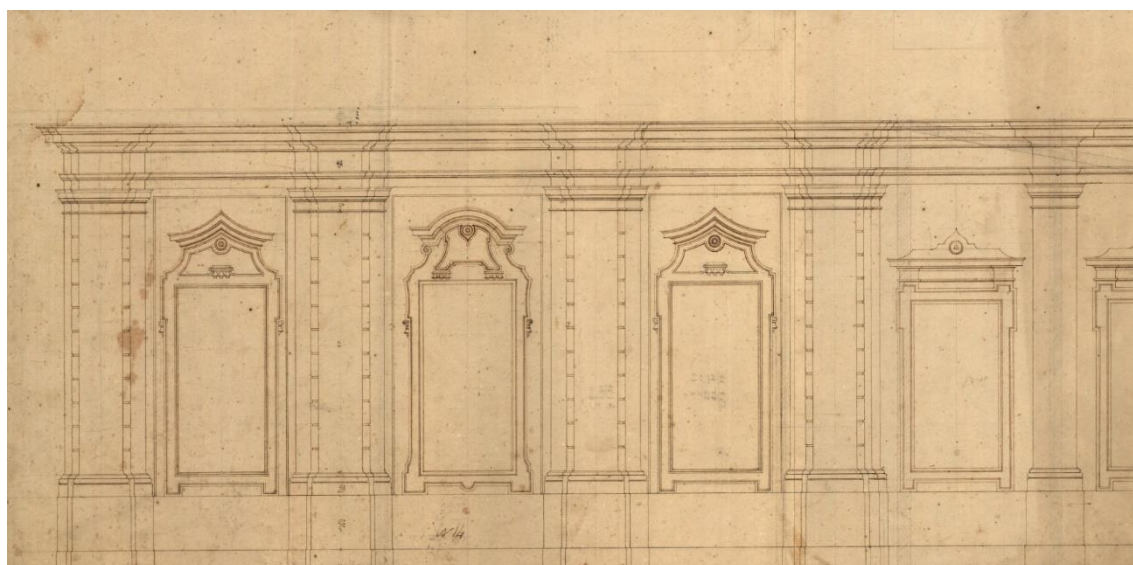


Figura 6. Desenho do arranque, ao nível do piso térreo, do corpo sobre o qual se presume erguer o torreão sudeste, autoria desconhecida, sem datação. Fonte: Cortesia da © DGLAB/ANTT, “Imagem cedida pelo ANTT”, Ministério do Reino, Coleção de Plantas do ex-A.H.M.FL., cx. 5269, n.º 35, PT/TT/MR/2/P-5269-35.

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

Depois de tecer algumas considerações sobre a ornamentação dos dois corpos “que de huma parte, e outra acompanhão o do meio” (Costa e Silva, 1802: fl. 4), José da Costa e Silva vai debater-se com os “dous corpos extremos, sobre os quaes assentão os torreões” (Costa e Silva, 1802: fl. 4 e fl. 4 verso). Nestes, chama a atenção para aquele que é, a seu ver, um uso excessivo de “pilastrinhas” e “contra-pilastrinhas”, responsável por conferir ao edifício um aspeto de fraqueza estrutural. Aponta, ainda, defeitos à cimalha e aos seus “tantos ressaltos”, concluindo esta parte da sua crítica com a constatação de que “Porem toda esta parte do edificio (...) esta já construida; e quando se lhe quisesse dar remedio, seria cousa summamente difficultosa.” (Costa e Silva, 1802: fl. 5). Efetivamente, e ao compararem-se as medidas gerais da proposta barroca para o alçado nascente do Palácio Real da Ajuda – que incluem as dimensões do momento central da entrada e dos arranques dos dois torreões a nascente –, constata-se que existe uma correspondência entre o alçado encontrado (figura 5a), a representação em planta da volumetria geral do palácio após 1802 (figura 5b) e o que se achava construído no início do século XX (figura 5c). Verifica-se, por conseguinte, que na continuidade da obra da Ajuda prevaleceram o bom senso e o pragmatismo económico, visto não se terem alterado as dimensões da implantação do palácio após o abandono do projeto barroco. Tal deveu-se, em grande parte, e como anteriormente referido, à abordagem de José da Costa e Silva que foi capaz de absorver, pelo menos parcialmente, o que já estava edificado e integrá-lo num conjunto neoclássico coerente, aprazível e orçamentalmente mais sensato. A figura 6 poderá representar, assim, um levantamento do construído que visava estudar as possibilidades da sua integração num conjunto de arquitetura neoclássica²⁰. Simultaneamente deve equacionar-se, contudo, que também poderá ilustrar um estudo realizado aquando da permanência de Manuel Caetano de Sousa na obra da Ajuda, visto não informar para o uso de outra linguagem que não a do barroco.

Ainda sobre a proposta barroca para o alçado nascente, mas debruçando-se agora sobre o piso nobre, a crítica continua:

²⁰ Interessantemente, se se visitar o Palácio Real da Ajuda nos dias de hoje, e se atentar na sua fachada nascente, é possível distinguir sobre a moldura superior das janelas do piso térreo marcas condizentes com a geometria das formas decorativas propostas por Manuel Caetano de Sousa para encimar estes vãos. É possível, portanto, que todo o alçado barroco estivesse já concluído à data de 1802 e tenha cabido aos arquitetos neoclássicos o retirar destes ornamentos da fachada, numa tentativa de depurar a sua arquitetura e melhor integrar este piso no conjunto neoclássico que se vinha a propor, como representado na figura 4b.

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

“No corpo do meio a mesma irregularidade dos intercolumnios, que apontei a respeito do plano inferior, aqui se faz mais visível, porque se vê quanto os maciços de parede, que acompanham a janella do meio, excedem aos outros das janellas lateraes. Tem disto os capiteis das columnas, que ornão este corpo (...) parecem indicar a ordem composita. Mas hum salto do dorico ao composito, deixando fora as ordens intermedias, he hum salto, que não será approved por nenhum bom author de Architectura. Também não julgo bem feito, que as cinco janellas deste corpo tenham a luz mais alta do que as outras dos corpos lateraes, devendo em hum edificio bem ordenado todas as linhas horizontais (...), correr ao mesmo nível, e não humas abaixo, e outras acima (...).” (Costa e Silva, 1802: fl. 5 e fl. 5 verso)

De acordo com a proposta barroca, parece certa a utilização da ordem compósita nos capitéis do piso nobre, sendo igualmente inquestionável que os cinco vãos do corpo central da entrada são mais altos do que os oito que os ladeiam simetricamente à esquerda e à direita. Verifica-se, de igual forma, que não existe correspondência altimétrica entre estes cinco vãos de exceção e os três que, em cada torreão, compõem o piso nobre (figura 3).

No seguimento do seu comentário, e de volta ao volume da entrada, o arquiteto chama a atenção para a sobreposição das ordens dórica e compósita através do alinhamento das colunas e da forma como estas recortam a cimalha. O ruído visual resultante destes diversos recortes parece ter sido empregue por Manuel Caetano de Sousa, com especial ímpeto, nesta sua proposta para a Ajuda. Outras obras da responsabilidade deste arquiteto, como as da Igreja da Encarnação²¹ e da Capela do Palácio da Bemposta²², demonstram um uso claramente mais contido desta opção estética nas suas fachadas principais.

José da Costa e Silva – e após novas condenações aos diversos ornamentos desenhados, que na sua opinião não seriam aprovados por aqueles que ensinam a boa arquitetura – refere a existência de óculos por cima das janelas do piso nobre. Esta opção é entendida como originadora de um desenho não harmonioso, sendo até considerada indecente, já que revelava abertamente a existência de aposentos “sobre os quartos das Pessoas Reaes” (Costa e Silva, 1802: fl. 6). Na sua proposta para este mesmo alçado (figura 4b), todavia, o arquiteto neoclássico idealiza a abertura de pequenos vãos por cima

²¹ A obra da Igreja da Encarnação, destruída com o terramoto de 1755, iniciou-se em 1768 e terá sido dada como concluída em 1873. (Pinheiro, 1989: 61).

²² A obra da Capela do Palácio da Bemposta, também danificada pelo terramoto de 1755, contou com a participação de Manuel Caetano de Sousa a partir do ano de 1786, tendo sido finalizada em 1793. (Pinheiro, 1989: 70).

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

das janelas do piso nobre. Apesar de ser utilizada uma geometria depurada, esta alternativa aos óculos propostos por Manuel Caetano de Sousa não deixa de desvendar, de igual forma, a existência de divisões no mezanino do andar nobre, por cima dos aposentos reais, algo que havia sido tão criticado.

No fecho das considerações sobre esta proposta barroca para o alçado nascente, José da Costa e Silva termina com uma menção à parte dos torreões que se ergue acima do nível dos terraços:

“Estas partes, da cimalha para cima, ellevão-se ao alto 116 palmos altura que me parece muito excedente em resão e respeito às grossuras das paredes, que as sustentão. He cousa digna de observação a disposição dos torreões, cahindo os grossos das paredes angulares sobre o vasio das janelas, que ficão debaixo (...). Do mesmo modo offende a mesma solidez, que as columnas, e pilastras, que ornão este corpo, mostrem de se assentarem sobre represas, cousa que certamente, he condemnada pelos bons Authores. Não basta que hum edificio bem regulado seja realmente solido, he preciso tambem, que tal se deixe ver (...).” (Costa e Silva, 1802: fl. 6 e fl. 6 verso)

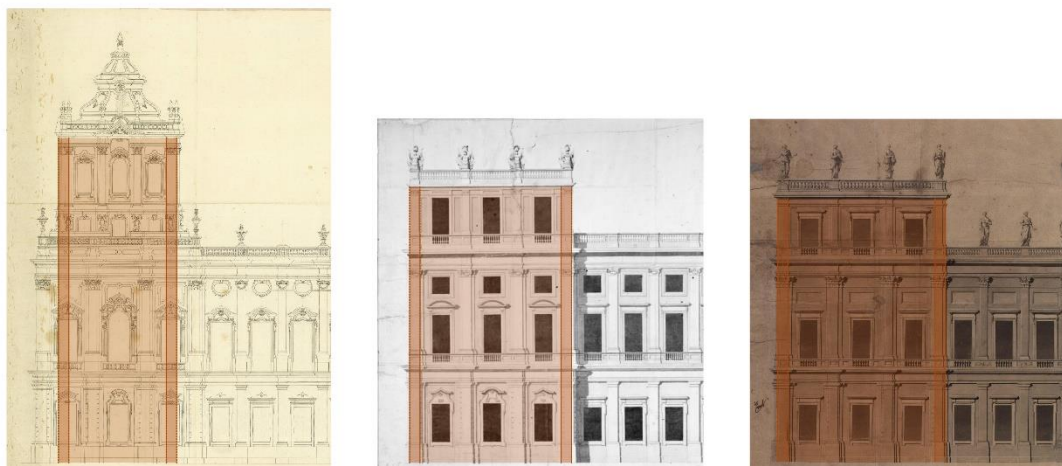


Figura 7. Estudo comparativo, a uma mesma escala, dos volumes dos torreões sudeste e seus arranques ilustrados em excertos de três desenhos:

- a. Proposta barroca para o alçado nascente do Palácio Real da Ajuda, autoria presumível de Manuel Caetano de Sousa, datação presumível de 1795. Fonte: Cortesia da © DGPC/SIPA, cota DES.00053927.
- b. Proposta para o alçado nascente do Palácio Real da Ajuda, autoria atribuída a José da Costa e Silva, 1802. Fonte: Cortesia da © DGPC, número de inventário 51858 DIG, BA.7517 (A,B).
- c. Proposta para o alçado nascente do Palácio Real da Ajuda, autoria desconhecida, sem datação. Fonte: Cortesia da © DGLAB/ANTT, “Imagem cedida pelo ANTT”, Ministério do Reino, Coleção de Plantas do ex-A.H.M.FL., cx. 5269, n.º 42, PT/TT/MR/2/P-5269-42.

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2



Figura 8. D. João, Príncipe regent de Portugal (future D. João VI), Domingos Sequeira. Óleo sobre tela – 1802 (à esquerda). Pormenor ampliado (à direita).
Fonte: © PNA, inv. 4115.

A altura referida por José da Costa e Silva parece coerente com aquela obtida a partir da análise do alçado encontrado. De acordo com este, da cimalha para cima, os torreões medem cerca de 114 palmos (aproximadamente 25,1 metros), o que perfaz uma diferença de apenas dois palmos (cerca de 44 centímetros) entre o relatado e o desenhado (figura 3). Continuando a atentar-se nestes dois volumes, verifica-se que não existe continuidade estrutural nos torreões entre a sua formulação nos pisos térreo e nobre, e o seu prolongamento a partir da cimalha (figura 7a). Este desalinhamento visual (e construtivo) – que suscita em José da Costa e Silva questões face à solidez do volume –, foi corrigido nas propostas seguintes (figuras 7b e 7c). Ao olhar-se para a obra de pintura datada de 1802, da autoria de Domingos Sequeira (1768-1837) constata-se, por conseguinte, que nesta não poderá estar representado o Palácio Real da Ajuda segundo o projeto original de Manuel Caetano de Sousa (figura 8)²³.

²³ Para além de nesta pintura existir um claro alinhamento ao longo dos três níveis dos torreões é verificável, também, que no momento da entrada marcado na frontaria nascente existem três intercolúnios, ao invés dos cinco propostos por Manuel Caetano de Sousa. Apesar das propostas seguintes encontradas para as frontarias do Palácio Real da Ajuda não contemplarem cúpulas no topo dos torreões, e daquelas que contemplam uma cúpula no alçado nascente sobre a Sala dos Embaixadores o fazerem segundo uma estética distante da utilizada por Domingos Sequeira na sua representação, José de Monterroso Teixeira apresenta, no Volume II da sua tese já mencionada, um esboço de um alçado que parece ser da obra da Ajuda. (Teixeira, 2012: 150). Neste, disponível na Biblioteca Nacional Digital do Brasil em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1364335/icon1364335.html podem distinguir-se as silhuetas de cúpulas de geometria em tudo semelhante àquela pintada por Domingos Sequeira.

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

Mudando de frontaria e passando agora para a análise da proposta barroca para o alçado sul do Palácio Real da Ajuda, de maiores dimensões, José da Costa e Silva afere que este tem de comprimento 1146 palmos (cerca de 247,6 metros). Verifica-se no desenho um comprimento aproximado de 1156 palmos – ou 254,5 metros –, excedendo em dez palmos (cerca de 220 centímetros) a dimensão sugerida (figura 9): uma diferença singela, ainda assim, tendo em conta tratar-se de uma reprodução do alçado original.

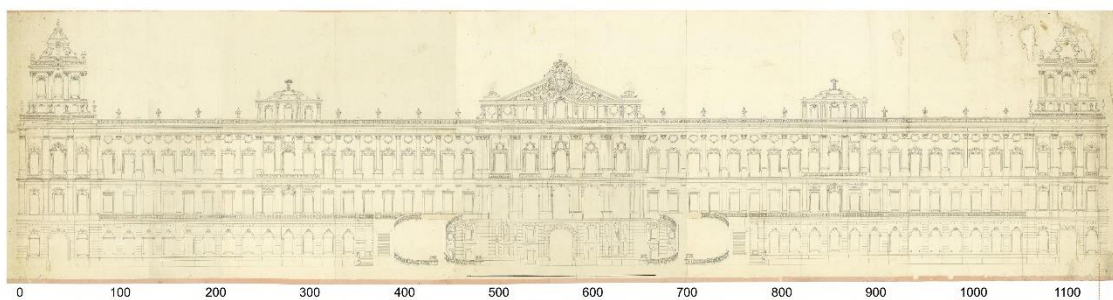
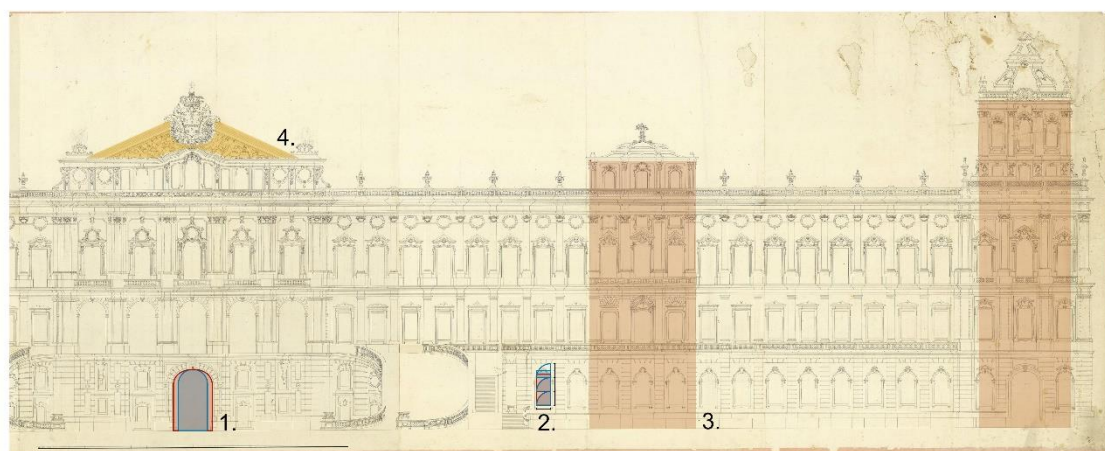


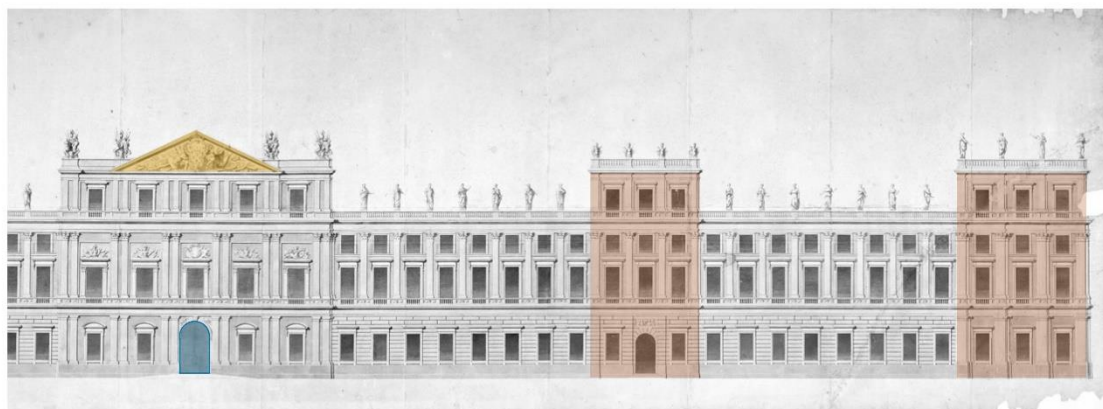
Figura 9. Estudo das dimensões (comprimento em palmos) da proposta barroca para o alçado sul do Palácio Real da Ajuda, com autoria presumível de Manuel Caetano de Sousa e datação presumível de 1795. Fonte: Cortesia da © DGPC/SIPA, cota DES.00053925.

Notando que o edifício aparenta ter três planos neste alçado virado para o Tejo, o arquiteto começa por se referir ao inferior, rusticado:

“He a primeira ordem deste plano terreo hum rustico que tem a altura da rampa feita, para do jardim poder subir ao plano do Palacio. A porta que está no meio deste rustico, se fosse alguma cousa mais estreita, daria commodo a poder se fazer a sua volta em semicirculo, e deste modo ficar mais engraçada. O resto do edificio neste embasamento he todo decorado com pilastras rusticas, e com nichos entre as mesmas pilastras, o que causa alguma monotonia. Os nichos segundo as regras prescritas pelos bons Autores não estão na sua justa e devida proporção, porque deverião ter em altura duas vezes e meia a sua largura. E no nicho grande, que fica no corpo de hum outro torreão, há hum ornato, que corta as pilastras rusticas, o que não he bem feito.” (Costa e Silva, 1802: fl. 7)



a



b

Figura 10. Estudo comparativo, a uma mesma escala, de excertos de dois desenhos:

a. Proposta barroca para o alçado sul do Palácio Real da Ajuda, com autoria presumível de Manuel Caetano de Sousa e datação presumível de 1795. Fonte: Cortesia da © DGPC/SIPA, cota DES.00053925.

b. Proposta para o alçado sul do Palácio Real da Ajuda, com autoria atribuída a José da Costa e Silva, 1802. Fonte: Cortesia da © DGPC, número de inventário 51856 DIG, BA.7518 (A,B,C).

Através do desenho parece conseguir-se aferir, com relativa facilidade, qual a geometria sugerida para a porta central e para os nichos de acordo com a proporção de 1 para 2,5 (figura 10a 1. e 10a 2.). A falta de acuidade gráfica da reprodução utilizada não permite deslindar visualmente, contudo, a questão problemática apontada pelo arquiteto no que concerne o nicho maior de cada torreão. Parece, ainda assim, que a largura destes, ou pelo menos a sua moldura decorativa, ultrapassa os limites verticais impostos pela geometria das pilastras laterais.

Focando agora o corpo central deste alçado a partir do qual se ingressa no palácio, constata-se existirem, à semelhança do que acontece com a frontaria nascente, cinco intercolúnios. O discurso de José da Costa e Silva, contudo, refere aspetos tridimensionais (“achão-se estas columnas metidas dentro do grosso da parede, como um nicho” (Costa e Silva, 1802: fl. 7)) apenas passíveis de ser devidamente estudados a partir da análise de uma planta, a qual (ou quais), não foi até ao momento localizada. No piso térreo do volume central desta proposta barroca para o alçado sul é, todavia, possível discernir o que parece ser uma utilização conjugada de colunas e meias pilastras, vocabulário formal referido pelo arquiteto. No piso superior, e em continuidade, o diálogo entre colunas e pilastras terá sido substituído por uma conjugação de três colunas, como nota José da Costa e Silva. A partir da bidimensionalidade deste desenho, porém, não é possível comprovar tal existência.

Numa nota positiva, a crítica parece suavizar-se quando ambos os arquitetos concordam com a introdução de volumetrias subtis a meio dos corpos que ladeiam o momento central da entrada. Estas, que se descolam do plano contínuo da fachada, têm por objetivo quebrar a sua monotonia e dialogar com os torreões nos extremos do edifício (figura 10a 3.). Na proposta de José da Costa e Silva para este alçado, e contrariamente à de Manuel Caetano de Sousa, é claramente visível uma correspondência altimétrica entre os torreões e estas duas volumetrias (figura 10b), alinhamento esse igualmente representado na tela de Domingos Sequeira.

Uma vez mais sobre o alçado sul, e a respeito de uma espécie de ático, José da Costa e Silva tece um comentário sobre cimalthas, afirmando que “devem perpetuamente conservar a linha horizontal” (Costa e Silva, 1802: fl. 8). Manuel Caetano de Sousa não partilharia de tal opinião já que a cimaltha que propõe para este ático da Ajuda se apresenta com uma geometria quebrada. Ainda em torno do ático, mas agora comentando o frontão que o encima (figura 10a 4.), considera-se ser o mesmo bem utilizado, ao contrário do que acontecia na proposta barroca para o alçado nascente, onde a conjugação de frontão e terraço é vista como erro crasso de arquitetura. Ainda assim, e apesar de bem empregue, este frontão no alçado sul é uma parte que não parece agradar a José da Costa e Silva por “ser rota no meio, por que assim indica hum tecto roto.” (Costa e Silva, 1802: fl. 8). O termo roto, neste discurso, parece referir-se ao motivo decorativo, aparentemente alusivo à coroa portuguesa, posicionado no vértice superior do frontão. Este quebra, uma vez

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

mais, a pureza da geometria triangular e induz o observador a pensar que o ático possui, também ele, um teto de geometria corrompida (figura 10a 4.).

“Como pelo que me foi imposto, e ordenado, tenho a obrigação de dizer com toda a verdade o que penso a respeito destes desenhos, tão relativos a hum negocio de tão grande importância; (...) parece-me que eu faltaria a esta obrigação, se deixasse de dizer e advertir que não são os muitos ornatos os que fazem bello e elegante hum edificio; mas sim as boas e justas proporções, e as bem pensadas distribuições de todas as suas partes.” (Costa e Silva, 1802: fl. 8 e fl. 8 verso)

Após mais uma condenação daquele que entende como um uso abusivo do ornamento, e um renovado elogio da estética clássica, José da Costa e Silva continua o seu parecer focando-se nas duas plantas que, à época, se fariam acompanhar destes alçados. As mesmas, contudo, encontram-se para já em parte incerta, não permitindo a descrição do arquiteto mais do que a construção de uma ideia relativamente vaga sobre um palácio de três pátios. Ainda assim, e sobre as propostas barrocas para os alçados nascente e sul do Palácio Real da Ajuda recolhidas no SIPA e aqui sinteticamente analisadas, não parecem restar dúvidas de que constituem representações do projeto inicial, e original, da autoria de Manuel Caetano de Sousa, elaboradas possivelmente por volta de 1795.

Bibliografia

ABECASSIS, Maria Isabel Braga (2009), *A Real Barraca. A Residência na Ajuda dos Reis de Portugal após o Terramoto (1756-1794)*, S.I., Tribuna da História – Edição de Livros e Revistas, Unipessoal Lda.

BEIRÃO, Caetano (1956), “O Terramoto de Lisboa de 1755 – Novos Documentos”, *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*, Série III, n.º 1, pp. 29-39.

CARVALHO, Ayres de (1979), *Os três arquitectos da Ajuda: do “rocaille” ao neoclássico*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes.

DIAS, Gabriel Palma (1994), “Os Primeiros Projectos Para o Palácio da Ajuda - O Desenho e a Realização de Manoel Caetano de Souza”, in *Encontro dos Alvares do Barroco à Agonia do Rococó*, Lisboa, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 20 a 23 de junho 1994.

Ana Sofia Pinto e Marta Rocha – *O projeto do século XVIII do Palácio Real da Ajuda: dois desenhos de arquitetura* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 1. 2023. 96-114
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1e2

PINHEIRO, Susana Marta Delgado, (1989), *Manuel Caetano de Sousa*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

TEIXEIRA, José Monterroso, (2012), *José da Costa e Silva (1747-1819), e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitetónica. Volume I e Volume II*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa.

Manuscritos

COSTA E SILVA, José e FABRI, Francisco Xavier (1802), *Pareceres dos Arquitectos Francisco Fabri e José da Costa e Silva*. Manuscrito patente na Academia de Ciências de Lisboa, manuscrito vermelho n.º 484.

Notas biográficas dos autores

Ana Sofia de Matos Pinto é doutoranda no Programa de Doutoramento da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, em colaboração com o Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU-FAUP). Desenvolve investigação em torno do diálogo entre a arquitetura e as práticas alimentares, com especial foco em redes alimentares palacianas.

Fábio Alexandre Faria é doutorado em História Moderna e Contemporânea - Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa desde 2021 com a tese *Refugiados espanhóis em Portugal: entre a repressão policial e a solidariedade popular (1936-1945)*, com a qual venceu o prémio Mário Soares - Fundação EDP 2021 e uma menção honrosa atribuída no âmbito do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea 2021. É investigador associado do CIES-ISCTE no projeto *Colaborações internacionais: criminalidade e cooperação policial no Atlântico Ibero-Americano, c. 1870-1940*, financiado pela FCT (PTDC/HAR-HIS/3580/2021). Foi bolseiro de investigação FCT (SFRH/BD/114813/2016) entre 2016 e 2020 e bolseiro de doutoramento no CIES-ISCTE. É mestre em História Moderna e Contemporânea - Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL desde 2015 com a dissertação *Circulações Internacionais e Liberalismo. O exílio liberal português, 1828-1832*. Em 2014 foi bolseiro de investigação no projeto *Controlo Social e Política Penal no Liberalismo Português, reformas nacionais, circulações transnacionais, c. 1820-1867* (EXPL/EPH-HIS/1600/2013). É autor de diversos artigos que incidem sobre o liberalismo, os refugiados espanhóis e a Guerra Civil de Espanha.

Hugo Ribeiro da Silva é Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu (Florença). Antes de partir para Itália licenciara-se em História pela FLUP, instituição onde também concluiu o mestrado em Estudos Locais e Regionais. Tem participado em vários projetos coletivos, nomeadamente *Bahia 16-19: Salvador da Bahia: American, European and African forging of a colonial capital city*, financiado por FP7-Marie Curie Actions People International Research Staff Exchange Scheme (IRSES). Foi o coordenador científico do projeto *O Atlântico dos outros: África, Bahia, Portugal e um oceano partilhado (sécs. XVII-XIX)*, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Antes de se ter tornado Professor Auxiliar no Departamento de História e

Estudos Políticos e Internacionais (FLUP) foi Marie-Curie Fellow no King's College de Londres, tendo sido, depois, contratado como "Lecturer in Lusophone Studies". Lecionou ainda no Queen Mary-University of London e foi professor visitante na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Kauan Willian dos Santos é Doutor em História Social (USP), membro do grupo de pesquisa "História, Memória e Patrimônio do Trabalho" da Universidade Federal de São Paulo e professor da rede municipal de São Paulo - Brasil.

Manuel Menezes é professor Auxiliar no Instituto Superior Miguel Torga (desde 2007) e professor Adjunto Convidado na ESE – IPCB (desde 2021). Possui a licenciatura em Serviço Social (ISBB, 1992), o mestrado em Serviço Social (ISSSL, 1998), o doutoramento em Ciências da Comunicação (FCSH/Universidade Nova de Lisboa, 2007), e o doutoramento em Serviço Social (ISCTE-IUL, 2018). Foi coordenador da licenciatura em Design de Comunicação (ISMT, 2008/2017). É autor de diversas comunicações, ensaios/capítulos de livros. Publicou sete livros. No seu currículo Ciência Vitae os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, são: Serviço Social; Assistentes Sociais; Neoliberalismo; Crise Económica; Protecção à Criança; Austeridade; Crianças em Perigo; Pobreza; Riscos Sociais; Cidadania Activa; Empowerment; Política Social; Institucionalização; Comunicação; Percepção; Velocidade; Técnica; Acidente; Memória.

Marta Rocha Moreira é arquiteta (FAUP, 2001), professora Auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e investigadora do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU-FAUP) onde integra o grupo de investigação Atlas da Casa. É Mestre em 'Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico' (FAUP, 2007) com a dissertação "Da casa ao museu: adaptações arquitectónicas nas casas-museu em Portugal" (Melhor Trabalho de Museologia 2007 - Prémio APOM. Associação Portuguesa de Museologia) e Doutora em Arquitectura (FAUP, 2017) com a tese de doutoramento "O Valor do Tempo. O Programa Intelectual e Arquitectónico de Raul Lino".

Vitor Padilha Mattos é formado em Comunicação Social, com habilitações em Jornalismo e em Publicidade e Propaganda, ambas pela Universidade Federal Fluminense

(UFF). É pós-graduado em Escrita Criativa pela University of Technology Sydney (UTS), e mestre em História Contemporânea pela Universidade do Minho, com a dissertação: “Das romarias minhotas ao Carnaval brasileiro: a trajetória do Zé Pereira no Rio de Janeiro (1850-1910)”. É membro do grupo História Social a Norte, em Portugal.

Ficha Técnica

HISTÓRIA: Revista da FLUP -IV Série, vol. 13, N. 1 (2023)

Editor: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Diretora: Cristina Cunha

Conselho Editorial: Carla Sequeira, Cristina Cunha, Jorge Cerdeira, Jorge Martins Ribeiro, Maria Antonieta Cruz, Maria João Oliveira e Silva, Sara Pinto

Conselho Consultivo: Ana Raquel Portugal (U. Estadual Paulista), Fernando Catroga (U. Coimbra), Gérard Le Bouëdec (U. Bretagne Sud), Jean-Pierre Dedieu (CNRS), Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Mónica Ribeiro de Oliveira (U. Federal de Juiz de Fora), Pieter Emmer (U. Leiden), Richard Unger (U. British Columbia), Hartmut Kaelble (U. Humboldt) Sérgio Campos Matos (U. Lisboa)

Coordenação do Dossiê Temático: Hugo Ribeiro da Silva

Secretariado: Carla Sequeira, Maria João de Oliveira e Silva, Sara Pinto, Mariana Selas

Tradução do “call for papers”: Carla Augusto e Álvaro Costa

Contactos: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal.

Telefone: 22 607 71 00

Telefax: 22 600 38 25

E-mail: revista.historia@letras.up.pt

Webpage: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/index>

DOI: 10.21747/0871164X/hist13_1

ISSN: 0871-164XD.L.:19791/88

Junho 2023

Revista com arbitragem científica

A expressão escrita dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores

NORMAS EDITORIAIS

Instruções para Autores

ARTIGOS | RECENSÕES CRÍTICAS | DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA DE DIREITOS

1. Os autores devem:

a) Especificar a secção a que se destinam:

i) Dossiê Temático

ii) Outros Estudos

iii) Recensões Críticas

b) Submeter no sítio da Internet:

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/about/submissions#onlineSubmissions>

Passo 1. Registrar-se na plataforma

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/user/register>

- "Registrar-se como" e escolher **todas (as 3)** opções: Autor; Leitor; Revisor;
- Uma vez registados, fazer login no próprio perfil;
- Clicar em "Nova submissão";

Passo 2. Transferência do manuscrito: depois de ter escolhido o ficheiro, clique em transferir para guardar o seu artigo na plataforma – ATENÇÃO, NUNCA COLOCAR O SEU NOME, NEM DAR QUALQUER INDICAÇÃO, AO LONGO DO TEXTO, QUE O IDENTIFIQUE COMO AUTOR;

Passo 3. Metadados da submissão (Indexação):

- em caso de submissão de artigo: indique o seu **nome apenas com as iniciais em maiúsculas**: ex. Inês Amorim; assim como no título do artigo ex. Os mosteiros da diocese do Porto (séc. XI)
- em caso de recensão, no campo do título, indique **só a obra OBJETO DE RECENSÃO**, nesta forma ex. MACEDO, Jorge Borges de (1989), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Gradiva. ISBN 9789726621263, 254 pp.

Passo 4. Metadados da submissão (Indexação):

- no campo Resumo insira os 4 resumos em Português, Inglês, Francês e Espanhol, nos quais **deve incluir, igualmente, os títulos nas respetivas línguas, assim como as palavras-chave.**
- indicar o **título** completo do texto em **Português, Francês, Espanhol e Inglês.**

2. Os artigos devem:

2.1. Ter uma extensão não superior a 50.000 caracteres (com espaços), incluindo notas de rodapé, referências bibliográficas, anexos e ilustrações e estarem redigidos num dos seguintes idiomas: Português, Francês, Inglês ou Espanhol.

2.2. Ser acompanhados por quatro resumos, nas línguas portuguesa, francesa, espanhola e inglesa (com um máximo de 700 caracteres - incluindo espaços) e até quatro palavras-chave nos mesmos idiomas.

2.3. Ser redigidos em páginas A4, todas numeradas, **espaço entre linhas de 1,5, tipo de letra Times New Roman e corpo de letra 12**, em **formato Word for Windows ou compatível**, sem adicionar espaçamento antes ou depois dos parágrafos. As margens devem ser:

- superior e inferior: 2,5 cm
- esquerda e direita: 3 cm
- parágrafos com avanço na primeira linha: 1 cm

2.4. Conter a indicação clara do local de inserção de quadros, gráficos, figuras e fotografias no texto.

2.5. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias, a serem incluídos, deverão ser numerados de forma contínua e não podem ter uma largura superior à do corpo do texto

2.6. Estes elementos devem ser acompanhados dos respetivos **títulos e fontes** devendo estes últimos ser redigidos com corpo de letra 11 e espaçamento 1,15.

2.7. A inclusão de documentação iconográfica é autorizada desde que o autor do artigo declare que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização.

2.8. As notas de rodapé, identificadas por ordem numérica, devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

2.9. No caso de uma nota de rodapé se encontrar junto a um ponto final ou a uma vírgula o número deverá aparecer antes desses sinais de pontuação.

3. As recensões críticas devem ser precedidas da referência completa da obra e não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços.

4. Citações e referências bibliográficas:

4.1. As **citações** serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação:

- Apenas um autor - (Ribeiro, 2016)
- Apenas um autor com indicação da página - (Ribeiro, 2016: 344)
- Dois autores - (Rosas & Mariz, 2008: 350)
- Vários autores - (Pereira *et al.*, 2010)
- Autor referido no próprio texto - Amorim (2008)

As citações de excertos de textos devem ser integradas no corpo do texto, entre aspas curvas e sem itálicos. No caso de as citações terem **mais de três linhas** deverão ser redigidas em corpo de letra 11, com espaçamento simples, avanço à esquerda de 1,25 cm e avanço da primeira linha de 1 cm, entre as aspas curvas e sem itálicos.

4.2. As **referências bibliográficas** devem ser colocadas no **fim do texto e ordenadas alfabeticamente** pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas **da mais antiga para a mais recente**.

a) Livro com um autor:

MACEDO, Jorge Borges de (1982), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Moraes Editores.

b) Livro com mais de um autor:

CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado; TORGAL, Luís Reis (1996), *História da História de Portugal – séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.

c) Livro com mais de quatro autores:

ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

d) Capítulo em livro:

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993), “O enquadramento do espaço nacional” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal. III Vol., No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 13-60.

e) Artigo em publicação periódica:

ROSAS, António; MAIZ, Ramón (2008), “Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337- 356.

f) Artigo em publicação periódica online:

AMARAL, Luís Carlos (2007), “Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356, [consulta em 12/09/2009]. Disponível em: <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf>

g) Publicações online:

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2007), *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior*, [consulta em 05/07/2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17400/0635806389.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos:

MARQUES, João Francisco (2005), “Teofanias cristológicas: milagres e santuários no Alto e Baixo Minho”, in *Em torno dos Espaços Religiosos – Monásticos e Eclesiásticos, Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Dias*, Porto, Instituto de História Moderna, Universidade do Porto, 6 de dezembro 2004.

i) Teses:

PAC, Bertrand, (2016), *L'historique du quartier de la Défense et ses représentations dans la presse. L'évolution de la perception d'un grand quartier' affaires*, Tese de Doutoramento em «Histoire Moderne et Contemporaine», Bordeaux, Université Bordeaux Montaigne.

j) Legislação:

Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio, *Formação de Professores*.

k) Citações de documentos:

As citações documentais deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa.

A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria D. Afonso V*, lv. 15, fl. 89.

5. Os autores devem cumprir o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Na citação de textos produzidos antes do referido acordo **deve ser respeitada a ortografia original**.

6. Os autores cedem à Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados.